

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

GRUPO SBF S.A.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
30 de abril de 2021, às 10:00h



SUMÁRIO

1.	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
2.	PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	6
2.1.	TOMADA DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, BEM COMO EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	6
2.2.	A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DA COMPANHIA NO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	7
2.3.	ELEGER OS MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA.....	8
2.3.1.	FIXAR O NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8
2.3.2.	ELEGER OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8
2.4.	APROVAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA O BIÊNIO 2021/2022	11
2.5.	RATIFICAR A AQUISIÇÃO DA TOTALIDADE DAS QUOTAS DA FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA. (ATUAL DENOMINAÇÃO SOCIAL DA NIKE DO BRASIL COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.).....	12
2.6.	ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL.....	13
2.6.1.	COM A FINALIDADE DE ATUALIZAR O CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA, REFLETINDO NO MESMO OS AUMENTOS DE CAPITAL QUE FORAM APROVADOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DENTRO DO LIMITE DO CAPITAL AUTORIZADO DA COMPANHIA.....	13
2.6.2.	COM A FINALIDADE DE ALTERAR O ENDEREÇO DA SEDE DA COMPANHIA.....	14
2.6.3.	COM A FINALIDADE DE DESENVOLVER AS ATIVIDADES ATUALMENTE LISTADAS NO OBJETO SOCIAL DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA	15
2.6.4.	COM A FINALIDADE DE EXCLUIR O "CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS" DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.....	16
	Anexo I.....	18
	Anexo II	68
	Anexo III.....	88
	Anexo III(A).....	90
	Anexo IV.....	147
	Anexo IV(A).....	155
	Anexo V	156
	Anexo VI.....	158



1. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

GRUPO SBF S.A.

CNPJ/ME nº 13.217.485/0001-11

NIRE 35.300.390.458

Companhia aberta

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

São Paulo, 30 de março de 2021.

Convocamos os senhores acionistas da **GRUPO SBF S.A.** ("Companhia" ou "Grupo SBF") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará no dia 30 de abril 2021, às 10:00h, na sede social da Companhia, localizada na Rua Hugo D'Antola, nº 200, Bloco A, Lapa, CEP 05038-090, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("AGOE"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

- (i) a tomada das contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- (ii) a destinação do resultado da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- (iii) a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia, considerando candidatos identificados na Proposta da Administração; e
- (iv) a aprovação da remuneração global da administração da Companhia para o biênio de 2021/2022.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) a ratificação da aquisição, pela Companhia, da totalidade das quotas da FISIA Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (atual denominação social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda.) ("FISIA"), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas celebrado em 6 de fevereiro de 2020 e aditado em 20 de novembro de 2020, pela



Companhia, SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A., NIKE Galaxy Holding B.V. e NIKE Group Holding B.V., nos termos do artigo 256, §1º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e de acordo informações constantes da Proposta da Administração; e

- (ii)** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para **(i)** atualizar o capital social da Companhia, refletindo no mesmo os aumentos de capital que foram aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado da Companhia; **(ii)** alterar o endereço da sede da Companhia, que passará a estar localizada na Avenida Doutora Ruth Cardoso, Edifício Birman, nº 7.221, andares 1º, 2º e 3º, Pinheiros, CEP 05425-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **(iii)** constar que, dentre as sociedades que a companhia poderá investir ou participar, enquanto sócia ou acionista, estão aquelas cujos objetos sociais sejam ligados ao ambiente de esportes, de lazer ou de natureza similar, com o propósito de desenvolver as atividades atualmente listadas no art. 3º do Estatuto Social; e **(iv)** excluir o "Capítulo X - Disposições Finais" do Estatuto Social da Companhia, em razão do cumprimento da condição nele mencionado mediante a realização da oferta pública de distribuição de ações da Companhia, conforme anúncio de início de distribuição divulgado em 16 de abril de 2019.

Informações Gerais:

1. Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, **(i)** pessoalmente; **(ii)** por seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; ou **(iii)** via boletim de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, de acordo com o previsto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”).
2. Os acionistas deverão apresentar-se com antecedência ao horário de início indicado neste Edital, portando comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedidos por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia e, conforme o caso: (i) **Pessoas Físicas:** documento de identificação com foto; (ii) **Pessoas Jurídicas:** cópia do último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, conforme o caso); (iii) **Fundos de Investimento:** cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação



societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, conforme o caso). Todos os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão comparecer à AGOE munidos dos documentos com foto e validade no território nacional que comprovem sua identidade e/ou condição. Solicita-se que os acionistas apresentem os documentos referidos acima com antecedência de 48 horas antes da data da AGOE para melhor organização dos trabalhos da AGOE.

3. Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (ri.gruposbf.com.br), no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020: (i) relatório da administração; (ii) cópia das demonstrações financeiras; (iii) parecer dos auditores independentes da Companhia; e (iv) demais informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, a Proposta da Administração e aqueles exigidos pela Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 98546-6336 ou via e-mail: ri@grupposbf.com.br.
4. A Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para eventual solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5%, nos termos da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada.

SEBASTIÃO VICENTE BOMFIM FILHO
Presidente do Conselho de Administração



2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

2.1. TOMADA DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, BEM COMO EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

As contas dos administradores estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (“Demonstrações Financeiras”), cuja aprovação foi recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião instalada em 30 de março de 2021 (“RCA 03.2021”). A KPMG Auditores Independentes emitiu relatório sem ressalvas às Demonstrações Financeiras da Companhia (“Relatório dos Auditores Independentes”).

Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e conforme anúncio publicado nos jornais da Companhia nos dias 30 e 31 de março de 2021 e 1 de abril de 2021, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (ri.gruposbf.com.br), no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os seguintes documentos: o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e o parecer da KPMG Auditores Independentes, bem como os demais documentos pertinentes à ordem do dia da AGOE.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 9º, III, da Instrução CVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, constam como **ANEXO I** à presente Proposta da Administração, disponível nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.gruposbf.com.br).

Proposta da Administração

A Administração propõe que os acionistas examinem todos os documentos disponibilizados pela Administração e aprovelem o relatório da administração, as demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e o parecer da KPMG Auditores Independentes.



2.2. A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DA COMPANHIA NO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou resultado negativo de R\$112,8 milhões. Dessa forma, a deliberação acerca da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 restou prejudicada, não havendo lucro líquido a ser distribuído aos acionistas da Companhia. Por esta razão, não serão apresentadas as informações indicadas no artigo 9º, parágrafo único, II, da Instrução CVM 481 e no Anexo 9-1-II da referida Instrução.



2.3. ELEGER OS MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia será composto por 7 membros efetivos e até 7 suplentes, eleitos por Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição. Adicionalmente, em consonância com o artigo 16, §1º do Estatuto Social, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes, conforme de definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. -Brasil, Bolsa, Balcão.

Nos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, a acionista Pacipar Participações Ltda. terá o direito de indicar 4 membros efetivos e até 4 suplentes e os acionistas Nefe Investments, LLC e GPCP5 I – Fundo de Investimento em Participações terão o direito de indicar, em conjunto, 3 membros efetivos e até 3 suplentes.

2.3.1. FIXAR O NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Proposta da Administração

A Administração propõe que o Conselho de Administração da Companhia seja composto por 7 membros efetivos (incluindo 2 membros independentes) e 4 suplentes.

2.3.2. ELEGER OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a eleição do Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária, votação em separado e/ou por meio do procedimento de voto múltiplo.

Votação Majoritária

Como regra, a eleição dos membros do Conselho de Administração é realizada por votação majoritária, na qual cada ação ordinária confere 1 voto a seu titular. Tendo em vista que o art. 129 da Lei das Sociedades por Ações prevê que as deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria absoluta de votos, desconsideradas as abstenções, a eleição dos membros do Conselho de Administração dependerá do voto favorável de mais da metade dos votos válidos dos acionistas presentes que sejam proferidos em tal eleição.

Votação em Separado



Considerando que a Companhia não possui ações preferenciais, terão direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na assembleia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares que detenham pelo menos 10% do total das ações com direito a voto, nos termos do §5º do art. 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Votação por meio do procedimento de Voto Múltiplo

O voto múltiplo se trata de procedimento por meio do qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

Considerando que o capital social da Companhia no último dia do mês anterior à convocação desta AGOE, o percentual mínimo para requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% do capital social e votante, nos termos do art. 141 da Lei das Sociedades por Ações e do art. 1º da ICVM 165, conforme alterada.

Ainda, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a requisição do voto múltiplo deve ser feita por meio de notificação escrita entregue à Companhia com até 48 horas antes da realização da assembleia geral. Importante notar que, conforme dispõe o §4º do art. 132 do Código Civil, os prazos fixados em hora são contados de minuto a minuto. Ressalta-se a possibilidade de que o acionista que requerer o voto múltiplo pode retirar o pedido formulado a qualquer tempo, inclusive na própria assembleia geral.

Uma vez recebido o requerimento de voto múltiplo pelo acionista ou conjunto de acionistas representante o percentual de 5% do capital social com direito a voto, a Companhia, em conformidade com a legislação aplicável, divulgará um “Aviso aos Acionistas” informando a respeito da realização da eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo, conforme solicitado por acionistas da Companhia.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 10 da Instrução CVM 481, as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente ao candidato indicado pelos acionistas controladores, constam como **ANEXO II** à presente Proposta da Administração, disponível nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.gruposbf.com.br).

Proposta da Administração



A Administração indica a seguinte chapa para compor o Conselho de Administração da Companhia:

Conselheiro	Cargo
Sebastião Vicente Bomfim Filho	Membro Efetivo do Conselho de Administração
Fersen Lamas Lambranh	Membro Efetivo do Conselho de Administração
João Henrique Braga Junqueira	Membro Efetivo do Conselho de Administração
Larissa Furletti Bomfim	Membro Efetivo do Conselho de Administração
Márcio Luiz Simões Utsch	Membro Efetivo do Conselho de Administração
German Pasquale Quiroga Vilar	Membro Efetivo (Independente) do Conselho de Administração
Luiz Alberto Quinta	Membro Efetivo (Independente) do Conselho de Administração
Rizza Furletti Bomfim	Membro Suplente do Conselho de Administração do Sr. Sebastião Vicente Bomfim Filho
Caio Myrrha de Toledo Cesar	Membro Suplente do Conselho de Administração do Sr. Fersen Lamas Lambranh
Tiago Pedro Cordeiro de Andrade	Membro Suplente do Conselho de Administração do Sr. João Henrique Braga Junqueira
Lucas Mota Oliveira Ebaid	Membro Suplente do Conselho de Administração da Sra. Larissa Furletti Bomfim

Conforme declarações fornecidas, a Administração esclarece que os Srs. **German Pasquale Quiroga Vilar** e **Luiz Alberto Quinta** cumprem os requisitos de independência estabelecidos no art. 16, §2º, do Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social da Companhia.

Por fim, a Administração da Companhia esclarece que os candidatos ora indicados: **(i)** não estão impedidos de assumir os cargos para os quais foram indicados, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94, bem como não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; **(ii)** não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela CVM, que os torne inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta; **(iii)** atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo artigo 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações; e **(iv)** não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia.



2.4. APROVAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA O BIÊNIO 2021/2022

Conforme artigo 12, item iv, do Estatuto Social da Companhia, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, devendo o Conselho de Administração fixar a remuneração individual dos Administradores, observado o montante global aprovado pela Assembleia Geral.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 12, incisos I e II, da Instrução CVM 481, o formulário contendo a descrição pormenorizada da proposta de remuneração dos administradores, bem como as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência constam, respectivamente, como **ANEXO III** e **ANEXO III(A)** à presente Proposta da Administração disponível nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.gruposbf.com.br).

Proposta da Administração

A Administração propõe que seja aprovado o valor da remuneração global da Administração da Companhia para o biênio 2021/2022 no montante de até R\$76.212.136,24 (setenta e seis milhões, duzentos e doze mil, cento e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos), não considerando os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) a serem suportadas pela Companhia, incidentes sobre as remunerações fixa e variável.



2.5. RATIFICAR A AQUISIÇÃO DA TOTALIDADE DAS QUOTAS DA FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA. (ATUAL DENOMINAÇÃO SOCIAL DA NIKE DO BRASIL COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.)

Em 06.02.2020, a Companhia comunicou, através de Fato Relevante, a assinatura de Contrato de Compra e Venda de Quotas da FISIA Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (atual de denominação social da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda.) (“FISIA”), o qual foi aditado em 20.11.2020. A aquisição foi concluída ao preço de aproximadamente R\$1,0 bilhão, conforme Fato Relevante divulgado na mesma data (“Transação”). Com a Transação, a Grupo SBF passou a deter 100% das quotas da FISIA.

A Companhia esclarece que a Transação está em linha com a estratégia de expansão da Companhia, uma vez que se insere como uma aquisição relevante e estratégica para o objetivo da Companhia de construir um ecossistema do esporte.

Em cumprimento ao disposto no art. 256, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, por se tratar de um investimento relevante nos termos do art. 256, I, da Lei das Sociedades por Ações, a Transação deve ser submetida à ratificação em Assembleia Geral. A Companhia esclarece que, conforme disposto no art. 256, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o laudo de avaliação elaborado pela Apsis Consultoria Empresarial Ltda. (“Laudo de Avaliação”), não será dado direito de retirada aos acionistas da Companhia, tendo em vista que o preço pago pela Companhia **não** ultrapassa 1,5 vezes o maior critério listado no inciso II do art. 256 da Lei das Sociedade por Ações.

Em observância ao art. 19 e ao Anexo 19 da Instrução CVM 481, as informações necessárias para análise da aquisição e o Laudo de Avaliação, constam, respectivamente, como **ANEXO IV** e **ANEXO IV(A)** à presente Proposta da Administração disponível nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.gruposbf.com.br).

Proposta da Administração

A Administração propõe que os acionistas examinem todos os documentos disponibilizados pela Administração e ratifiquem a Transação.



2.6. ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Em observância ao artigo 11 da Instrução CVM 481, o relatório de talhado da origem e justificativa das alterações propostas e a redação consolidada do Estatuto Social da Companhia constam, respectivamente, como **ANEXO V** e **ANEXO V(A)** à presente Proposta da Administração disponível nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.gruposbf.com.br).

2.6.1. COM A FINALIDADE DE ATUALIZAR O CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA, REFLETINDO NO MESMO OS AUMENTOS DE CAPITAL QUE FORAM APROVADOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DENTRO DO LIMITE DO CAPITAL AUTORIZADO DA COMPANHIA

Conforme *Avisos aos Acionistas – Aumentos de capital por subscrição privada deliberados em RCA* e atualizações do Formulário de Referência disponibilizados pela Companhia, o Conselho de Administração da Companhia aprovou aumentos de capital nas seguintes datas: 15.04.2019, 13.05.2019, 17.05.2019, 24.04.2020, 04.06.2020, 26.06.2020, 11.08.2020 e 19.11.2020, os quais não foram refletidos no Estatuto Social da Companhia, conforme autorizado pelo art. 6º de seu Estatuto Social.

Proposta da Administração

A Administração propõe a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma indicada abaixo.

Artigo 5º (Redação Original)	Artigo 5º (Redação Sugerida)
Artigo 5º – O capital social da Companhia é de R\$302.781.038,30, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 153.035.846 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Artigo 5º – O capital social da Companhia é de R\$302.781.038,30 <u>R\$1.918.757.829,84</u> , totalmente subscrito e integralizado, dividido em 153.035.846 <u>241.889.833</u> ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Parágrafo Primeiro – É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.	Parágrafo Primeiro – É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.



Parágrafo Segundo – Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais da Companhia.	Parágrafo Segundo – Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais da Companhia.
Parágrafo Terceiro – Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários designada pela Companhia, em nome de seus titulares, podendo ser cobrado dos acionistas o custo de que trata o art. 35, §3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“ <u>Lei das Sociedades por Ações</u> ”), observando-se os limites eventualmente fixados na legislação vigente.	Parágrafo Terceiro – Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários designada pela Companhia, em nome de seus titulares, podendo ser cobrado dos acionistas o custo de que trata o art. 35, §3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“ <u>Lei das Sociedades por Ações</u> ”), observando-se os limites eventualmente fixados na legislação vigente.

2.6.2. COM A FINALIDADE DE ALTERAR O ENDEREÇO DA SEDE DA COMPANHIA

Atualmente, a sede da Companhia está localizada na Rua Hugo D’Antola, nº 200, Bloco A, Lapa, CEP 05038-090. Por razões administrativas, a Companhia deseja alterar o endereço da sede da Companhia.

Proposta da Administração

A Administração propõe alterar o endereço da sede da Companhia para Avenida Doutora Ruth Cardoso, Edifício Birmann, nº 7.221, andares 1º, 2º e 3º, Pinheiros, CEP 05425-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma indicada abaixo.

Artigo 2º (Redação Original)	Artigo 2º (Redação Sugerida)
Artigo 2º – A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria abrir, encerrar ou alterar o endereço de filiais, depósitos, agências ou representação, no país ou no exterior.	Artigo 2º – A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Doutora Ruth Cardoso, Edifício Birmann, nº 7.221, andares 1º, 2º e 3º, Pinheiros, CEP 05425-902 , na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria abrir, encerrar ou alterar o endereço de filiais, depósitos, agências ou representação, no país ou no exterior.



2.6.3. COM A FINALIDADE DE DESENVOLVER AS ATIVIDADES ATUALMENTE LISTADAS NO OBJETO SOCIAL DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

A Administração deseja ressaltar que, dentre as sociedades que a Companhia poderá investir ou participar, enquanto sócia ou acionista, estão aquelas cujos objetos sociais sejam ligados ao ambiente de esportes, de lazer ou de natureza similar, com o propósito de desenvolver as atividades atualmente listadas no artigo 3º do Estatuto Social.

A Companhia esclarece que a inclusão no objeto social não enseja o direito de retirada previsto no artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que não representa modificação substancial do objeto social, mas, tão somente, acréscimo de atividades complementares ou integradas às já desenvolvidas pela Companhia.

Proposta da Administração

A Administração propõe desenvolver o artigo 3º do Estatuto Social, na forma indicada abaixo.

Artigo 3º (Redação Original)	Artigo 3º (Redação Sugerida)
<p>Artigo 3º – A Companhia tem por objeto a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades que realizam as seguintes atividades: (i) o comércio varejista e atacadista de bandeiras, bandeirolas, estandartes, flâmulas de tecidos, produtos esportivos, de lazer e relacionados através de televendas, pela Internet e sem restrição a outros meios; (ii) o comércio de produtos alimentícios industrializados, bem como de suplementos alimentares através de televendas, pela Internet e sem restrição a outros meios; (iii) o comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal; (iv) a armazenagem de calçados, vestuário, artigos esportivos e produtos relacionados; (v) a prestação de serviços na reparação de objetos pessoais para a prática de esportes; (v) a confecção</p>	<p>Artigo 3º – A Companhia tem por objeto a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades que realizam as seguintes atividades: (i) o comércio varejista e atacadista de bandeiras, bandeirolas, estandartes, flâmulas de tecidos, produtos esportivos, de lazer e relacionados através de televendas, pela Internet e sem restrição a outros meios; (ii) o comércio de produtos alimentícios industrializados, bem como de suplementos alimentares através de televendas, pela Internet e sem restrição a outros meios; (iii) o comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal; (iv) a armazenagem de calçados, vestuário, artigos esportivos e produtos relacionados; (v) a prestação de serviços na reparação de objetos pessoais para a prática de esportes; (v) a confecção</p>



<p>de artigos esportivos e/ou de vestuário masculino, feminino e infantil (blusas, camisas, calças, meias, tocas, casacos, etc.), feitos com qualquer material (tecidos planos, tecidos de malha, couro, etc.); (vii) a intermediação e negociação, com estipulante, na venda de seguros massificados no varejo; (viii) o comércio de artigos de relojaría, joalheira e bijuteria; (ix) a intermediação de operações de captura de cartão de crédito; (x) a prestação de serviços para a personalização de vestuários e calçados em geral; (xi) a prestação de serviços de organização logística de cargas por meio do transporte rodoviário, aéreo, ferroviário, marítimo e fluvial, no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual; (xii) a montagem de blusas, camisas, vestidos, calças ou outras peças de vestuário; e (xiii) a importação e exportação de produtos esportivos e de lazer em geral.</p>	<p>de artigos esportivos e/ou de vestuário masculino, feminino e infantil (blusas, camisas, calças, meias, tocas, casacos, etc.), feitos com qualquer material (tecidos planos, tecidos de malha, couro, etc.); (vii) a intermediação e negociação, com estipulante, na venda de seguros massificados no varejo; (viii) o comércio de artigos de relojaría, joalheira e bijuteria; (ix) a intermediação de operações de captura de cartão de crédito; (x) a prestação de serviços para a personalização de vestuários e calçados em geral; (xi) a prestação de serviços de organização logística de cargas por meio do transporte rodoviário, aéreo, ferroviário, marítimo e fluvial, no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual; (xii) a montagem de blusas, camisas, vestidos, calças ou outras peças de vestuário; e (xiii) a importação e exportação de produtos esportivos e de lazer em geral; <u>e (xiv) investimentos ou participação em sociedades cujos objetos sejam ligadas ao ambiente de esportes ou de lazer em geral ou de natureza similar, complementar ou integrada às listadas acima.</u></p>
---	---

2.6.4. COM A FINALIDADE DE EXCLUIR O "CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS" DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

Em razão da realização da primeira oferta pública de distribuição de ações da Companhia, o art. 36 de seu Estatuto Social passou a ser inaplicável, tendo em vista que todas as disposições nele contidas já possuem eficácia.

Proposta da Administração

A Administração propõe a exclusão do Capítulo X – Disposições Finais e do artigo 36 do Estatuto Social, na forma indicada abaixo.



Artigo 36 (Redação Original)	Artigo 36 (Redação Sugerida)
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS</p> <p>Artigo 36 – Sem prejuízo à obrigação de reforma global deste Estatuto Social conforme prevista em acordo de acionistas arquivado em sua sede, as disposições contidas no(s) (i) parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 1º; (ii) incisos “vi” e “vii” do caput do artigo 12; (iii) parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 14; (iv) parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 15; (v) parágrafo 2º do artigo 23; (vi) Capítulo VI; e (vii) artigo 35 deste Estatuto Social, assim como a natureza de companhia aberta, somente terão eficácia a partir da data de disponibilização pública do Anúncio de Início de Distribuição da primeira oferta pública de distribuição de ações da Companhia.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS</p> <p>Artigo 36 – Sem prejuízo à obrigação de reforma global deste Estatuto Social conforme prevista em acordo de acionistas arquivado em sua sede, as disposições contidas no(s) (i) parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 1º; (ii) incisos “vi” e “vii” do caput do artigo 12; (iii) parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 14; (iv) parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 15; (v) parágrafo 2º do artigo 23; (vi) Capítulo VI; e (vii) artigo 35 deste Estatuto Social, assim como a natureza de companhia aberta, somente terão eficácia a partir da data de disponibilização pública do Anúncio de Início de Distribuição da primeira oferta pública de distribuição de ações da Companhia.</p>



Anexo I
COM ENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES NA FORMA DO ITEM 10
DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1 – Comentários dos Diretores

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas, pelo corpo diretivo da Companhia, as informações que se destinam à auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Para entender a evolução financeira, patrimonial e de resultados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 é necessário considerar os impactos da pandemia do COVID-19 nas atividades da Companhia, descritos nos itens 4.1, 7.1 e 10.9 deste Formulário de Referência. Conforme é de conhecimento público, a declaração da pandemia do COVID-19 pela OMS desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo localidades em que temos lojas, adotaram medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram em uma dificuldade de acesso ou até impedimento de acesso a algumas áreas comuns, a exemplo de *shoppings*, o que provocou uma redução considerável do faturamento da Companhia. Adicionalmente, o desalinhamento das autoridades governamentais brasileiras (nos níveis federal, estadual e municipal) aliado à diversidade geográfica do país fez com que as operações da Companhia fossem afetadas em maior grau em diferentes momentos, a depender da região do país, o que dificultou o gerenciamento e controle das operações.

No período entre março e abril de 2020, a totalidade das lojas da Companhia foram fechadas, e nos meses subsequentes as lojas físicas da Companhia operaram seguindo as restrições municipais em função da pandemia de COVID-19. Em função de tais restrições que impactaram as vendas em lojas físicas, a Administração da Companhia tomou medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando, a reduzir despesas, buscar novas linhas de crédito para reforçar seu capital de giro, negociar o alongamento de prazo de pagamento junto a fornecedores,



adaptar as operações para um modelo *omnichannel* que utilizasse os recursos humanos e de produtos das lojas fechadas para atender clientes em novas modalidades de venda como drive thru e shadow stores. A nossa Administração acredita que essas medidas e nossa posição financeira atual são adequadas para garantir o cumprimento das obrigações de longo e curto prazos e, embora a Companhia não tenha, na data deste Formulário de Referência, motivos para acreditar que não será capaz de continuar operando seus negócios, a Administração da Companhia entende que a pandemia do COVID-19 tem trazido e continuará trazendo efeitos adversos relevantes no curto prazo e efeitos que não consegue prever no médio e longo prazos.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SBF S.A. (“Companhia” ou “Grupo SBF”), disponíveis no *website* da Companhia (ri.gruposbf.com.br) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reduziu sua dívida líquida e melhorou seu EBITDA Ajustado. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) foi de R\$358,6 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa acrescido de aplicações financeiras de longo prazo foi de R\$242,8 milhões. Dessa forma, o saldo da dívida líquida ao final do exercício equivalia a 0,4 vezes o EBITDA Ajustado do ano de 2018.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia continuou melhorando seu resultado operacional e também realizou sua oferta pública inicial de ações, com aumento de seu capital social em R\$705,1 milhões (R\$652,5 milhões após a dedução dos custos com emissões de ações) que foi utilizado em parte para quitação antecipada de seus principais contratos de empréstimo bancário. Assim, em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) foi de R\$34,6 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa acrescido de aplicações financeiras de longo prazo foi de R\$105,8 milhões. Dessa forma, o saldo da dívida líquida ao final do exercício equivalia a -0,2 vezes o EBITDA Ajustado do ano de 2019.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou sua oferta pública subsequente de ações, com aumento de seu capital social em R\$900,0 milhões (R\$852,1 milhões após a dedução dos custos com a emissão de ações), que foi utilizado em parte para financiar a aquisição da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (atual denominação da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda.) (“FISIA”). Assim, o saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) foi de R\$598,9 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa acrescido de aplicações financeiras de longo prazo foi de R\$514,3 milhões. Dessa forma, o saldo da dívida líquida ao final do exercício equivalia a 0,4 vezes o EBITDA Ajustado do ano de 2020. Esse período apresenta um CAGR₁₈₋₂₀ de 29,2% em relação ao saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e um CAGR₁₈₋₂₀ de 28,5% em relação ao saldo de caixa acrescido de aplicações financeiras de longo prazo.

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia apresentou variação da posição de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$242,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$105,3 milhões no



exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e para R\$514,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos de curto prazo eram de R\$94,7 milhões e o índice de caixa disponível sobre dívida de curto prazo (Caixa e equivalentes de caixa sobre empréstimo e financiamentos de curto prazo) era de 2,6x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, com a utilização de parte dos recursos obtidos na sua oferta pública inicial de ações para o pagamento de dívidas, o saldo da dívida de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2019 reduziu para R\$27,0 milhões e o índice de caixa disponível sobre a dívida de curto prazo (Caixa e equivalentes de caixa sobre empréstimos e financiamentos de curto prazo) passou a 3,9x. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o saldo da dívida de curto prazo da Companhia aumentou para R\$93,3 milhões e o índice de caixa disponível sobre a dívida de curto prazo (Caixa e equivalentes de caixa sobre empréstimos e financiamentos de curto prazo) passou a 5,5x, o que é considerado saudável pelos Diretores da Companhia.

A melhora nos resultados operacionais e o pagamento de parte da dívida de curto prazo da Companhia por meio da utilização dos recursos obtidos com a oferta pública inicial de ações da Companhia realizada em 2019 resultou em melhora do índice de liquidez corrente, medido como ativo circulante sobre passivo circulante, que passou de 0,9x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 1,4x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e para 1,8x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que é considerado saudável pelos Diretores da Companhia.

Durante os três últimos exercícios sociais, continuamos a expansão do portfólio de lojas da Companhia, inaugurando ou reformando lojas para o modelo geração 5. Isso nos fez passar de 192 lojas em 31 de dezembro de 2018 (sendo 16 lojas da geração 5, 176 lojas Centauro do modelo tradicional e uma loja *ByTennis*) para 211 lojas em 31 de dezembro de 2020 (sendo 61 lojas da geração 5, 149 lojas Centauro do modelo tradicional e uma loja *ByTennis*). Adicionalmente, em razão da aquisição da FISIA, em 31 de dezembro de 2020, possuíamos 24 lojas Nike.

Além da revisão do portfólio de lojas, o desenvolvimento de nossa plataforma *omnichannel* propiciou o crescimento de 12,2% da receita bruta, líquida de devoluções no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 (8,9% se calculado no conceito *Same Stores Sales*), o qual totalizou R\$3.193,1 milhões, comparado a uma receita bruta, líquida de devoluções de R\$2.844,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o aumento da receita bruta, líquida de devoluções foi de 3,7% quando comparado ao exercício social anterior (11,7% se calculado no conceito *Same Stores Sales*), alcançando R\$3.075,0 milhões.

A Companhia é controladora da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. (“SBF Comércio”), que opera sobre a marca Centauro, e é a maior rede de varejo esportivo em termos de vendas na América Latina¹. Possuímos uma estrutura desenvolvida estrategicamente para atender todas as lojas físicas e garantir que nossos planos de longo prazo estão centralizados na estratégia *omnichannel*. Com relação às nossas lojas Centauro, na data deste Formulário de Referência, nossa base instalada era de 211 lojas próprias, distribuídas em 104 cidades nos 26 estados do Brasil e no Distrito Federal, ocupando uma área total de vendas de aproximadamente 217 mil m². Além dessas lojas, que podem atuar como “hubs” de distribuição de produtos adquiridos na plataforma digital, a Companhia possui três centros de distribuição (Extrema/MG, Jarinu/SP e João Pessoa/PB) e dois centros de transferência (Itajaí/SC, Rio de Janeiro/RJ).

¹ De acordo com as informações divulgadas em janeiro de 2020 pela Euromonitor International Limited, pesquisa de varejo, edição 2020, vendas formais em valor ao consumidor final, valores nominais, deduzido impostos, dólares americanos, taxa de conversão y-o-y, ano base 2019.



A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração por nossos administradores na condução de nossos negócios:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	(em R\$ milhões)			(em %)	
	2020	2019	2018	2020 x 2019	2019 x 2018
Receita bruta, líquida de devoluções	3.075,0	3.193,0	2.844,9	3,7%	12,2%
Receita líquida	2.406,9	2.545,4	2.275,1	-5,4%	11,9%
Lucro bruto	1.050,1	1.258,6	1.115,9	-16,6%	12,8%
(Prejuízo)/Lucro Líquido	-112,8	309,7	148,7	-136,4%	108,3%
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	225,3	461,5	263,4	-51,2%	75,2%
Margem EBITDA Ajustado⁽²⁾	9,4%	18,1%	11,6%	-8,7p.p.	6,5p.p
Margem Líquida⁽³⁾	-4,7%	12,2%	6,5%	-16,9p.p.	5,7p.p
Patrimônio Líquido	1.950,7	1.168,7	191,5	66,9%	510,3%
Dívida Bruta⁽⁴⁾	598,9	34,6	358,6	1730,92%	-90,40%
Empréstimos e financiamentos de CP	93,3	27,0	94,7	245,6%	-71,5%
Empréstimos e financiamentos de LP	278,8	7,6	264	3568,4%	-97,1%
Debêntures	226,8	0	0	n.a	n.a
Caixa e equivalentes de caixa	514,3	105,3	242,8	388,4%	-56,6%
Aplicações Financeiras	0,3	0,5	0,5	-40,0%	0,0%
Dívida Líquida⁽⁵⁾	84,3	-71,2	115,3	-118,40%	-161,80%

(1). O EBITDA Ajustado, na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2). Margem EBITDA Ajustado consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela nossa receita líquida

(3). Margem líquida é calculada pelo resultado da divisão do Prejuízo/Lucro líquido do exercício pela receita líquida.

(4). A Dívida Bruta corresponde a soma de nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes

(5). Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

b. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2020, nossa Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$1.950,3 milhões, dívida bruta de R\$372,1 milhões e caixa e equivalentes de caixa acrescidos de aplicações financeiras de R\$514,6 milhões, o que nos garantia uma dívida líquida de R\$84,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, nossa Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$1.168,7 milhões, dívida bruta de R\$34,6 milhões e caixa e equivalentes de caixa acrescidos de aplicações financeiras de R\$105,8 milhões, o que nos garantia uma dívida líquida negativa (caixa e equivalentes de caixa acrescidos de aplicações financeiras após a dedução da dívida bruta) de R\$71,2 milhões.



Em 31 de dezembro de 2018, nossa Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$191,5 milhões, a dívida bruta era de R\$358,6 milhões e o saldo de Caixa e equivalente de caixa acrescidos de aplicações financeiras era de R\$243,4 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$115,3 milhões.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia apresentou resultados positivos, o que contribuiu para o aumento de seu patrimônio líquido juntamente com a realização (i) da primeira oferta pública primária de ações da Companhia em 2019, que resultou em um aumento do capital social da Companhia de R\$705,1 milhões (R\$652,5 milhões após a dedução dos custos com a emissão de ações) e (ii) da oferta pública subsequente de ações da Companhia em 2020, que resultou em um aumento do capital social da Companhia de R\$900,0 milhões (R\$852,1 milhões após a dedução dos custos com a emissão de ações).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a melhora na nossa situação financeira e patrimonial decorreu (i) dos nossos resultados operacionais, principalmente pelos resultados apresentados pela nossa plataforma *omnichannel*; e (ii) consequente reconhecimento adicional de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporárias, dado que a melhora dos resultados operacionais nos permitiu reavaliar a realização futura desses ativos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a melhora na nossa situação financeira e patrimonial decorreu (i) dos nossos resultados operacionais, principalmente pelos resultados apresentados pela nossa plataforma *omnichannel* e pela abertura e reforma de lojas da *geração 5*; (ii) reconhecimento de créditos de PIS e COFINS decorrente da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado; e (iii) realização da nossa primeira oferta pública primária de ações, por meio da qual captamos o valor total de R\$705,1 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a piora em nossa situação financeira decorreu, principalmente, dos impactos da pandemia da COVID-19 nas operações, especialmente de nossas lojas físicas que passaram a maior parte do ano com restrições de funcionamento e experimentação de produtos.

O financiamento por capital próprio medido como Patrimônio Líquido sobre Ativos Totais passou de 10,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 29,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 31,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O financiamento por capital de terceiros, medido por Passivos Totais sobre Ativos Totais passou de 89,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 70,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 68,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em R\$ milhões)		
	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos – Curto prazo	93,3	27,0	94,7
Empréstimos e financiamentos – longo prazo	278,8	7,6	264,0
Debêntures	226,8	0,0	0,0
Dívida Bruta ⁽¹⁾	598,9	34,6	358,6
(-) Caixa e equivalente de caixa	514,3	105,3	242,8



(-) Aplicações Financeiras	0,3	0,5	0,5
Dívida Líquida ⁽²⁾	84,3	-71,2	115,3
Patrimônio Líquido	1.950,70	1.168,70	191,5

⁽¹⁾ A Dívida Bruta corresponde a soma de nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes

⁽²⁾ Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Na data deste Formulário de Referência, nossos Diretores acreditam que possuímos capacidade de pagamento de todos os nossos compromissos financeiros de curto e longo prazo. Acompanhamos de perto nosso índice de endividamento e, levando em consideração nossa evolução e projeções, acreditamos em nossa saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, com a melhora de sua operação, a dívida líquida da Companhia chegou a 0,4 vezes o EBITDA Ajustado. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, com a amortização da quase totalidade da dívida por meio dos recursos advindos do IPO, a Companhia atingiu dívida líquida negativa de R\$71,2 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atingiu dívida líquida de R\$84,3 milhões. Essa posição de caixa, somada a um EBITDA Ajustado de R\$225,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 é considerado saudável pelos Diretores da Companhia

Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas por nossa capacidade de geração de caixa operacional, por meio de recursos de terceiros e por meio de nossa oferta inicial de ações. Assim, considerando nosso baixo endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos do COVID-19 na economia brasileira, nossas operações e fluxos de caixa futuros. Caso entendamos necessário contrair empréstimos adicionais para financiar nossas atividades e investimentos, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em R\$ milhões)		
	2020	2019	2018
Dívida Bruta ⁽¹⁾	598,9	34,6	358,6
Dívida Líquida ⁽²⁾	84,3	-71,2	115,3
(Prejuízo)/ Lucro Líquido	-112,8	309,7	148,7
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	225,3	461,5	263,4
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ^{(2) (3)}	0,4x	-0,2x	0,4x

(1). A Dívida Bruta corresponde a soma de nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes.

(2). Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

(3). Corresponde ao nosso EBITDA Ajustado na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.



d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Temos financiado nossas operações, capital de giro e despesas de capital, principalmente com caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais (venda de mercadorias, outras receitas e recuperação de crédito de imposto), empréstimos de instituições financeiras e da venda de nossa carteira de recebíveis.

No curso ordinário de nossos negócios, nós utilizamos o caixa oriundo de nossas operações, principalmente, para financiar nossa necessidade de capital de giro, cumprir nossas obrigações (pagamento de dívida), investir em melhorias na operação da Companhia, renovar lojas existentes e abrir novas lojas.

Nossos empréstimos em aberto em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estão detalhados abaixo no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recurso para as nossas necessidades de capital que pretendemos utilizar no curso regular dos nossos negócios é o nosso caixa operacional. Ainda, podemos nos utilizar da venda da carteira de recebíveis junto às instituições financeiras. Os Diretores da nossa Companhia acreditam que essas disponibilidades são suficientes para atender as nossas necessidades regulares de capital pelos próximos 12 meses, uma vez que nossas despesas gerais e administrativas estão controladas, nossas receitas estão crescendo e nossa capacidade de geração de caixa (ou seja, melhora no prazo médio de recebimento, prazo médio de pagamento e giro de estoque) estão mais eficientes.

Dessa maneira, acreditamos que o nosso caixa operacional e a venda de nossa carteira de recebíveis será suficiente para financiar, pelos próximos 12 meses, as nossas necessidades de capital de giro e, ainda, investir em ativos não circulantes no curso normal dos nossos negócios, por exemplo implantações de *software* importantes para a evolução da Companhia e reformas e aberturas de lojas *geração 5*.

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, os impactos do COVID-19 em nossas operações podem justificar, no futuro e caso os Diretores da nossa Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar nossa necessidade de capital de giro no curto prazo, principalmente enquanto persistirem os efeitos da pandemia.

Diante das incertezas dos impactos do COVID-19 em nossas operações, em 27 de abril de 2020, contratamos junto ao Banco BTG Pactual S.A. um financiamento de capital de giro no valor de até R\$130 milhões, com vencimento em 27 de abril de 2022. Vide item 10.1.f.i deste Formulário de Referência para mais informações sobre estes financiamentos.

Adicionalmente, em 29 de junho de 2020, a nossa controlada SBF Comércio emitiu Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Santander, no montante de R\$230.000.000,00, com prazo de vencimento total de quatro anos, pagamento semestral do principal a partir do 24º mês.



Em 1 de dezembro de 2020, concluímos a transação de aquisição prevista no Contrato de Compra e Venda de Quotas celebrado em 6 de fevereiro e aditado em 20 de novembro de 2020, com Nike Galaxy Holding B.V. e Nike Group Holding B.V. (“OPA”), por meio do qual adquirimos 100% das quotas da FISIA Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (atual denominação social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda) (“FISIA”) (a “Transação”). Para o pagamento da Transação, foram utilizados recursos próprios da Companhia e parte da captação de recursos realizada junto ao mercado em sua oferta subsequente de ações realizada em 2020. Para mais informações sobre a Transação NIKE, vide itens 4.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os Diretores da nossa Companhia reportaram que em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia era de R\$372,1 milhões (R\$34,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$358,6 milhões em 31 de dezembro de 2018), predominantemente em real e indexado ao CDI.

Nossa dívida líquida é calculada pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou uma dívida líquida de R\$84,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 (em comparação com uma dívida líquida de R\$71,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$115,3 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a composição consolidada dos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas subsidiárias junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir (a coluna total representa o saldo total do empréstimo líquido do custo a apropriar):

31 de dezembro de 2020											
Em R\$ milhões											
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Garantia	Vencimento	Taxa Efetiva	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
SBF	SANTANDER	BRL	100% CDI + 3,8% a.a	Fiança	jun/24	100% CDI + 3,8% a.a	-5,44	-4,41	230,00	0,08	225,66
SBF	BTG	BRL	100% CDI + 3% a.a	Fiança	abr/22	100% CDI + 3% a.a	-2,16	-1,20	130,00	1,03	129,84
SBF	BTG	BRL	100% CDI + 3% a.a	Fiança	jun/24	100% CDI + 3,4% a.a	-4,12	-3,45	230,00	0,21	226,76
SBF	RIOMAR	BRL	105% CDI	Fiança	out/21	105% CDI	-	-	3,13	0,00	3,13
SBF	JOCKEY PLAZA	BRL	100%IGPM	Fiança	mar/25	100%IGPM	-	-	2,55	0,32	2,87
SBF	NOVA IGUAÇU	BRL	105% CDI	Fiança	mai/24	105% CDI	-	-	1,57	0,00	1,57
SBF	ALIANSCCE	BRL	100% CDI + 1,5% a.a	Fiança	jun/21	100% CDI + 1,5% a.a	-	-	1,27	0,04	1,31
SBF	CUIABA PLAZA	BRL	100%IPCA	Fiança	mar/25	100% IPCA	-	-	0,85	0,04	0,89
SBF	SAFRA	BRL	100% CDI + 5,79% a.a	Fiança	dez/23	100% CDI + 5,79% a.a	-	-	1,76	0,01	1,77
SBF	BRADESCO	BRL	100% CDI + 4,17% a.a	Fiança	mar/23	100% CDI + 4,17% a.a	-	-	2,59	0,06	2,65



SBF	BRADESCO	BRL	100% CDI + 11,21% a.a.	Fiança	abr/23	100% CDI + 11,21% a.a.	-	-	2,10	0,08	2,18
SBF	IBM	BRL	100% CDI + 6,8% a.a.	Fiança	fev/21	100% CDI + 6,8	-	-	0,12	0,00	0,12
SBF	IBM	BRL	13% a.a.	Fiança	mar/21	15% a.a.	-	-	0,14	0,00	0,14
Total											598,89

31 de dezembro de 2019											
Em R\$ milhões											
Empres a	Credor	Moeda	Taxas de juros	Garantia	Vencime nto	Taxa Efetiva	Custo de transação	Custo a apropriar	Princip al	Juros	Total
SBF	VOTORANT IM	BRL	100% CDI + 3,98	Fiança	jan/20	100% CDI + 3,98	-	-	20,00	0,56	20,56
SBF	RIOMAR	BRL	105% CDI	Fiança	out/21	105% CDI	-	-	3,91	0,00	3,92
SBF	JOCKEY PLAZA	BRL	100%IGPM	Fiança	mar/25	100%IGPM	-	-	3,00	0,50	3,50
SBF	NOVA IGUAÇU	BRL	105% CDI	Fiança	mai/24	105% CDI	-	-	1,97	0,13	2,09
SBF	ALIANSC E	BRL	100% CDI + 1,5% a.a.	Fiança	jun/21	100% CDI + 1,5% a.a.	-	-	1,53	0,00	1,53
SBF	CUIABA PLAZA	BRL	100%IPCA	Fiança	mar/25	100% IPCA	-	-	1,02	0,08	1,10
SBF	IBM	BRL	100% CDI + 6,8	Fiança	fev/21	100% CDI + 6,8	-	-	0,82	0,02	0,84
SBF	IBM	BRL	13% a.a.	Fiança	mar/21	13% a.a.	-	-	0,62	0,00	0,63
SBF	IBM	BRL	15% a.a.	Fiança	jul/20	15% a.a.	-	-	0,41	0,02	0,43
Total											34,6

31 de dezembro de 2018											
Em R\$ milhões											
Empr esa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Garantia	Vencim ento	Taxa Efetiva	Custo de transação	Custo a apropriar	Princip al	Juros	Total
SBF	BRADESC O	BRL	100% CDI + 3,003% a.a.	Cartão Mastercard	dez/21	100% CDI + 3,003% a.a.	-3,09	-1,76	132,28	0,57	131,08
SBF	BRASIL	BRL	130,8% do CDI	Cartão Visa Loja Física	dez/21	130,8% do CDI	-11,75	-3,83	110,17	0,09	106,42
SBF	ITAÚ	BRL	100% CDI + 3% a.a.	Cartão Visa E-commerce	dez/21	100% CDI + 3% a.a.	-1,05	-0,60	44,92	0,05	44,37
SBF	BRASIL	BRL	CDI + 3,5%	Cartão Visa Loja Física	dez/21	CDI + 3,5%	-0,23	-0,16	23,40	0,05	23,29
SBF	ORIGINAL	BRL	125% CDI	Recebíveis VBLOG/Aval Grupo SBF/Aval VBLOG	jun/19	125% CDI	-	-	13,04	0,11	13,15



SBF	BRASIL	BRL	130,8% do CDI	Cartão Visa Loja Física	dez/20	130,8% do CDI	-	-	18,07	1,56	19,63
SBF	BRADESCO	BRL	100% CDI + 3,003% a.a	Cartão Mastercard	dez/20	100% CDI + 3,003% a.a	-	-	7,23	0,71	7,94
SBF	RIOMAR	BRL	105% CDI	Fiança	out/21	105% CDI	-	-	3,89	0,01	3,90
SBF	IBM	BRL	100% CDI + 2,56	Fiança	set/19	100% CDI + 2,56	-	-	1,86	0,02	1,88
SBF	NOVA IGUAÇU	BRL	105% CDI	Fiança	mai/24	105% CDI	-	-	2,00	0,03	2,03
SBF	IBM	BRL	15% a.a	Fiança	jul/20	15% a.a	-	-	1,47	0,04	1,51
SBF	IBM	BRL	100% CDI + 6,8	Fiança	fev/21	100% CDI + 6,8	-	-	1,46	0,01	1,47
SBF	IBM	BRL	100% CDI	Fiança	jun/19	100% CDI	-	-	0,77	0,04	0,81
SBF	BRASIL	BRL	CDI + 3,5%	Cartão Visa Loja Física	dez/20	CDI + 3,5%	-	-	0,85	0,09	0,94
SBF	IBM	BRL	100% CDI	Fiança	mar/19	100% CDI	-	-	0,10	0,00	0,11
VBL OG	SAFRA	BRL	6% a.a	Alienação Fiduciária	nov/19	6% a.a	-	-	0,06	0,00	0,06
VBL OG	SAFRA	BRL	13,2% a.a	Alienação Fiduciária	ago/20	13,2% a.a	-	-	0,04	0,00	0,04
Total										358,6	

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização do principal dos nossos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020:

Vencimento					
(em R\$ milhões)					
2021	2022	2023	2024	2025	Total
92.136	198.346	154.236	153.985	184	598.887

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia possui instrumentos de dívida garantidos com o BTG Pactual, Bradesco e Santander, os quais tiveram seus termos e condições revistos em razão dos impactos mercadológicos provocados pela pandemia COVID-19.

Em 31 de dezembro de 2020, tínhamos doze contratos de empréstimo e financiamento, somando R\$16 milhões, e três contratos de empréstimo e financiamento relevantes, que se caracterizam como operação com taxa de juros pós fixada.

O contrato junto ao Banco Santander apresentava, em 31 de dezembro de 2020, as seguintes características: (i) principal em aberto de R\$230,0 milhões; (ii) taxa de juros de CDI + 3,8% a.a.; (iii) saldo em agregado (principal + juros) de R\$230,1 milhões; (iv) vencimento em junho de 2024; e (v) garantia de fiança prestada pela nossa Companhia.



Um dos contratos junto ao Banco BTG Pactual apresentava, em 31 de dezembro de 2020, as seguintes características: (i) principal em aberto de R\$230,0; (ii) taxa de juros de CDI + 3,4% a.a.; (iii) saldo em agregado (principal + juros) de R\$230,2 milhões (iv) vencimento em junho de 2024; e (v) garantia de fiança prestada pela nossa Companhia.

O outro contrato junto ao Banco BTG Pactual apresentava, em 31 de dezembro de 2020, as seguintes características: (i) principal em aberto de R\$130,0 milhões; (ii) taxa de juros de CDI + 3% a.a.; (iii) saldo em agregado (principal + juros) de R\$131,0 milhões; (iv) vencimento em abril de 2022; e (v) garantia de fiança prestada pela nossa Companhia."

A tabela a seguir evidencia as obrigações de natureza contratual da Companhia, incluindo juros apropriados, em 31 de dezembro de 2020:

	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos	<i>Em milhares de R\$</i>					
Fornecedores	654,813	458,760	196,053	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	372,125	3,069	105,904	134,013	163,981	-
Debêntures	226,762	-	9,381	85,260	160,201	-
Arrendamentos a pagar	1.201,569	18,024	101,904	256,979	253,086	571,576
Outras contas a pagar	594,676	594,676	-	-	-	-
Total	3.049,945	1.074,529	413,242	476,252	577,268	571,576

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, além daquelas citadas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nossos contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis são garantidos por avais, e alienação fiduciária de bens financiados.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas



restrições;

Em 29 de junho de 2020, nossa controlada SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("SBF Comércio") realizou sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais) ("Primeira Emissão de Debêntures").

Além da garantia adicional fidejussória a Primeira Emissão de Debêntures conta com restrições (*covenants*) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, *cross default*, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações e distribuição de dividendos acima do mínimo legal. Adicionalmente, a Companhia estará sujeita a manter índice de Dívida Líquida² para fins de *covenants*/ EBITDA inferior a 2,5 no final dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não possuíamos, em 31 de dezembro de 2020, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização. Não obstante, nossa carteira de recebíveis de cartão de crédito está disponível para ser vendida, com os bancos ou adquirentes, sempre que considerarmos necessário.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Os termos “AV” e “AH” que constam nas colunas de determinadas tabelas a seguir significam “Análise Vertical” e “Análise Horizontal”, respectivamente.

Demonstrações de Resultado***Apresentação das principais contas das nossas demonstrações de resultados*****Receita Líquida**

A receita líquida é composta por nossa receita bruta descontada de impostos sobre as vendas (ICMS, PIS e COFINS), além disso, usufruímos de benefícios fiscais sobre o ICMS que reduzem essas deduções, consequentemente aumentando nossa receita líquida. A receita é proveniente de (i) nossas lojas físicas, por meio de diferentes modelos de loja, sendo eles Centauro (marca principal que pode ser Loja Tradicional ou Geração 5, que é nosso novo modelo de lojas), *ByTennis*, *Nike*; (ii) nossa plataforma digital, que atende nossos clientes por meio do aplicativo, *website* e *site mobile*; (iii) serviços de frete prestados a terceiros por meio da subsidiária

² Dívida Líquida para fins de *covenants* consiste no somatório de empréstimos e financiamentos tomados com instituição financeira ou não, emissões de títulos de dívida no mercado local ou internacional, e avais e fianças prestados pela Grupo SBF, ou por entidades controladas pela Garantidora Grupo SBF, para terceiros que não estejam consolidados nas demonstrações financeiras consolidadas da Grupo SBF, menos as disponibilidades (somatório do caixa mais aplicações financeiras de curto prazo).



VBLOG Logística e Transporte Ltda. e cobrados de nossos clientes por envio de mercadorias adquiridas na nossa plataforma digital; (iv) serviços prestados de *marketplace* (comissionamento sobre produtos e serviços de terceiros oferecidos em nossa plataforma digital) e (v) venda de atacado pela Fisia.

Custos das vendas

Os custos das mercadorias vendidas são compostos pelos produtos comprados dos fornecedores e incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior.

Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas de vendas, gerais e administrativas consistem principalmente de despesas relacionadas a pessoal, ocupação (aluguel de nossas lojas), depreciação e amortização, utilidades, serviços, entre outros.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre operações de mútuo, receita financeira cartão presente, reconhecida sobre os saldos expirados, descontos obtidos e ajuste a valor presente. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, juros sobre venda de recebíveis, ajuste a valor presente, juros sobre impostos parcelados e juros sobre contingências.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre nosso resultado, a partir das nossas demonstrações financeiras:

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Exercício social encerrado em				
	31/12/2020		31/12/2019		AH%
	R\$ milhões	AV(%) ¹	R\$ milhões	AV(%) ¹	
Receitas líquidas	2.406,9	100%	2.545,4	100%	-5,4%
Custo das vendas	-1.356,8	-56,4%	-1.286,8	-50,6%	5,4%
Lucro bruto	1.050,1	43,6%	1.258,6	49,4%	-16,6%



Despesas operacionais					
Despesas de vendas	-855,7	-35,6%	-846,5	-33,3%	1,1%
Despesas administrativas e gerais	-250,8	-10,4%	-337,1	-13,2%	-25,6%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-16,3	-0,7%	393,6	15,5%	-104,2%
Lucro (prejuízo) operacional	-72,8	-3,0%	468,7	18,4%	-115,5%
Receitas financeiras	102,3	4,3%	217,8	8,6%	-53,0%
Despesas Financeiras	-231,5	-9,6%	-279,2	-11,0%	-17,1%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-129,2	-5,4%	-61,4	-2,4%	110,5%
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	-201,9	-8,4%	407,3	16,0%	-149,6%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-208,7	-8,7%	-42,9	-1,7%	386,4%
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	297,8	12,4%	-54,7	-2,1%	-644,7%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-112,8	-4,7%	309,7	12,2%	-136,4%

¹ Em relação à receita líquida do período.

Receitas líquidas

Nossas receitas líquidas totalizaram R\$2.406,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$138,6 milhões, ou 5,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R\$2.545,4 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, em função dos impactos da pandemia da COVID-19 no funcionamento de nossas lojas físicas, tendo sido parcialmente compensado pelos nossos esforços de venda por meio de nossa plataforma digital e *omnichannel*.

Custo das vendas

Nosso custo das vendas totalizou R\$1.356,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando 56,4% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$69,9 milhões ou 5,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$1.286,8 milhões (50,6% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu, principalmente, da redução da margem bruta na venda de produtos devido a um mercado mais promocional causado pela pandemia.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores mencionados acima, nosso lucro bruto totalizou R\$1.050,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando 43,6% da receita líquida no mesmo período e uma redução de R\$208,5 milhões ou 16,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$1.258,6 milhões (49,4% da receita líquida no mesmo período).



Despesas de vendas

Nossas despesas de vendas totalizaram R\$855,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando 35,6% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$9,2 milhões ou 1,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R\$846,5 milhões (33,3% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu, principalmente, em razão do crescimento das despesas de venda da plataforma digital, que são em sua maioria despesas que acompanharam o crescimento do referido canal. Essa variação foi parcialmente compensada pela redução das despesas de lojas físicas que tiveram suas operações afetadas pela pandemia da COVID-19, resultando em redução de despesas fixas e aluguel.

Despesas administrativas e gerais

Nossas despesas administrativas e gerais totalizaram R\$250,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando 10,4% da receita líquida no mesmo período e uma redução de R\$86,3 milhões ou 25,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R\$337,1 milhões (13,2% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu principalmente das iniciativas tomadas pela administração da Companhia para contenção de despesas durante o ano, como reação aos efeitos adversos da pandemia.

Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

Nossas outras despesas operacionais totalizaram R\$16,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando 0,7% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$410,0 milhões ou 104,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram uma receita de R\$393,6 milhões (15,5% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu principalmente do reconhecimento de créditos de PIS e COFINS em razão da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado em 2019 e em função da redução do ritmo de aberturas e reformas de lojas G5 em 2020, resultando em menor contribuição de nossos parceiros para o CAPEX de loja G5.

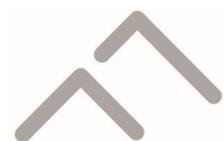
Lucro (prejuízo) operacional.

Nosso prejuízo operacional totalizou R\$72,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$395,9 milhões ou 115,5% quando comparado ao lucro de R\$468,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu da diminuição da receita líquida da Companhia e do aumento das despesas operacionais, conforme descrito acima.

Receitas (Despesas) financeiras líquidas

Nossas despesas financeiras líquidas totalizaram R\$129,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$67,8 milhões ou 110,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R\$61,4 milhões.

As receitas financeiras totalizaram R\$102,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$115,5 milhões ou 53,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram um valor de R\$217,8 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, por um saldo de R\$184,3 milhões oriundo da atualização monetária decorrente do reconhecimento de créditos de PIS e COFINS em razão da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019., enquanto, no exercício social encerrado



em 31 de dezembro de 2020, o saldo reconhecido totalizou R\$28 milhões. A diferença foi parcialmente compensada por uma baixa de R\$48 milhões do valor de INSS no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$11 milhões de receita de aplicações financeiras.

Nossas despesas financeiras brutas totalizaram R\$231,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$47,7 milhões ou 17,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram um valor de R\$279,2 milhões. Essa variação é explicada, principalmente, (i) pelo aumento de R\$85,8 milhões no valor de juros sobre contingências causado pelo reconhecimento de novas contingências devido à reavaliação do prognóstico de perda em relação a algumas discussões que antes eram classificadas com probabilidade de perda possível e, conforme avaliação da Companhia, com base em recomendação de seus assessores legais, estão classificadas como perda provável e foram parcialmente compensadas pela redução de R\$18,6 milhões em juros sobre desconto de duplicatas e R\$13,6 milhões em juros sobre empréstimos, ambos explicados pela redução da necessidade de financiamento da Companhia após a capitalização ocorrida com a oferta pública inicial de ações.

Imposto de renda e contribuição social – Correntes e diferidos

Nosso saldo de Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos totalizou uma receita de R\$89,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$186,7 milhões ou 191,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou uma despesa de R\$97,6 milhões. Essa variação se justifica, principalmente, pelo registro do imposto de renda sobre os créditos tributários (PIS/COFINS) em 2019 (R\$196 milhões) e aumento do registro do diferido decorrente do prejuízo fiscal do ano de 2020.

Lucro (prejuízo) líquido do período

Em razão dos fatores acima elencados, nosso prejuízo líquido totalizou R\$112,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando 4,7% da receita líquida no mesmo período e uma redução de R\$422,5 milhões, ou 136,4%, quando comparado ao lucro líquido de R\$309,7 milhões (12,2% da receita líquida no mesmo período) referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Exercício social encerrado em				
	31/12/2019		31/12/2018		AH%
	R\$ milhões	AV(%) ¹	R\$ milhões	AV(%) ¹	
Receitas líquidas	2.545,4	100%	2.275,1	100,0%	11,9%
Custo das vendas	-1.286,8	-50,6%	-1.159,1	-50,9%	11,0%
Lucro bruto	1.258,6	49,4%	1.115,9	49,0%	12,8%
Despesas operacionais					
Despesas de vendas	-846,5	-33,3%	-769,0	-33,8%	10,1%
Despesas administrativas e gerais	-337,1	-13,2%	-169,7	-7,5%	98,6%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	393,6	15,5%	2,7	0,1%	14.477,8%



Lucro (prejuízo) operacional	468,7	18,4%	179,9	7,9%	160,5%
Receitas financeiras	217,8	8,6%	61,0	2,7%	257,0%
Despesas Financeiras	-279,2	-11,0%	-152,7	-6,7%	82,8%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-61,4	-2,4%	-91,7	-4,0%	-33,0%
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	407,3	16,0%	88,2	3,9%	361,7%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-42,9	-1,7%	-3,9	-0,2%	1000,0%
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	-54,7	-2,1%	64,5	2,8%	-184,8%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	309,7	12,2%	148,7	6,5%	108,3%

¹ Em relação à receita líquida do período.

Receitas líquidas

Nossas receitas líquidas totalizaram R\$2.545,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$270,3 milhões, ou 11,9%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$2.275,1 milhões. As receitas líquidas das lojas físicas totalizaram R\$2.105,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$193,5 milhões ou 10,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$1.912,2 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do maior volume de vendas impulsionado pelo(a): (i) aumento e otimização das ações de omnichannel que reforçaram a venda tanto na loja física quanto na plataforma digital, como a modalidade de venda "Encomenda Expressa", na qual o cliente compra produtos que não estão disponíveis em loja através de um tablet e/ou computador, e a maior oferta de modalidades de entrega (Click & Collect, modalidade em que o cliente pode comprar no site e retirar na loja, e Ship from Store convencional e expresso, em que o cliente compra no *site* e o pedido é expedido da loja), (ii) receita adicional de 18 lojas novas Geração 5 inauguradas em 2019 e quatro lojas Geração 5 inauguradas no último trimestre de 2018, (iii) lançamento de novas coleções de produtos licenciados principalmente em vestuário e futebol e maior acesso ao sortimento de vestuário casual de grandes marcas, e (iv) pela performance acima da média de nossas nove lojas que foram reformadas em 2019 para o formato Geração 5. Os fatores que causaram o aumento na receita líquida foram parcialmente compensados pelo (i) período em que nossas lojas que foram reformadas permaneceram fechadas; e (ii) redução de 0,2% no ticket médio.

As receitas líquidas da plataforma digital totalizaram R\$439,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$76,9 milhões ou 21,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$362,9 milhões. Essa variação decorreu do (i) crescimento de 47% do número de visitas em nosso *site*, principalmente, do maior volume de acesso por meio de anúncios em sites de terceiros e *app*; (ii) maior penetração das iniciativas *omnichannel* já descritas anteriormente; (iii) melhoria das funcionalidades e *features* de navegação em nosso *site*; (iv) incremento na variedade de modelos vendidos no *site* (produtos próprios e *marketplace*); (v) aumento de 34,7% no volume de itens vendidos acompanhado por um aumento de 4,6% do preço médio por compra; e (vi) aumento de 46,2% no total de clientes ativos (clientes que realizaram pelo menos uma compra no ano) na plataforma digital.



Custo das vendas

Nosso custo das vendas totalizou R\$1.286,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 50,6% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$127,7 milhões ou 11,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$1.159,1 milhões (50,9% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu, principalmente, do maior volume de vendas que impulsionaram o aumento de 11,9% da receita líquida no mesmo período. A margem bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (49,4%) representou um aumento de 0,3 p.p. em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (49,1%). Essa variação ocorreu em grande parte devido ao aumento de participação da categoria vestuário nas vendas, que apresenta margem superior às outras categorias, bem como da redução da carga tributária correspondente a eliminação decorrente do reconhecimento de créditos de PIS e COFINS em razão da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado e por um menor volume de descontos concedidos ao consumidor final quando comparado com o período anterior.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores mencionados acima, nosso lucro bruto totalizou R\$1.258,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 49,4% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$142,7 milhões ou 12,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$1.115,9 milhões (49,0% da receita líquida no mesmo período).

Despesas de vendas

Nossas despesas de vendas totalizaram R\$846,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 33,3% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$77,5 milhões ou 10,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$769,0 milhões (33,8% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: (i) aumento de R\$42,3 milhões de pessoal devido principalmente ao aumento de mão de obra para as novas lojas; (ii) aumento de R\$20,2 milhões em utilidades e serviços, principalmente devido a um aumento na despesa de frete, acompanhando o crescimento das vendas e das funcionalidades omnichannel; (iii) aumento de R\$12,9 milhões em promoções e despesas com *marketing* em função principalmente do aumento das campanhas pagas para a plataforma digital que impulsionaram o crescimento de vendas do mesmo; e (iv) aumento de R\$3,3 milhões em taxas administrativas (taxa de administração de cartão de crédito) em decorrência do aumento de nossas vendas; e foram parcialmente compensados pelos efeitos da implantação da norma IFRS16, que reduziram as despesas de ocupação em R\$119,2 milhões e acrescentaram R\$103,4 milhões a conta de Depreciação de direito de uso, resultando em um efeito líquido de R\$15,7 milhões.

Despesas administrativas e gerais

Nossas despesas administrativas e gerais totalizaram R\$337,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 13,2% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$167,4 milhões ou 98,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$169,7 milhões (7,5% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu principalmente do aumento de R\$122,5 milhões em Contingências causado pelo reconhecimento de novas contingências devido à reavaliação do prognóstico de perda em relação à algumas discussões que antes eram classificadas com probabilidade de perda possível e, conforme avaliação da Companhia, com base em recomendação de seus assessores externos a partir da evolução dos respectivos processos, estão classificadas como perda provável.



Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

Nossas outras receitas operacionais totalizaram R\$393,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 15,5% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$390,9 milhões ou 14.477,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$2,7 milhões (0,1% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu principalmente do reconhecimento de créditos de PIS e COFINS em razão da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado.

Lucro (prejuízo) operacional.

Nosso lucro operacional para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$468,7 milhões, ante R\$179,9 milhões para o mesmo período em 2018. Essa variação decorreu do aumento da receita líquida da Companhia e do aumento das receitas operacionais, conforme descrito anteriormente.

Receitas (Despesas) financeiras líquidas

Nossas despesas financeiras líquidas totalizaram R\$61,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$30,3 milhões ou 33,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$91,7 milhões.

As receitas financeiras totalizaram R\$217,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$156,8 milhões ou 257,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram um valor de R\$61,0 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, por um aumento de R\$184,3 milhões oriundo da atualização monetária decorrente do reconhecimento de créditos de PIS e COFINS em razão da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado e foi parcialmente compensada pelo fato de não termos obtido junto à fornecedores descontos que seriam reconhecidos como receita financeira no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, sendo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 esse valor foi de R\$17,2 milhões.

Nossas despesas financeiras brutas totalizaram R\$279,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$126,5 milhões ou 82,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram um valor de R\$152,7 milhões. Essa variação é explicada, principalmente, (i) pelo valor de R\$90,5 milhões no valor de juros de arrendamento mercantil, decorrente do reconhecimento de nossos contratos de aluguel como arrendamento devido à implementação da norma contábil IFRS16 a partir de 1º de janeiro de 2019; e (ii) pelo aumento de R\$85,8 milhões no valor de juros sobre contingências causado pelo reconhecimento de novas contingências devido à reavaliação do prognóstico de perda em relação a algumas discussões que antes eram classificadas com probabilidade de perda possível e, conforme avaliação da Companhia, com base em recomendação de seus assessores legais, estão classificadas como perda provável e foram parcialmente compensadas pela redução de R\$18,6 milhões em juros sobre desconto de duplicatas e R\$13,6 milhões em juros sobre empréstimos, ambos explicados pela redução da necessidade de financiamento da Companhia após a capitalização ocorrida com a oferta pública inicial de ações.

Imposto de renda e contribuição social – Correntes e diferidos

Nosso saldo de Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos totalizou uma despesa de R\$97,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$158,2 milhões



ou 261,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou uma receita de R\$60,5 milhões. Essa variação se justifica, principalmente, pelo IRPJ e CSLL de anos anteriores reconhecidos no ano corrente que apresentou um valor positivo de R\$44,0 milhões em 2019, uma redução de R\$28,9 milhões em relação ao valor positivo de R\$72,9 milhões reconhecido em 2018.

Lucro (prejuízo) líquido do período

Em razão dos fatores acima elencados, nosso lucro líquido totalizou R\$309,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 12,2% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$161 milhões, ou 108,3%, quando comparado ao lucro líquido de R\$148,7 milhões (6,5% da receita líquida no mesmo período) referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Balancos patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Balancos patrimoniais	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH 2020x2019
Ativos	(R\$ milhões)	(%) ¹	(R\$ milhões)	(%) ¹	(%)
Caixa e equivalentes de caixa	514,3	8,3%	105,3	2,7%	388,4%
Contas a receber	984,5	15,9%	586,4	14,8%	67,9%
Tributos a compensar	712,8	11,5%	362,4	9,2%	96,7%
Imposto de renda e contribuição social a compensar	40,0	0,6%	54,9	1,4%	-27,1%
Estoques	890,8	14,4%	428,5	10,8%	107,9%
Outras contas a receber	146,7	2,4%	23,0	0,6%	537,8%
Total do ativo circulante	3.289,0	53,1%	1.560,6	39,7%	110,8%
Aplicações financeiras	0,3	0,0%	0,5	0,0%	-40,0%
Tributos a compensar	347,9	5,6%	336,2	8,5%	3,5%
Ativo fiscal Diferido	453,9	7,3%	222,6	5,6%	103,9%
Depósitos judiciais	125,7	2,0%	105,3	2,7%	19,4%
Outros Valores a receber	0,6	0,0%	0,6	0,0%	0,0%
Imobilizado	514,5	8,3%	452,4	11,4%	13,7%
Intangível	305,6	4,9%	117,6	3,0%	159,9%
Direito de Uso	1.154,1	18,6%	1.137,8	28,8%	1,4%
Total do ativo não circulante	2.904,8	46,9%	2.373,2	60,3%	22,4%
Total do ativo	6.193,9	100,0%	3.933,7	100,0%	57,5%

¹ Em relação ao total do ativo

Balancos patrimoniais	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH 2020X2019
Passivo	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Fornecedores	654,8	6,8%	661,0	16,7%	-0,9%
Empréstimos e financiamentos	93,3	1,0%	27,0	0,7%	245,6%



Obrigações tributárias	223,8	2,3%	66,2	1,7%	238,1%
Impostos parcelados	54,8	0,6%	60,4	1,5%	-9,3%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	93,7	1,0%	151,3	3,8%	-38,1%
Arrendamentos a pagar	119,9	1,2%	94,6	2,4%	26,7%
Outras contas a pagar	594,7	6,2%	33,0	0,8%	1702,1%
Outras obrigações	17,4	0,2%	0,0	0,0%	-
Total do passivo circulante	1.852,3	19,3%	1.093,6	27,8%	69,4%
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	278,8	2,9%	7,6	0,2%	3568,4%
Debêntures	226,8	2,4%	0,0	0,0%	-
Impostos parcelados	101,8	1,1%	135,8	3,4%	-25,0%
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,0	0,0%	0,5	0,0%	-100,0%
Provisão para contingências	547,1	5,7%	472,4	11,9%	15,8%
Arrendamentos a pagar	1.081,6	11,3%	1.055,2	26,7%	2,5%
Mútuos a pagar	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Outras obrigações	154,7	1,6%	0,0	0,0%	-
Total do passivo não circulante	2.390,9	24,9%	1.671,4	42,3%	43,0%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.815,5	18,9%	955,3	24,2%	90,0%
Reserva de capital	194,5	2,0%	171,4	4,3%	13,5%
Reservas de lucros	15,5	0,2%	43,1	1,1%	-64,0%
(prejuízos) acumulados	-75,1	34,7%	0	0,0%	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	1.950,3	55,8%	1.169,8	29,6%	-40,0%
Patrimônio líquido não atribuível aos controladores					
Acionistas não controladores	0,4	0,0%	-1,1	0,0%	-375,0%
Total do patrimônio líquido	1.950,7	55,8%	1.168,7	29,6%	-40,1%
Total do passivo e patrimônio líquido					
Total do passivo e patrimônio líquido	6.193,9	100,0%	3.933,7	100,0%	-36,5%

¹ Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido.

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Nosso saldo de Caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$514,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$409,0 milhões ou 388,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$105,3 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da alocação dos saldos



de caixa e equivalentes de caixa da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. após o fechamento da aquisição da sociedade pela Companhia.

Contas a receber

Nosso saldo de Contas a receber totalizou R\$984,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$398,1 milhões ou 67,9%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$586,4 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da alocação dos saldos de contas a receber da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. após o fechamento da aquisição da sociedade pela Companhia.

Tributos a compensar

Nosso saldo de Tributos a compensar totalizou R\$712,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$350,4 milhões ou 96,7%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$362,4 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da alocação dos saldos de tributos a compensar da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. após o fechamento da aquisição da sociedade pela Companhia, tendo sido parcialmente compensada pelo abatimento de R\$66 milhões do crédito de PIS COFINS sobre ICMS.

Imposto de renda e contribuição social a compensar

Nosso saldo de Imposto de renda e contribuição totalizou R\$40,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma diminuição de R\$14,9 milhões ou 27,1%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$54,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, de um volume menor de pagamentos antecipados de impostos resultado de um lucro tributável menor nesse período, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Estoques

Nosso saldo de Estoques totalizou R\$890,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$462,3 milhões ou 107,9%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$428,5 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da alocação dos saldos da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. após o fechamento da aquisição da sociedade pela Companhia.

Outras contas a receber

Nosso saldo de Outras contas a receber totalizou R\$146,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$123,7 milhões ou 537,8%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$23,0 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, após o fechamento da aquisição da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda, **(i)** em função de um acerto, no valor de R\$82 milhões e **(ii)** pela alocação dos saldos de outras contas a receber, no valor de R\$32 milhões.

Ativo não circulante

Tributos a compensar

Nosso saldo de Tributos a compensar totalizou R\$347,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$11,7 milhões ou 3,5%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a



R\$336,2 milhões. Essa variação é justificada pela transferência de ICMS do curto prazo para o longo prazo, segundo estimativa de recuperabilidade da Companhia.

Ativo fiscal diferido

Nosso saldo de Ativo fiscal diferido, líquido de passivo fiscal diferido, totalizou R\$453,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$231,3 milhões ou 103,9% se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$222,6 milhões. Esse aumento decorre principalmente do estorno do registro do diferido sobre os créditos tributários de PIS/COFINS para efetivo registro como imposto de renda e contribuições social corrente (R\$196 milhões), sendo que o restante refere-se ao aumento do prejuízo fiscal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Depósitos judiciais

Nosso saldo de depósitos judiciais totalizou R\$125,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$20,4 milhões ou 19,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$105,3 milhões. Essa variação refere-se principalmente às decisões liminares obtidas em ações judiciais propostas pela Companhia para obter o direito de depositar judicialmente o percentual da partilha do ICMS para o Estado de destino, nos termos da EC 87/2016, até decisão final ulterior.

Imobilizado

Nosso saldo de Imobilizado totalizou R\$514,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$62,1 milhões ou 13,7%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$452,4 milhões. Essa variação decorreu da aquisição (i) do ativo imobilizado da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. no valor de R\$29,9 milhões e (ii) de ativos de R\$56,3 milhões, ocasionada pelas reformas e aberturas de lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Intangível

Nosso saldo de Intangível totalizou R\$305,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$188 milhões ou 159,9%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$117,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, em função da alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "NIKE" no valor de R\$165 milhões. Adicionalmente, investimentos adicionais em projetos de inovação e tecnologia impactaram em menor escala.

Direito de Uso

Nosso saldo de Direito de Uso totalizou R\$1.154,10 milhões em 31 de dezembro de 2020 comparado com R\$1.137,8 em 31 de dezembro de 2019. Esse valor decorreu da em função da alocação de R\$11 milhões do reconhecimento do direito de uso relacionado aos contratos de arrendamento da FISIA e R\$4 milhões dos novos e de renovações de contratos de lojas da Centauro.

As demais contas do nosso ativo circulante e não circulante não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Passivo circulante



Fornecedores

Nosso saldo de Fornecedores totalizou R\$654,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma diminuição de R\$6,2 milhões ou 0,9%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$661,0 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, (i) em função da alocação dos saldos de fornecedores da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. no valor de R\$101 milhões após o fechamento da aquisição da referida sociedade e (ii), em menor grau, por um aumento de R\$20 milhões nas provisões de arrendamento, que foi parcialmente compensado por uma diminuição na compra de produtos para revenda no valor de R\$116 milhões em função da pandemia de COVID-19.

Empréstimos e financiamentos

Nosso saldo de Empréstimos e financiamentos totalizou R\$93,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$66,3 milhões ou 245,6%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$27,0 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da contratação de novas linhas de dívida para reforço de caixa em função da pandemia.

Obrigações tributárias

Nosso saldo de obrigações tributárias totalizou R\$223,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$157,6 milhões ou 238,1%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$66,2 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da alocação dos saldos da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. após o fechamento da aquisição da referida sociedade, no valor de R\$93 milhões e da provisão de R\$40 milhões de montante de IPI sobre a revenda de produtos importados que os assessores externos da Companhia passaram a avaliar a com probabilidade de perda provável.

Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Nosso saldo de obrigações trabalhistas totalizou R\$93,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma diminuição de R\$57,6 milhões ou 38,1%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$151,3 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da redução da provisão do montante de Participação nos Resultados (Bônus) no valor de R\$27 milhões e por uma baixa de R\$48 milhões do valor de Contribuição previdenciária de INSS.

Arrendamentos a pagar

Nosso saldo de Arrendamentos a Pagar de Curto Prazo totalizou R\$119,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 comparado com R\$94,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse valor decorreu, principalmente, em função da atualização do saldo de arrendamentos a pagar após o fechamento da aquisição da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. e de contratos novos e reajustados da Companhia.

Outras contas a pagar

Nosso saldo de Outras contas a pagar totalizou R\$594,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$561,7 milhões ou 1702,1% se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$33,0. Esse valor decorreu, principalmente, em função da atualização do saldo de outras contas a pagar após o fechamento da aquisição da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.



Passivo não circulanteEmpréstimos e financiamentos

Nosso saldo de Empréstimos e financiamentos totalizou R\$278,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$271,2 milhões ou 3568,4% se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$7,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da contratação de novas linhas de crédito no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em função da pandemia da COVID-19 e para assegurar a estratégia de expansão da Companhia.

Debêntures

Nosso saldo de Debêntures totalizou R\$226,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$226,8 milhões se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$0,0. Essa variação decorreu, da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição de nossa controlada SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A., em junho de 2020, no valor de R\$230.000.000,00.

Impostos parcelados

Os parcelamentos tributários da nossa Companhia se estendem por mais de 12 meses, e também são compreendidos no longo prazo onde o saldo totalizou R\$101,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma diminuição de R\$34 milhões ou 25%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$135,8 milhões, a variação decorre, principalmente, da migração do saldo de parcelamento existente perante o Distrito Federal decorrente de novo programa de Parcelamento Especial instituído pela Lei Complementar nº 976/2020, que resultou em desconto.

Provisão para contingências

Nosso saldo de Provisão para contingências totalizou R\$547,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$74,7 milhões ou 15,8%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$472,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da reavaliação do prognóstico de perda em relação à algumas discussões que antes eram classificadas com probabilidade de perda possível e, conforme avaliação da Companhia com base em entendimento de seus assessores externos, estão classificadas como perda provável.

Arrendamentos a pagar

Nosso saldo de Arrendamentos a Pagar de Longo Prazo totalizou R\$1.081,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, comparado com R\$1.055,2 em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$26,4 milhões. Esse valor decorreu, principalmente, da alocação do saldo de R\$4 milhões em razão fechamento da aquisição da FISIA Comércio de Produtos Ltda. e R\$22 milhões de renovações e novos contratos de Centauro.

Outras obrigações

Nosso saldo de Outras obrigações totalizou R\$154,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$154,7 milhões se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$0,0 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da alocação do saldo após a aquisição da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.

Patrimônio líquido

Capital Social

Nosso Capital Social totalizou R\$1.815,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$860,2 milhões ou 90%, quando comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$955,3 milhões. Essa variação decorreu principalmente da oferta pública subsequente de ações da Companhia, realizada durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Reserva de capital

Nossa Reserva de Capital totalizou R\$194,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$23,1 milhões ou 13,5% quando comparada a 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$171,4 milhões. Essa variação decorreu principalmente da destinação de parte do lucro apresentado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Reservas de lucros

Nossas Reservas de lucros totalizaram R\$15,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$43,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu principalmente da destinação de parte do lucro apresentado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(Prejuízos) acumulados

Nosso saldo de Prejuízos acumulados totalizou R\$75,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$0,0 milhão em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu principalmente do resultado apresentado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020,.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Balancos patrimoniais	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH 2019X2018
Ativos	(R\$ milhões)	(%) ¹	(R\$ milhões)	(%) ¹	(%)
Caixa e equivalentes de caixa	105,3	2,7%	242,8	13,5%	-56,6%
Contas a receber	586,4	14,8%	84,3	4,7%	595,6%
Tributos a compensar	362,4	9,2%	104,7	5,8%	246,2%
Imposto de renda e contribuição social a compensar	54,9	1,4%	20,3	1,1%	171,0%
Estoques	428,5	10,8%	334,9	18,6%	27,9%
Outras contas a receber	23,0	0,6%	32,0	1,8%	-28,1%
Total do ativo circulante	1.560,6	39,7%	819,0	45,5%	90,6%



Aplicações financeiras	0,5	0,0%	0,5	0,0%	-
Tributos a compensar	336,2	8,5%	18,6	1,0%	1705,2%
Ativo fiscal Diferido	222,6	5,6%	288,2	16,0%	-22,8%
Depósitos judiciais	105,3	2,7%	118,8	6,6%	-11,4%
Outros Valores a receber	0,6	0,0%	0,6	0,0%	0,0%
	665,3	16,9%	426,8	23,7%	55,9%
Imobilizado	452,4	11,4%	448,0	24,9%	1,0%
Intangível	117,6	3,0%	104,6	5,8%	12,4%
Direito de Uso	1.137,8	28,8%	0	0,0%	n.a
Total do ativo não circulante	2.373,2	60,3%	979,3	54,5%	142,3%
Total do ativo	3.933,7	100,0%	1.798,30	100,0%	118,7%

¹ Em relação ao total do ativo

Balancos patrimoniais	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH 2019X2018
Passivo	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Fornecedores	661,0	16,7%	544,4	30,3%	21,4%
Empréstimos e financiamentos	27,0	0,7%	94,7	5,3%	-71,5%
Obrigações tributárias	66,2	1,7%	61,7	3,4%	7,4%
Impostos parcelados	60,4	1,5%	62,7	3,5%	-3,7%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	151,3	3,8%	140,7	7,8%	7,5%
Arrendamentos a pagar	94,6	2,4%	0	0,0%	n.a
Outras contas a pagar	33,0	0,8%	27,4	1,5%	20,4%
Total do passivo circulante	1093,6	27,8%	931,5	51,8%	17,4%
Empréstimos e financiamentos	7,6	0,2%	264,0	14,7%	-97,1%
Impostos parcelados	135,8	3,4%	146,9	8,2%	-7,6%
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,5	0,0%	0,0	0,0%	n.a
Provisão para contingências	472,4	11,9%	254,4	14,2%	85,7%
Arrendamentos a pagar	1055,2	26,7%	0,0	0,0%	n.a
Mútuos a pagar	0,0	0,0%	10,0	0,6%	-100,0%
Total do passivo não circulante	1671,4	42,3%	675,3	37,6%	147,5%
Patrimônio líquido					
Capital social	955,3	24,2%	302,8	16,8%	215,5%



Reserva de capital	171,4	4,3%	156,4	8,7%	9,6%
Reservas de lucros	43,1	1,1%			n.a
(prejuízos) acumulados	0	0,0%	-270,6	-15,1%	-100,0%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	1169,8	29,6%	188,6	10,5%	520,3%
Acionistas não controladores	-1,1	0,0%	2,9	0,2%	-137,9%
Total do patrimônio líquido	1168,7	29,6%	191,4	10,5%	510,6%
Total do passivo e patrimônio líquido	3.933,7	100,0%	1.798,3	100,0%	118,7%

¹ Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido.

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Nosso saldo de Caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$105,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$137,5 milhões ou 56,6%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$242,8 milhões. Essa variação ocorreu pelo consumo de caixa operacional, que foi negativamente afetado pelo aumento do saldo de contas a receber, e pelo consumo de caixa para investimento, que foi negativamente afetado pelas adesões ao imobilizado; e foi parcialmente compensada pelo fluxo de financiamentos, que foi positivamente afetado pelo aumento de capital realizado através de oferta pública inicial de ações.

Contas a receber

Nosso saldo de Contas a receber totalizou R\$586,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$502,1 milhões ou 595,6%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$84,3 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, de uma significativa menor venda de recebíveis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Tributos a compensar

Nosso saldo de Tributos a compensar totalizou R\$362,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$257,7 milhões ou 246,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$104,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pelo reconhecimento de créditos de PIS e COFINS decorrente da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado.

Imposto de renda e contribuição social a compensar

Nosso saldo de Imposto de renda e contribuição totalizou R\$54,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$34,6 milhões ou 171,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$20,3 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, de um volume maior de pagamentos antecipados de impostos resultado de um lucro tributável maior nesse período, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.



Estoques

Nosso saldo de Estoques totalizou R\$428,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$93,6 milhões ou 28,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$334,9 milhões. O aumento de estoque decorreu (i) da estratégia da Companhia para suportar o aumento de vendas observado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e (ii) da abertura de 18 novas lojas no período, o que resultou em um novo volume de mercadorias que não existia no mesmo período do ano anterior.

Ativo não circulante

Ativo fiscal diferido

Nosso saldo de Ativo fiscal diferido, líquido de passivo fiscal diferido, totalizou R\$222,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$65,6 milhões ou 22,8% se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$288,2 milhões. Essa redução decorre do aumento do valor de passivo fiscal diferido, que aumentou de R\$21,2 milhões para R\$243,3 milhões devido ao reconhecimento contábil de créditos de PIS e COFINS que dependem de confirmação de jurisprudência a ser formada para que possam ser reconhecidos fiscalmente.

Tributos a compensar

Nosso saldo de Tributos a compensar totalizou R\$336,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$317,6 milhões ou 1.705,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$18,6 milhões. Essa variação é justificada pelo reconhecimento de créditos de PIS e COFINS decorrente da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado.

Depósitos judiciais

Nosso saldo de depósitos judiciais totalizou R\$105,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$13,5 milhões ou 11,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$118,8 milhões. Essa variação decorreu (i) da baixa de R\$33,1 milhões; e (ii) da reversão de R\$12,4 milhões, parcialmente compensada por adição de R\$32,0 milhões em novos depósitos.

Imobilizado

Nosso saldo de Imobilizado totalizou R\$452,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$4,4 milhões ou 1,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$448,0 milhões. Esta variação foi causada pelo investimento de R\$75,6 milhões, acima do valor da depreciação de R\$61,8 milhões e da baixa de ativos de R\$9,3 milhões ocasionada pelas aberturas e reformas de lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Intangível

Nosso saldo de Intangível totalizou R\$117,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$13 milhões ou 12,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$104,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, dos investimentos adicionais no projeto *SAP Outbound*, melhorias de *site* e sistemas de multicanalidade, frente de caixa, *Big Data* e projetos diversos de inovação.



Direito de Uso

Nosso saldo de Direito de Uso totalizou R\$1.137,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 comparado com R\$0,0 em 31 de dezembro de 2018. Essa valor decorreu, do reconhecimento do direito de uso dos contratos de aluguel das lojas, conforme alteração da norma contábil IFRS16.

As demais contas do nosso ativo circulante e não circulante não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Nosso saldo de Empréstimos e financiamentos totalizou R\$27 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$67,6 milhões ou 71,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$94,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da quitação antecipada das dívidas contratadas com o Banco do Brasil, Bradesco e Itaú, utilizando os recursos provenientes da oferta pública de ações realizada em 2019.

Fornecedores

Nosso saldo de Fornecedores totalizou R\$661,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$116,6 milhões ou 21,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$544,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento de compras de fornecedores de revenda no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, necessário para suportar o aumento de vendas.

Obrigações tributárias

Nosso saldo de obrigações tributárias totalizou R\$66,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$4,5 milhões ou 7,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$61,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento de provisões de IRPJ e CSLL, devido ao maior lucro da companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Nosso saldo de obrigações trabalhistas totalizou R\$151,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$10,6 milhões ou 7,5%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$140,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento do número de lojas da Companhia, que resultou em um aumento do número de funcionários.

Arrendamentos a pagar

Nosso saldo de Arrendamentos a Pagar de Curto Prazo totalizou R\$94,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 comparado com R\$0,0 em 31 de dezembro de 2018. Esse valor decorreu, principalmente, do reconhecimento dos



contratos de aluguel das lojas como arrendamentos, conforme alteração da norma contábil IFRS16.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Nosso saldo de Empréstimos e financiamentos totalizou R\$7,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de 256,4 milhões ou 97,1% se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$264,0 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da quitação antecipada das dívidas contratadas com o Banco do Brasil, Bradesco e Itaú, com a utilização dos recursos provenientes da oferta pública de ações realizada em 2019.

Impostos parcelados

Os parcelamentos tributários da nossa Companhia se estendem por mais de 12 meses, e também são compreendidos no longo prazo onde o saldo totalizou R\$135,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$11,1 milhões ou 7,6%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$146,9 milhões, a variação decorre, principalmente, da transferência do longo prazo para o curto prazo das parcelas de parcelamentos a serem pagas em 2020.

Provisão para contingências

Nosso saldo de Provisão para contingências totalizou R\$472,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$218 milhões ou 85,6%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$254,5 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pela reavaliação do prognóstico de perda em relação à algumas discussões que antes eram classificadas com probabilidade de perda possível e, conforme avaliação da Companhia com base em entendimento de seus assessores externos, estão classificadas como perda provável.

Arrendamentos a pagar

Nosso saldo de Arrendamentos a Pagar de Longo Prazo totalizou R\$1.055,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado com R\$0,0 em 31 de dezembro de 2018. Esse valor decorreu, principalmente, do reconhecimento dos contratos de aluguel das lojas como arrendamentos, conforme alteração da norma contábil IFRS16.

Mútuos a pagar

Nosso saldo de Mútuos a Pagar totalizou R\$0,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$10 milhões ou 100,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$10 milhões, devido à quitação do mútuo existente durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio líquido

(Prejuízos) acumulados

Nosso saldo de Prejuízos acumulados totalizou R\$0,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$270,6



milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu do lucro apresentado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Reserva de capital

Nossa Reserva de Capital totalizou R\$171,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$15 milhões ou 9,6% quando comparada a 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$156,4 milhões. Essa variação decorreu principalmente da destinação de parte do lucro apresentado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme estatuto social da Companhia.

Reservas de lucros

Nossas Reservas de lucros totalizaram R\$43,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a 0 em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu principalmente da destinação de parte do lucro apresentado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme estatuto social da Companhia.

Capital Social

Nosso Capital Social totalizou R\$955,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$652,5 milhões ou 215,5%, quando comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R\$302,8 milhões. Essa variação decorreu principalmente da oferta pública inicial de ações da Companhia, realizada durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Demonstrações de fluxo de caixa

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2020	31/12/2019	AH
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	105,3	242,8	-56,6%
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	508,8	-123,4	n.a
Caixa líquido proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento	-375,7	-119,0	n.a
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	1.293,5	104,8	n.a
(Redução) Aumento de caixa e equivalente a caixa	409,0	-137,5	n.a
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	514,3	105,3	n.a

Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo negativo de R\$508,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a um fluxo também negativo de R\$123,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação de R\$385,4 milhões decorreu, principalmente, dos aumentos nos ativos e passivos referentes à aquisição da Fisica Comércio de Produtos Esportivos Ltda.

Caixa líquido proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento apresentou um consumo de caixa de R\$375,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a um consumo de caixa de R\$119,0 milhões



no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação de R\$256,7 milhões deveu-se, principalmente, à adições no imobilizado e intangível no ano de 2020.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou uma geração de caixa de R\$293,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado ao consumo de R\$104,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação de R\$1.188,7 milhões ocorreu, principalmente, do aumento de capital em decorrência da oferta subsequente de ações da Companhia no montante de R\$900 milhões e captação de recursos com a emissão de debêntures de sua controlada SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A., no montante de R\$225,8 milhões, além de empréstimos.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2019	31/12/2018	AH
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	242,8	150,1	61,8%
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	-123,4	198,3	-162,2%
Caixa líquido proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento	-119,0	-85,9	38,5%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	104,8	-19,6	-634,7%
(Redução) Aumento de caixa e equivalente a caixa	-137,5	92,8	-248,2%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	105,3	242,8	-56,6%

Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo negativo de R\$123,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um fluxo positivo de R\$198,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$321,7 milhões decorreu, principalmente, do aumento de consumo de caixa com recebimentos líquidos de clientes e administradoras de cartão de crédito, que apresentou um valor negativo de R\$528,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um valor negativo de R\$7,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$521,2 milhões é justificada principalmente pela menor venda de recebíveis de cartão de crédito, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que foi possível em razão dos recursos obtidos com nossa oferta pública inicial de ações; e foi parcialmente compensado pelo aumento dos valores a pagar financiados por nossos fornecedores que apresentou uma geração positiva de caixa de R\$139,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um valor positivo de R\$39,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, essa variação de R\$99,7 milhões é justificada principalmente pela maior prazo de pagamento obtido com nossos fornecedores para as compras do último trimestre de 2019.

Caixa líquido proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento apresentou um consumo de caixa de R\$119,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de caixa de R\$85,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$33,1 milhões deveu-se, principalmente, ao maior consumo de caixa com adições de ativo imobilizado em relação ao exercício de 2018, devido principalmente ao maior número de reformas e aberturas de lojas.



Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou uma geração de caixa de R\$104,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado ao consumo de R\$19,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$124,4 milhões ocorreu, principalmente, pelo aumento de capital da Companhia no valor de R\$707,9 milhões, compensado por gastos com a emissão de ações de R\$55,4 milhões, fato que não ocorreu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, esse aumento foi compensado pelo aumento de consumo de caixa com o pagamento de empréstimos e financiamentos que apresentou um fluxo negativo de R\$355,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um fluxo negativo de R\$45,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$310,1 milhões é decorrente da quitação antecipada das dívidas contratadas com o Banco do Brasil, Bradesco e Itaú, utilizando os recursos provenientes da oferta pública de ações realizada em 2019.



10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, nossa receita foi composta substancialmente por revenda de produtos esportivos, e, em menor proporção, por receita decorrente de prestação de serviços, i.e., a Companhia reconhece receitas com fretes relativo a serviços de logística prestados a terceiros por meio da investida VBLOG Logística e Transporte Ltda.; e receita de *marketplace* que são receitas de comissionamento em plataforma digital cedida onde parceiros comerciais oferecem seus produtos e serviços.

Conforme descrito no item 10.1 deste Formulário de Referência, tendo em vista que a aquisição da FISIA Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (atual denominação social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda) (“FISIA”) foi concluída apenas em 1 de dezembro de 2020, não foram evidenciados impactos relevantes em nosso resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, razão pela qual não detalhamos essas informações neste item 10.2.

Revenda de produtos esportivos

Vendas de produtos esportivos aos consumidores finais por meio de nossas lojas físicas (lojas Centauro e lojas Nike) e por nossas plataformas digitais (composta pelos nossos *websites* (www.centauro.com.br) nosso *site* mobile e nosso aplicativo (Centauro)). Nossas lojas físicas estão localizadas principalmente em *shoppings* e possuem em média 1.023 m².

Nossa receita operacional bruta decorrente da venda de mercadorias (subtraído das devoluções de venda de mercadorias) totalizou R\$2.858,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (R\$3.122,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019).

Prestações de Serviços

As receitas compostas por prestação de serviços estão relacionadas a: (i) receita de logística, em que a Companhia reconhece receitas com fretes relativos a serviços de logística prestados a terceiros por meio da investida VBLOG Logística e Transporte Ltda.; e (ii) receita de *marketplace* que são receitas de comissionamento em plataforma digital cedida onde parceiros comerciais oferecem seus produtos e serviços.

Impostos sobre vendas

Existem impostos federais e estaduais que incidem sobre nossa operação. No caso de impostos federais (PIS/COFINS) são cobrados sobre uma alíquota combinada de 9,25% sobre a venda de nossas mercadorias. Já no que diz respeito aos impostos estaduais, possuímos alíquotas variáveis de acordo com o tipo de produto, a natureza da operação e o Estado no qual esse produto é vendido.

Ainda, na data deste Formulário de Referência, somos parte em acordos bilaterais com os estados de Minas Gerais e Paraíba, que reduzem a carga tributária efetiva, e, como contrapartida, a Companhia se comprometeu a investir nos Estados com a instalação de Centro de Distribuição, ou aquisição de máquinas, equipamentos e obras civis, geração de empregos, manutenção dos veículos licenciados dentro do Estado, entre outros. Os acordos decorrem



de Termos de Acordos firmados com a Secretaria da Fazenda dos Estados, que nos garantem, dentre outros benefícios, diferimento parcial do ICMS incidente nas operações e créditos mensais de ICMS equivalentes a um determinado percentual do valor do ICMS incidente nas operações de saída de mercadorias. Esses percentuais e as operações sobre as quais eles incidem dependem do Estado no qual mantemos esses benefícios fiscais. A fruição dos incentivos em ambos os Estados está condicionada à observância de determinados requisitos como a geração direta de empregos, realização de investimentos, manutenção de certos patamares de recolhimento de imposto, desembaraço aduaneiro por meio dos portos e aeroportos do Estado concedente do benefício, podendo ser concedida por prazo determinado ou indeterminado. Em 08 de agosto de 2017 foi publicada a Lei Complementar n.º 160/2017, a qual tem como finalidade a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados sem a anuência prévia do CONFAZ e, para tanto, impôs aos Estados a obrigatoriedade de dar publicidade, depositar e registrar no *site* do CONFAZ os incentivos fiscais concedidos, o que foi cumprido pelos Estados da Paraíba e Minas Gerais em relação aos incentivos da Companhia. Dessa forma, espera-se que os benefícios fiscais que são objeto da chamada “guerra fiscal” entre os Estados, sejam reconhecidos e tenham seus efeitos prorrogados pelos prazos de um a cinco anos para as atividades comerciais, e de um a oito anos para as atividades vinculadas ao comércio internacional, nos termos da norma acima citada.

Segue abaixo um sumário dos principais tipos de benefícios fiscais de que somos titulares e Estados onde são concedidos.

Minas Gerais

Celebramos termo de acordo com o estado de Minas Gerais para obtenção de um regime especial para fins de (i) diferimento parcial do ICMS incidente nas operações de transferências internas e nas vendas internas para distribuidores do mesmo grupo econômico, e (ii) aplicação de crédito presumido sobre o valor do ICMS para as operações de importação e saídas no âmbito do comércio eletrônico ou *telemarketing*. Além disso, assumimos a condição de sujeito passivo por substituição tributária para as lojas localizadas em Minas Gerais, ou seja, nós nos responsabilizamos pela retenção e pelo recolhimento do ICMS devido nas operações subsequentes, até o consumidor final. O Termo tem vigência até 31 de dezembro de 2022, podendo ser cassado ou alterado a qualquer tempo, a critério das autoridades fiscais.

Paraíba

Celebramos termo de acordo com o estado da Paraíba para fins de aplicação do crédito presumido sobre o valor do ICMS incidente nas saídas internas e interestaduais, devendo ser recolhido um valor fixo mínimo mensal. O Termo está sujeito a certas condições e seu prazo de vigência está limitado a 31 de dezembro de 2025, podendo ser cassado ou alterado a qualquer tempo, a critério das autoridades fiscais, inclusive por conta da vigência da Lei Complementar 160/2017, convalidado pelo Convênio ICMS 190/2017, que determinou o período máximo de cinco anos para a vigência dos regimes especiais das atividades comerciais.

O efeito desses benefícios fiscais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, foi respectivamente, de R\$64,9 milhões, R\$100,9 milhões e R\$96,7 milhões, o que equivale a 2,1%, 3,2% e 3,5% sobre a receita bruta de mercadorias.

Além do efeito sobre a receita, o Incentivo Fiscal gera um efeito negativo sobre o custo, que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, representou, respectivamente, R\$7,5 milhões, R\$8,5 milhões e R\$7,6 milhões, o que equivale a -0,2%, -0,3% e -0,3% sobre a receita bruta de mercadorias.

Assim, o efeito líquido do Incentivo Fiscal sobre a receita bruta de mercadorias foi de 1,9%, 3,0% e 3,2%, ou



R\$57,3 milhões, R\$92,4 milhões e R\$89,1 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Reserva de Incentivos Fiscais

Somos beneficiários de determinados incentivos fiscais concedidos pelos Estados de Minas Gerais e Paraíba. A parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais que nos foram concedidos deve, no encerramento do exercício social, ser registrada na reserva de incentivos fiscais de que trata o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o artigo 30 da Lei nº 12.973, de 1 de maio de 2014 ("Lei 12.973/14"), o valor a ser destinado a reserva de incentivos fiscais está limitado ao lucro apurado no exercício. Assim, caso em um exercício social o resultado de uma sociedade beneficiária seja negativo ou menor do que a parcela do benefício concedido, não sendo possível constituir a reserva de incentivos fiscais referentes aquele exercício, então, nos exercícios subsequentes, o lucro líquido da mencionada sociedade deverá ser destinado à constituição da reserva de incentivos fiscais até que se atinja, integralmente, a parcela que deveria ter sido destinada nos exercícios anteriores.

Ainda de acordo com o artigo 30 da Lei 12.973/14, a reserva de incentivos fiscais somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou para aumento de capital. Para mais informações vide fator de risco "*Nossos acionistas poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio*" constante do item 4.1 deste Formulário de Referência.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia está inserida no segmento de varejo e moda esportiva e nossas operações consistem principalmente na venda de produtos esportivos. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

- (i) *Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores*: Nossa indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos anos de 2018, 2019 e 2020 apresentou variação de 1,1%, 1,1% e -4,1% respectivamente, refletiram uma manutenção na perspectiva econômica do país. A taxa média anual de desemprego no Brasil também é um bom indicador macroeconômico que reflete possíveis oscilações de demandas do país.
- (ii) *Inflação*: Apesar de não atribuímos o impacto da inflação diretamente em nossa receita, podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 5,20%, 4,31% e 3,75% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 10.2(b) e 10.2(c) deste Formulário de Referência.
- (iii) *Dólar*: A taxa de câmbio afeta diretamente os nossos resultados operacionais principalmente no custo da mercadoria vendida, que é em parte composto por produtos importados (que representou 6,77% das compras realizadas no âmbito das operações Centauro no exercício encerrado em 31 de dezembro em 2020 e 10,25% considerando nossas operações Centauro e Nike). Além disso, grande parte de nossos fornecedores importam suas mercadorias e podem ser impactados pela taxa de câmbio, o que



pode fazer com que nossos custos aumentem. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o dólar apresentou variação ao ano de 29,36%, 3,9% e 17,1%, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da variação da taxa de câmbio na nossa receita, vide item 10.2(b) deste Formulário de Referência.

- (iv) *Comportamento de compra do consumidor:* Estamos constantemente pesquisando quais são as demandas dos nossos clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. O pioneirismo no desenvolvimento do conceito *omnichannel* no varejo esportivo brasileiro é um dos exemplos de mudanças internas que realizamos para acompanhar e garantir a melhor satisfação do nosso cliente em sua experiência de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e não-consumidores também para entender onde podemos melhorar nossas operações e continuar entregando a melhor experiência de compra possível. As pesquisas de tendências realizadas buscam entender os fatores pessoais, sociais e culturais que podem interferir no comportamento de compra do consumidor.
- (v) *Eventos Esportivos:* Alguns eventos esportivos possuem impacto em nossos resultados operacionais e, em sua maioria, impactos positivos principalmente na receita. Eventos como a Copa do Mundo aumentam substancialmente a intenção de compra dos consumidores com produtos relacionados ao esporte como: camisas de times, bolas de futebol, entre outros. Nos meses de junho e julho de 2018, período no qual ocorreu a Copa do Mundo, *SSS - Same Store Sales*³ apresentou um crescimento de 24,3% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, no qual não ocorreu qualquer evento de magnitude mundial.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Com o objetivo de otimizar a experiência de compra de produtos esportivos, buscamos ininterruptamente melhorar nosso *mix* de produtos ofertados com maior valor agregado ao consumidor. Uma vez que buscamos a melhoria contínua do sortimento de produtos e tendo em vista as variações climáticas do ano, boa parte de nosso estoque varia ao longo do ano, e, dessa forma, entendemos que uma comparação *vis à vis* do preço das mercadorias vendidas durante o ano não reflete de maneira adequada o nosso desempenho. Além disso, em cenários de inflação elevada, podemos não ser capazes de reajustar preços para nossos clientes, o que faz com que o efeito da inflação sobre o preço seja moderado.

Não podemos concluir que a receita é diretamente impactada pelo volume de itens, dado que o *mix* de produto ofertado não obrigatoriamente é o mesmo. Todavia, a receita e o volume de vendas podem variar de acordo com número de lojas físicas da Companhia. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, foram vendidos 25,2 milhões, 28,8 milhões e 26,0 milhões de itens, respectivamente. Nestes mesmos períodos, a Companhia contava com 211, 210 e 192 lojas, respectivamente, mantendo as lojas rentáveis, encerrando aquelas que não traziam valor para a Companhia e transformando/inaugurando lojas no formato

³ SSS ou *Same Store Sales* significa a variação da nossa receita considerando apenas lojas que estavam abertas nos meses dos dois períodos analisados.



Geração 5.

Ademais, as flutuações da taxa de câmbio têm impactos moderados na receita, uma vez que todo o comércio de produtos esportivos da Companhia está destinado ao mercado interno e a maioria dos produtos vendidos são de origem nacional. Dos produtos que são importados, a maioria são de marcas próprias, viabilizando assim o gerenciamento da precificação dos produtos importados e causando pequenos impactos no preço das mercadorias. Uma eventual desvalorização do Real perante outras moedas possa ocasionar um aumento no custo de importação, o que pode afetar nossas margens, e poderemos não ser capazes de encontrar um substituto para o produto no mercado.

Novos produtos foram incorporados no portfólio da Companhia por meio de parcerias com as marcas fornecedoras, oferecendo produtos exclusivos à Companhia tanto nas lojas físicas quanto em nossa plataforma digital. Além disso, a Companhia passa a oferecer novas categorias de produtos por meio da plataforma de *marketplace*. Visando atender às expectativas do consumidor, a Companhia não oferece somente novas categorias e produtos, mas também busca melhorar experiência de compra do consumidor - que hoje já é *omnichannel* - por meio de um processo de compra integrado, onde o consumidor pode comprar *online* e retirar seu produto em loja.

Para mais informações sobre as variações na receita da Companhia, bem como os motivos dessas variações, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Entendemos que nosso resultado operacional sofre impacto significativo por conta das variações nas taxas de inflação do mercado brasileiro. Ainda que melhorias na gestão da Companhia e eficiência nos processos internos amenizam parte dos efeitos que eventuais aumentos de preço possam gerar, nossas despesas são diretamente impactadas pela inflação, principalmente salários, contratos de aluguel, materiais de consumo, despesas com frete e energia, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. O aumento da inflação causa aumento de custos e despesas que pode não ser possível repassar para o preço e afetar a Companhia, uma vez que o nosso mercado apresenta preços primordialmente controlados pelo fornecedor. A inflação (IPCA) apresentou variação de 5,20%, 4,31% e 3,75% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

De forma similar, as variações das taxas de câmbio impactam diretamente os custos de mercadoria. Apesar de nossa atividade ser totalmente voltada para o mercado interno, uma parte de nossos produtos são importados e podem sofrer variações de custo de acordo com as taxas de câmbio do período em questão. No exercício social encerrado em 2020, 6,77% das compras realizadas pela Companhia foram de produtos importados, o que minimiza esse impacto. O aumento do dólar aumenta o custo o qual pode não ser repassado integralmente para o preço, o que poderá afetar a margem adversamente.

O aumento da taxa básica de juros afeta de forma relevante o nosso relatório financeiro, pois nossos principais financiamentos são com taxa pós-fixada, principalmente a taxa CDI.



10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da nossa Companhia informaram que nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das nossas atividades para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 1 de dezembro de 2020, concluímos a transação de aquisição prevista no Contrato de Compra e Venda de Quotas celebrado em 6 de fevereiro 2020 e aditado em 20 de novembro de 2020, com Nike Galaxy Holding B.V. e Nike Group Holding B.V. (“QPA”), por meio do qual adquirimos 100% das quotas da FISIA Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (atual denominação social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda) (“FISIA”) (a “Transação”). Com a aquisição, foi assinado um Contrato de Distribuição (“DA”) que nos deu, através de nossas subsidiárias, a exclusividade por 10 anos na distribuição de produtos NIKE no Brasil e da operação do site Nike.com.br em troca do pagamento de *royalties e marketing service fees*. Concomitantemente, também foi assinado um contrato de operador máster (“MSA”) que nos concedeu, através de nossas subsidiárias, 5 anos de exclusividade na operação de lojas Nike no território brasileiro. Para mais informações sobre a Transação NIKE, vide itens 4.1, 10.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não ocorreram eventos ou operações não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.



10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando e como uma receita é reconhecida. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A partir do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019, entrou em vigor a IFRS 16, que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Com a entrada em vigor do IFRS 16, a Companhia passou a reconhecer novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações das lojas físicas e centros de distribuição - CDs. A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Exceto pelo disposto acima, não houve mudança significativa nas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 nem no exercício social corrente.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em relação a CPC 47/IFRS 15 não houve impacto material no balanço patrimonial, na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2020. Da mesma forma, a adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a ativos passivos financeiros.

Em relação ao IFRS 16, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais, incluindo propriedades para investimento e passivos de arrendamento adicionais, reconhecendo a diferença no saldo de abertura dos lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo:

Ativos de direito de uso	31/12/2020	01/01/2019 (Adoção inicial)
Imóveis	1.138.661	923.424



Veículos	3.825	1.567
	1.142.486	924.991
Passivos de arrendamento	31/12/2020	01/01/2019 (Adoção inicial)
Arrendamento a pagar	1.189.844	924.991

Saldos reconhecidos na demonstração do resultado	31/12/2020	
Despesa de depreciação	(138.692)	
Juros sobre os arrendamentos - AVP	101.713	

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada por vencimento está descrita na nota explicativa 18.

A Companhia possui contratos de aluguel (arrendamento operacional) para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos de 10 a 25 anos e opção de renovação. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados anualmente de acordo com os índices contratuais de mercado.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear.

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Diretoria comunica que não houve ressalvas e ênfases nos pareceres do auditor referente às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.



10.5 – Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos, para determinadas operações, e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no nosso histórico, e em outros fatores considerados relevantes. Tais premissas são revisadas periodicamente pela nossa administração, cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento, ou complexidade em sua aplicação, e que podem afetar materialmente a nossa situação financeira e os nossos resultados.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A nossa Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de seus negócios, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. As provisões para essas contingências são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda dos processos cíveis, consumidor, trabalhista e tributários em que a nossa Companhia é parte, inicialmente, considera os seguintes pontos: (i) evidências disponíveis; (ii) hierarquia das leis; (iii) posição jurisprudencial; e (iv) o parecer de nossa assessoria jurídica, que são revisados por nossa equipe jurídica interna. Destacamos que estas provisões são ajustadas periodicamente, a fim de refletir mudanças circunstanciais, tais como a evolução em termos da natureza dos processos, entendimentos jurisprudenciais recentes, prazo de prescrição aplicável e documentação disponível.

Historicamente, as ações judiciais em que somos parte resultam em um valor diferente do previsto inicialmente. Caso nós provisionemos todos os processos com o valor original da ação, podemos apresentar um valor provisionado sub ou superestimado. Por essa razão, nossos Diretores entendem que essa é uma política contábil crítica e que devemos efetuar estimativas constantes para refletirmos da melhor maneira o valor provável.

Realização de impostos diferidos ativo (demonstrações financeiras consolidadas)

Os ativos fiscais diferidos da nossa Companhia foram constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. A realização está fundamentada em estudos de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A nossa Companhia utiliza-se de certas premissas e julgamentos na apuração do lucro tributável futuro, tais como taxa de crescimento e margem de lucro e cenário macroeconômico, considerando o desempenho dos últimos anos e atual, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, nossas projeções de lucro resultaram em, respectivamente, \$453,9 milhões, R\$222,6 milhões e R\$288,2 milhões. Caso não realizássemos uma estimativa da parte que deveria ser ativada, poderíamos estar sub ou superdimensionado o nosso Patrimônio Líquido. Por essa razão, nossos Diretores entendem que essa é uma política contábil crítica.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos instalados em lojas: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis



As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são relacionadas a: (i) receita, que é projetada de 2019 a 2028 pelo IPCA + PIB + spread; (ii) deduções mantém o seu percentual histórico da ROB de 26,3%; (iii) custo das vendas, que são projetadas com uma redução do percentual da receita líquida em 0,5% para 2019 e nos anos consecutivos de 0,1%; (iv) despesas variáveis, que seguem o percentual histórico de 4,6% da receita operacional líquida; e (v) despesas fixas crescem em linha com a inflação projetada.

Historicamente, a nossa Companhia investiu em abertura de lojas e reconheceu o valor investido em seu ativo imobilizado. Os nossos Diretores entendem que nós devemos revisar o valor reconhecido no ativo imobilizado caso alguma das lojas realize um resultado pior do que o previsto, fazendo com que nossas projeções mudem. Caso isso não seja feito, os nossos Diretores entendem que estaríamos superestimando nosso ativo. Dessa forma, nossos Diretores acreditam que essa é uma política contábil crítica que deve ser revista periodicamente.

Adoção das Normas Internacionais de contabilidade

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado através da Deliberação CVM nº 787/2017, e com a Resolução CFC - NBC TG 06 (R3) 22/12/2017 – Conselho Federal de Contabilidade, os arrendamentos especificados nas referidas normas devem ser registrados como Ativo: Direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do Ativo e Passivo, bem como uma despesa mensal de amortização deste bem, juntamente com a despesa de juros.

De acordo com a análise efetuada pela Companhia, referidas normas abrangem os contratos de aluguéis das lojas, CDs, CTs e do Centro Administrativo. Outros contratos, como leasing de equipamentos existentes na Companhia têm período e valor inferior ao descrito nas normas acima mencionadas e, portanto, não são objeto do procedimento contábil mencionado acima.

Para cálculo dos efeitos iniciais, a Companhia definiu as taxas, bem como o período de vida útil (com possíveis renovações) destes bens, considerando as premissas a seguir.

a) Período de vida útil:

a.1) Estabelecimentos Comerciais:

Os contratos de aluguéis dos estabelecimentos comerciais em geral têm o mesmo padrão, pois todas as lojas da Centauro são situadas em shoppings e somente uma loja é alocada em rua comercial. Por ter esta semelhança a Companhia definiu as seguintes regras comuns:

- Para os contratos cujo prazo residual é de até 3 anos, a Companhia entende que terá menor esforço para medição, pois a Companhia possui dados históricos recentes para avaliação, bem como possui tais contratos abrangidos dentro do seu plano de negócios. Desta forma, neste caso, será aplicado como critério de vida útil o prazo atual do contrato e adicionado mais uma renovação, com exceção de lojas deficitárias que a Companhia pretenda descontinuar.
- Para contratos vigentes com prazo superior a 3 anos, será considerado como vida útil o prazo de contrato, porém será levado em consideração o retorno do investimento, ou seja, a benfeitoria investida neste estabelecimento com relação à receita bruta gerada, onde o valor do retorno não poderá ser menor que a vida útil do contrato, salvo casos específicos onde a Companhia já tenha a certeza, na adoção inicial da norma, quanto à descontinuidade do ponto comercial.



a.2) Estabelecimentos administrativos e de distribuição:

O contrato de aluguel do Centro Administrativo, localizado em São Paulo, tem um prazo de vigência de 20 anos, sendo que o período residual da atual vigência está compreendido no plano de negócio e o orçamento da Companhia para os próximos anos. Portanto, não será aplicado um prazo de vida útil maior que o contrato vigente, tendo em vista a não certeza de renovação pois não é possível definir uma continuidade num período tão longo e fora do planejamento e do orçamento da Companhia.

O maior Centro de Distribuição, onde a Companhia realizou o maior investimento em benfeitorias, está localizado na Cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais e é operado pela Companhia com base em um contrato de arrendamento, cujo prazo de vigência é de 25 anos. Da mesma forma que o Centro Administrativo, o prazo residual do contrato está compreendido no plano de negócio estimado da Companhia para os próximos anos. Portanto, a vida útil deste arrendamento será o tempo residual de contrato, pois não é possível ter certeza ou medir a sua renovação.

Para os Centros de Triagens, ou seja, os CD's menores onde tem baixa circulação e investimento bem inferior, serão aplicadas as regras descritas acima para os estabelecimentos comerciais.

b) Taxa – Valor presente:

A taxa a ser utilizada para registro do ativo ao valor presente será a equivalente a créditos imobiliários, ou seja, a taxa média de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários), descontada de inflação.

A Companhia entende como a taxa mais adequada já que todos os arrendamentos que se enquadram na norma e são discutidos neste Formulário de Referência, tratam-se de imóveis e esta seria a taxa comercial caso a empresa fosse negociar um imóvel.

Periodicidade

As premissas descritas acima serão revisadas, ao menos, anualmente, ou em outra periodicidade menor quando necessário.



10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (VBF Empreendimentos Ltda.) e com terceiros, cujos prazos têm duração de cinco a vinte anos, e opção de renovação, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre o faturamento, de acordo com as formas contratuais.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

iv. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia informaram que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que não estejam no item anterior.



10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Conforme mencionado no item 10.6(i) deste Formulário de Referência, a Companhia possui contratos de aluguel de imóveis, que foram classificados como arrendamento mercantil operacional. Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo, reajustados anualmente, de acordo com os índices contratuais de mercado, ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais e são registrados como despesas operacionais de alugueis.

b. natureza e o propósito da operação

Tratam-se de contratos de, principalmente, aluguel de imóvel de nossas lojas físicas, locação de caminhões, centros de distribuição, centros de transferência e centro de serviço.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**Arrendamentos mercantil operacional - Contratos de aluguel**

Os contratos de aluguel (arrendamento operacional) que possuímos para os imóveis de centro de serviço, centros de distribuição e lojas, possuem prazos de 05 a 20 anos e opção de renovação. A parte fixa dos pagamentos de tais arrendamentos é reajustada anualmente, de acordo com os índices contratuais de mercado. A análise da Administração concluiu que tais contratos atendem a classificação de arrendamento mercantil operacional.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Valor (R\$ milhões)
Até 1 ano	119,928
Entre 1 e 5 anos	510,065
Mais de 5 anos	571,576
Total	1.201,569



10.8 – Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A nossa Companhia utilizou parte dos recursos captados na oferta pública subsequente de ações realizada em 2020 para dar andamento a estratégia de expansão, incluindo a aquisição da Fisica Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (atual denominação social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda.) (“FISIA”), bem como deu continuidade ao plano de abertura de novas lojas e reforma de lojas existentes para o modelo G5. Desta forma, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o valor equivalente a R\$74,2 milhões foi dedicado à reforma de 14 lojas já existentes e à abertura de 4 novas lojas.

Pretendemos seguir com o plano de reformar toda a base atual de lojas ao longo dos próximos 10 anos. Consideramos esses investimentos essenciais para garantir uma experiência excepcional aos nossos clientes uma vez que são destinados a melhorias na estrutura arquitetônica, *layout* e equipamentos das lojas, implantação de soluções tecnológicas facilitando e estimulando a jornada de compra dos nossos clientes, além da inserção de pontos de experiência e experimentação de produtos em loja.

A plataforma *Omnichannel* continua sendo um foco importante dos nossos investimentos. Mesmo já tendo sido implantada em 100% das lojas, pretendemos continuar investindo em projetos que visam otimizar nossas plataformas (*Mobile, App e Desktop*), infraestrutura de Tecnologia da Informação, RFID e melhorias em nosso Centro de Distribuição com o objetivo de aprimorar nosso nível de serviço. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, destinamos R\$59,6 milhões para investimentos em Tecnologia.

Para suportar nossa estrutura atual bem como nossa estratégia de crescimento, pretendemos continuar investindo em projetos, tecnologias e infraestruturas. Investimentos como: tecnologia de informação, Business Intelligence, SAP Outbound, ativos e manutenção de lojas, ferramentas de abastecimento e logística, investimentos em malha logística, projetos de inovação, entre outros.

ii. fontes de Financiamento dos investimentos

Os Diretores da nossa Companhia afirmaram que as principais fontes de financiamento que utilizamos para nossos investimentos em andamento são o caixa gerado por nossas operações e recursos de nossos acionistas.

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, os impactos do COVID-19 em nossas operações podem justificar, no futuro e caso os Diretores da nossa Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento para financiar eventuais investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da nossa Companhia informaram que até o momento não há desinvestimentos em andamento ou previstos.



- b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

- c. Novos produtos e serviços, indicando:**

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os Diretores da nossa Companhia esclarecem que a mesma não possui novos produtos e serviços que tenham consumido recursos importantes, fora os já citados nos itens acima.



10.9 – Outros fatores com influência relevante**Antecipação de Recebíveis**

Como garantia adicional, a Companhia mantém contratos de antecipação de recebíveis que são acionados em caso de necessidade. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia antecipado recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito nos valores de R\$4,2 milhões (R\$10,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$425,9 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Medidas adotadas em decorrência do COVID-19

Como forma de minimizar os impactos da pandemia do COVID-19 nos nossos negócios, a nossa Administração adotou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, medidas para preservação de caixa, negócios, renegociações, conforme descritas ao longo da Seção 10 deste Formulário de Referência. Não obstante, nossa Administração avalia os impactos da pandemia diariamente. No entendimento da nossa Administração, as medidas tomadas até o momento – e que estão em constante reavaliação – buscam manter o nível de serviço e qualidade operacional que prezamos em nossas operações, além de buscar assegurar a saúde e bem-estar dos nossos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, apoiando o cumprimento das medidas determinadas pelas autoridades públicas. Apesar de estarmos presenciando um momento de incertezas, em que não é possível precisar seus impactos, bem como seu prazo de duração, no entendimento da nossa administração, tais medidas buscam suportar, em parte, a nossa Companhia nesse momento.

Exceto pelas informações acima, não há outros fatores com influência relevante que não tenham sido divulgados na seção 10 deste Formulário de Referência.



Anexo II**ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA RELACIONADOS AOS CANDIDATOS INDICADOS PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA****12.5/6 – Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Sebastião Vicente Bomfim Filho	03/03/1953	Pertence ao Conselho de Administração	30/04/2021	até 30/04/2023	02
198.909.316-72	Administrador de empresas	Presidente do Conselho de Administração	30/04/2021	Sim	100%
Não possui outros cargos ou funções na Companhia.					
Fersen Lamas Lambranh	11/10/1961	Pertence ao Conselho de Administração	30/04/2021	até 30/04/2023	02
667.308.057-49	Empresário	Vice-Presidente	30/04/2021	Sim	63%
Não possui outros cargos ou funções do emissor.					
German Pasquale Quiroga Vilardo	25/10/1967	Pertence ao Conselho de Administração	30/04/2021	até 30/04/2023	02
009.943.227-71	Engenheiro	Conselho de Administração (Independente)	30/04/2021	Sim	97%
Não possui outros cargos ou funções na Companhia.					



Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
João Henrique Braga Junqueira	07/02/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	até 30/04/2023	02
041.249.236-94	Engenheiro	Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2021	Sim	97%
Não possui outros cargos ou funções na Companhia.					
Luiz Alberto Quinta	09/09/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	até 30/04/2023	01
211.293.471-68	Engenheiro	Conselho de Administração (Independente)	30/04/2021	Sim	100%
É membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia.					
Larissa Furletti Bomfim	30/05/1987	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	até 30/04/2023	02
084.165.236-81	Administradora de empresas	Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2021	Sim	100%
Não possui outros cargos ou funções na Companhia.					
Márcio Luiz Simões Utsch	09/02/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	até 30/04/2023	01
220.418.776-34	Administrador de Empresas	Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2021	Sim	100%
Não possui outros cargos ou funções na Companhia.					
Cao Myrrha de Toledo Cesar	28/10/1995	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	até 30/04/2023	00
442.728.958-42	Administrador de Empresas	Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2021	Sim	N/A

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Não possui outros cargos ou funções na Companhia.					
Tiago Pedro Cordeiro de Andrade	21/09/1985	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	até 30/04/2023	00
345.790.038-88	Administrador de Empresas	Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2021	Sim	N/A
Não possui outros cargos ou funções na Companhia.					
Rizza Furletti Bomfim	12/06/1985	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	até 30/04/2023	02
080.844.366-60	Empresária.	Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2021	Sim	6%
Não possui outros cargos ou funções na Companhia.					
Lucas Mota Oliveira Ebaid	26/12/1995	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	até 30/04/2023	00
109.084.566-97	Empresário	Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2021	Sim	N/A
Não possui outros cargos ou funções na Companhia.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Sebastião Vicente Bomfim Filho - 198.909.316-72



Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

O Sr. Bomfim é graduado em administração de empresas pela Universidade Champagna de Ensino Superior, e foi Diretor Presidente na subsidiária VBLOG – Logística e Transportes Ltda.; Diretor Presidente na subsidiária STORE Engenharia e Instalações Ltda., Presidente na subsidiária SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda., Presidente na subsidiária PINE Administração de Bens e Participações Ltda., Administrador na subsidiária PREMIER Distribuidora de Vestuários, Calçados, Equipamentos e Acessórios Ltda.; Administrador na LIONE Comércio de Artigos Esportivos Ltda. Atualmente, é administrador na PACIPAR Participações Ltda., Administrador na Arsenal Trading Corporation, Administrador na Arsenal Florida Properties, Inc., e Diretor na Norway Development Corp. Foi também Administrador na Lapa Participações e Empreendimentos Ltda. e na B&G Participações e Empreendimentos Ltda. Na Companhia, exerceu o cargo de Diretor Presidente desde a fundação da Companhia até novembro de 2017.

O Sr. Bomfim declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Cumprir informar que, entre 2001 e 2019, foram oferecidas denúncias, pelos Ministérios Públicos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Pernambuco, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Sul, contra o Sr. Bomfim, nas quais estão sendo discutidas eventuais violações ao art. 1º, incisos I e II, da Lei de Crimes Tributários (omitir informação ou prestar informação falsa às autoridades fazendárias e fraudar fiscalização tributária, respectivamente). As ações tratam de eventuais atos delituosos praticados pelo Sr. Bomfim enquanto representante legal das empresas que compõem o Grupo. Parte das ações foi arquivada definitivamente, seja em razão de extinção de punibilidade decorrente da quitação do débito tributário, ou porque se entendeu pela inoportunidade de qualquer crime; outras ainda tramitam perante os órgãos competentes, mas encontram-se suspensas por conta das tratativas tidas nos processos tributários. As audiências de instrução das referidas ações não foram realizadas, pois o Sr. Bomfim, como dito, apresentou defesas por meio das quais indica que os valores questionados encontram-se devidamente garantidos pela apresentação de seguro garantia, ou diante do parcelamento do débito ainda em curso. Ainda assim, caso o desfecho seja desfavorável ao Sr. Bomfim, este pode ser condenado a pena de multa e reclusão, podendo ser beneficiado, eventualmente, pela suspensão condicional do processo, sursis, bem como pela comutação da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, a depender da dosimetria da pena e de outras condições. Além dessas ações, o Sr. Bomfim é parte em outras ações que não estão relacionadas conosco ou com a sua condição de nosso acionista ou nosso administrador.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fersen Lamas Lambranh - 667.308.057-49

O Sr. Lambranh é graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui um MBA do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD-UFRJ) e fez o programa de administração da Harvard Business School. Ingressou na GP Investments, Ltd. em 1998 e, atualmente, é Presidente do Conselho da GP Investments, Ltd. Desde 2013 é membro do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A., desde 2014 é membro do Conselho de Administração da Spice Private Equity AG, e desde 2017 é membro do Conselho de Administração da Leon Restaurants Ltd., cargos que ocupa atualmente. É, também, membro do Conselho de Entidades sem fins-lucrativos, como a Fundação Bienal de São Paulo, Museu de Arte de São Paulo (MASP) e COPPEAD-UFRJ. Anteriormente, atuou como membro do Conselho de Administração da BRZ Investimentos S.A., de 2013 a 2016, LBR – Látex Brasil S.A., de 2013 a 2014, Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., de 2013 a 2014 e BHG S.A. Brazil Hospitality Group, Allis Participações S.A., de 2007 a 2013.

O Sr. Lambranh declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.



Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência
<p>Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>
<p>Caio Myrrha de Toledo Cesar – 442.728.958-42</p>
<p>O Sr. Caio Myrrha é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Ingressou na GP Investments em Dezembro de 2015 na área de Planejamento e Investimentos Proprietários e, desde 2018, atua na área de Private Equity onde atualmente exerce o cargo de Associate.</p> <p>O Sr. Myrrha declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>
<p>João Henrique Braga Junqueira - 041.249.236-94</p>
<p>O Sr. Junqueira é graduado em engenharia de materiais pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui um MBA da Wharton Business School. Ingressou na GP Investments em 2008, e em 2010 assumiu a posição de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da empresa. Retornou à equipe de investimentos em maio de 2012 como diretor sem designação específica da GP Investments, Ltd. Desde 2013, é membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.; em 2012 ingressou na San Antonio Internacional Ltd., e em 2009 tornou-se membro suplente do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A., e em 2016 tornou-se presidente do Conselho da Allis Participações S.A., cargos que ocupa atualmente. Anteriormente, foi membro do Conselho de Administração da BHG S.A. – Brazil Hospitality Group, de 2013 a 2016, BR Towers S.A., de 2013 a 2015 e consultor na Andersen Consulting / Accenture, de 2000 a 2006.</p> <p>O Sr. Junqueira declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>
<p>Luiz Alberto Quinta - 211.293.471-68</p>
<p>O Sr. Luiz Quinta é graduado em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Goiás e possui um MBA com especialização em administração de empresas da Fundação Getúlio Vargas. Foi Diretor Executivo da Multiplan Empreendimentos Imobiliários Ltda., de 1999 a 2007; Diretor Executivo da BRmalls Participações Ltda., de 2007 a 2015, Membro do Conselho de Administração da BRmalls Participações de 2012 a 2017, e membro do comitê de auditoria desde 2013; Membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2017; e Sócio Proprietário da Nalu Comércio de Cosméticos Ltda., operadora de franquias Loccitane Au Brésil no RJ, desde 2014. O Sr. Luiz Quinta é membro independente do Conselho de Administração de nossa Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Conselho de Administração de nossa Companhia, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto de nossa Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração de nossa Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas a nossa Companhia; (iii)</p>



Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência
<p>não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de nosso acionista controlador, de administrador de nossa Companhia ou de administrador de nosso acionista controlador; e (iv) não foi empregado ou diretor de nossa Companhia ou de nosso acionista controlador nos últimos três anos.</p> <p>O Sr. Quinta declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>
<p>Rizza Furletti Bomfim - 080.844.366-80</p> <p>A Sra. Rizza Bomfim estudou organização de eventos na Universidade Anhembi Morumbi. A Sra. Rizza Bomfim é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia desde 2013 e também é fotógrafa na empresa RZZ Productions Ltda.</p> <p>A Sra. Rizza declara ainda que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>
<p>Larissa Furletti Bomfim - 084.165.236-81</p> <p>A Sra. Larissa Bomfim é graduada em administração de empresas pela Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa e atualmente está estudando para seu MBA na London Business School. Atualmente exerce o cargo de membro do Conselho de Administração de nossa Companhia desde 2013 e também é Associate na Pacipar desde 2013.</p> <p>A Sra. Larissa declara ainda que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>
<p>German Pasquale Quiroga Vilardo – 009.943.227-71</p> <p>O Sr. German Pasquale Quiroga Vilardo é graduado em engenharia eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e possui mestrado em sistemas digitais pela Escola Politécnica da USP. É fundador e ex-CEO da TV1.com (cargo que exerceu entre 1994 e 1999), fundador, CIO e CMO da Americanas.com (cargo que exerceu entre 1999 a 2004), CIO e CMO da Cyrela Brasil Realty (cargo que exerceu entre 2004 a 2008) e fundador, CEO e membro do Conselho de Administração do Pontofrio.com (cargos que exerceu entre 2008 a 2011), eplataforma (cargos que exerceu entre 2008 a 2011), e-hub (cargos que exerceu entre 2008 a 2011), Nova Pontocom (cargos que exerceu entre 2011 a 2014) e Cnova (cargos que exerceu entre 2014 a 2016), tendo nesta última, liderado o IPO da empresa na NASDAQ. Atualmente, ocupa posição de membro do Conselho de Administração da GOL (desde maio de 2017), da Cobasi (desde janeiro de 2018) e da TV1 (desde março de 2018). O Sr. German Pasquale Quiroga Vilardo é membro independente do Conselho de Administração de nossa Companhia e declara que cumpre os requisitos para</p>



Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência
<p>tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Conselho de Administração de nossa Companhia, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto de nossa Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração de nossa Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas a nossa Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de nosso acionista controlador, de administrador de nossa Companhia ou de administrador de nosso acionista controlador; e (iv) não foi empregado ou diretor de nossa Companhia ou de nosso acionista controlador nos últimos três anos.</p> <p>O Sr. German declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>
<p>Tiago Pedro Cordeiro de Andrade – 345.790.038-88</p> <p>O Sr. Tiago Andrade formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas no ano de 2008, tendo cursado MBA em Finanças e Empreendedorismo na Escola de Negócios da Universidade de Chicago. Desde julho de 2013 é Vice-Presidente Sênior da Partners Group, é Head do time de <i>Private Equity</i> na América Latina e do escritório de São Paulo da Partners Group. O Sr. Tiago também é, desde fevereiro de 2021, Conselheiro da Hortifruti Natural da Terra, tendo sido Conselheiro Observador da EyeCare Partners (de fevereiro 2020 a Janeiro 2021), da Curvature (de fevereiro de 2019 a novembro de 2020) e de nossa Companhia entre o período de janeiro de 2014 a julho de 2017.</p> <p>O Sr. Tiago declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>
<p>Márcio Luiz Simões Utsch - 220.418.776-37</p> <p>O Sr. Márcio Luiz Simões Utsch é bacharel em Direito pela Universidade Paulista, tendo MBA em Gestão Avançada/ Finanças pela FDC/INSEAD e especialização em Administração de Varejo pelo COPPEAD/UFRJ. O Sr. Utsch possui farta experiência executiva no âmbito de sociedades atuantes no mercado varejista nacional, valendo destacar o cargo de Diretor Presidente da Alpargatas S/A, função que exerceu até 01/01/2019. O Sr. Márcio ingressou na Alpargatas S/A em 1997, para dirigir a área de Varejo e, a partir de setembro de 2003, passou a ocupar o cargo de Diretor-Presidente da mencionada companhia. Em abril de 2019, o Sr. Utsch tomou posse dos cargos de presidente do Conselho de Administração da CEMIG Distribuição S/A, da CEMIG Geração e Transmissão S/A e da Companhia Energética Minas Gerais, funções que exerce até o presente momento. O Sr. Márcio não é considerado pessoa politicamente exposta nos termos da regulamentação aplicável.</p> <p>O Sr. Márcio declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>
<p>Lucas Mota Oliveira Ebaid – 109.084.566-97</p>



Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

O Sr. Lucas Mota Oliveira Ebaid, graduou-se no *high school* da TASIS - The American School in Switzerland em 2016 e atualmente está cursando publicidade na ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Sr. Mota Oliveira Ebaid autou em diversos programas sociais no exterior, em países do continente africano. Atualmente, o Sr. Mota Oliveira Ebaid atua como trainee da área comercial de sociedade controlada pela Companhia, com foco na análise e verificação da qualidade de determinados produtos esportivos comercializados pela Companhia.

O Sr. Ebaid declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.



12.7/8 Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Luiz Alberto Quinta	09/09/1959	Comitê de Auditoria	15/02/2019	15/02/2021	0
211.293.471-68	Engenheiro	Membro Independente do Comitê de Auditoria	15/02/2019	Sim	100%
Luiz Alberto Quinta também é membro independente do Conselho de Administração da Companhia.					
Sebastião Vicente Bomfim Filho	03/03/1953	Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração	03/03/2021	até 30/04/2021	00
198.909.316-72	Administrador de empresas	Membro efetivo do Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração	03/03/2021	Sim	N/A
Sebastião Vicente Bomfim Filho também é Presidente do Conselho de Administração e membro efetivo do Comitê de Transformação Digital, Produtos e Serviços da Companhia.					
Fersen Lamas Lambranco	11/10/1961	Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração	03/03/2021	até 30/04/2021	00
667.308.057-49	Empresário	Membro efetivo do Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração	03/03/2021	Sim	N/A
Fersen Lamas Lambranco também é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.					
Márcio Luiz Simões Utsch	09/02/1959	Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração	03/03/2021	até 30/04/2021	00
220.418.776-34	Administrador de Empresas	Membro efetivo do Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração	03/03/2021	Sim	N/A
Márcio Luiz Simões Utsch também é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.					



Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Pedro de Souza Zemel	12/02/1983	Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração	03/03/2021	Permanente	00
309.555.478-81	Empresário	Membro efetivo do Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração	03/03/2021	Sim	N/A
Pedro de Souza Zemel também é Diretor Presidente e membro efetivo do Comitê de Transformação Digital da Companhia.					
Sebastião Vicente Bomfim Filho	03/03/1953	Comitê de Transformação Digital	03/03/2021	até 30/04/2021	00
198.909.316-72	Administrador de empresas	Membro efetivo do Comitê de Transformação Digital	03/03/2021	Sim	N/A
Sebastião Vicente Bomfim Filho também é Presidente do Conselho de Administração e membro efetivo do Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração da Companhia.					
German Pasquale Quiroga Vilaro	25/10/1967	Comitê de Transformação Digital	03/03/2021	até 30/04/2021	00
009.943.227-71	Engenheiro	Membro efetivo do Comitê de Transformação Digital	03/03/2021	Sim	N/A
German Pasquale Quiroga Vilaro também é membro efetivo (independente) do Conselho de Administração.					
Pedro de Souza Zemel	12/02/1983	Comitê de Transformação Digital	03/03/2021	Permanente	00
309.555.478-81	Empresário	Membro efetivo do Comitê de Transformação Digital	03/03/2021	Sim	N/A
Pedro de Souza Zemel também é Diretor Presidente e membro efetivo do Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração da Companhia.					
Experiência profissional/ declaração de eventuais condenações/ critérios de independência					
Luiz Alberto Quinta – 211.293.471-68					
Para informações profissionais sobre Luiz Alberto Quinta, vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência.					



Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Sebastião Vicente Bomfim Filho - 198.909.316-72					
Para informações profissionais sobre Sebastião Vicente Bomfim Filho, vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência.					
Fersen Lamas Lambranco - 667.308.057-49					
Para informações profissionais sobre Fersen Lamas Lambranco, vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência.					
Márcio Luiz Simões Utsch - 220.418.776-37					
Para informações profissionais sobre Márcio Luiz Simões Utsch, vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência.					
German Pasquale Quiroga Vilaro – 009.943.227-71					
Para informações profissionais sobre German Pasquale Quiroga Vilaro, vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência.					
Pedro de Souza Zemel - 309.555.478-81					
Para informações profissionais sobre Pedro de Souza Zemel, vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência.					

Para fins de elaboração deste item 12.7/8 desta Proposta de Administração, inserimos os atuais membros de nossos Comitês que também serão indicados para compor nosso Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2021 ("AGOE 2021"). Entretanto, a composição de nossos Comitês somente será definida em momento posterior pelos conselheiros eleitos na AGOE 2021.



12.9 – Existência de relação conjugal, união estável ou parentes até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sebastião Vicente Bomfim Filho	198.909.316-72	Grupo SBF S.A.	13.217.485/0001-11	1º grau – Pai
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
O Sr. Bomfim também exerce o cargo de Administrador na PACIPAR Participações Ltda. e na SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Larissa Furletti Bomfim	084.165.236-81	Grupo SBF S.A.	13.217.485/0001-11	1º grau - Filha
Membro Efetivo do Conselho de Administração				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sebastião Vicente Bomfim Filho	198.909.316-72	Grupo SBF S.A.	13.217.485/0001-11	1º grau – Pai
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
O Sr. Bomfim também exerce o cargo de Administrador na PACIPAR Participações Ltda. e na SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Rizza Furletti Bomfim	080.844.366-60	Grupo SBF S.A.	13.217.485/0001-11	1º grau – Filha
Membro Suplente do Conselho de Administração				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---



controlador				
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sebastião Vicente Bomfim Filho	198.909.316-72	Grupo SBF S.A.	13.217.485/0001-11	2º grau por afinidade – Padrasto
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
O Sr. Bomfim também exerce o cargo de Administrador na PACIPAR Participações Ltda. e na SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Lucas Mota de Oliveira Ebaid	109.084.566-97	Grupo SBF S.A.	13.217.485/0001-11	2º grau por afinidade - Enteadado
Membro Suplente do Conselho de Administração				



12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do emissor</u>			
Sebastião Vicente Bomfim Filho	198.909.316-72	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Pacipar Participações Ltda.	07.636.258/0001-28		
Administrador			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do emissor</u>			
Sebastião Vicente Bomfim Filho	198.909.316-72	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	06.347.409/0001-65		



Administrador

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do emissor</u>			
Fersen Lamas Lambranh	667.308.057-49	Controle	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	06.347.409/0001-65		
Administrador			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do emissor</u>			
German Pasquale Quiroga Vilardo	009.943.227-71	Controle	Controlada Direta
Membro Independente do Conselho de Administração			



<u>Pessoa relacionada</u>			
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	06.347.409/0001-65		
Administrador			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Cargo/Função</u>			
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do emissor</u>			
João Henrique Braga Junqueira	041.249.236-94	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	06.347.409/0001-65		
Administrador			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Cargo/Função</u>			
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do emissor</u>			
Luiz Alberto Quinta	211.293.471-68	Controle	Controlada Direta



Membro Independente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	06.347.409/0001-65		
Administrador			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do emissor</u>			
Rizza Furletti Bomfim	080.844.366-60	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	06.347.409/0001-65		
Administrador			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			



<u>Administrador do emissor</u>			
Larissa Furletti Bomfim	084.165.236-81	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	06.347.409/0001-65		
Administrador			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do emissor</u>			
Márcio Luiz Simões Utsch	220.418.776-34	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	06.347.409/0001-65		
Administrador			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			



Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do emissor</u>			
Lucas Mota de Oliveira Ebaid	109.084.566-97	Controle	Controlada Direta
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	06.347.409/0001-65		
Trainee			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2019			
<u>Administrador do emissor</u>			
Sebastião Vicente Bomfim Filho	198.909.316-72	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Pacipar Participações Ltda.	07.636.258/0001-28		
Administrador			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------



Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do emissor</u>			
Sebastião Vicente Bomfim Filho	198.909.316-72	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Pacipar Participações Ltda.	07.636.258/0001-28		
Administrador			



Anexo III
PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Administração propõe que seja aprovada a proposta de remuneração global da Administração para o biênio de 2021/2022, no valor de até R\$76.212.136,24 (setenta e seis milhões, duzentos e doze mil, cento e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos), sem considerar os impactos das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração fixa e variável da Administração a serem suportadas pela Companhia na forma da lei.

a) Período a que se refere a presente proposta de remuneração

A proposta da Administração se refere ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2022.

b) Comentários sobre (i) os valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2020 e (ii) os valores referentes à remuneração dos Administradores efetivamente realizados, incluindo eventuais diferenças entre as informações descritas nos itens (i) e (ii):

O valor da remuneração global dos administradores aprovado pela assembleia geral ordinária e extraordinária realizada pela Companhia em 30 de abril de 2020 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de até R\$34.367.611,00, não considerando os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) a serem suportadas pela Companhia, incidentes sobre as remunerações fixa e variável.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o valor efetivamente realizado referente à remuneração dos Administradores foi de R\$34.107.756,60 (trinta e quatro milhões, cento e sete mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), sem considerar os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) incidentes sobre as remunerações fixa e variável da Administração suportadas pela Companhia na forma da lei, em razão das explicações detalhadas no item “c” abaixo.

c) Comentários sobre eventuais diferenças entre os valores da proposta atual e da proposta anterior e os constantes do item 13 do Formulário de Referência da companhia, esclarecendo, por exemplo, se são decorrentes da não correspondência entre o período coberto pelas propostas (letra “a”) e o período coberto pelo Formulário de Referência (exercício social).

A diferença da remuneração da administração referente ao valor previsto para o exercício

social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e o valor efetivamente realizado decorre, principalmente, de ajustes e alinhamentos regulares na estratégia de remuneração da administração da Companhia, não estando relacionada a não correspondência entre o período coberto pela proposta da administração e o período coberto pelo Formulário de Referência, visto que ambos consideram o mesmo período para fins de divulgação e estimativa do valor global da remuneração dos administradores, qual seja, o exercício social com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de 2020.

Abaixo quadro comparativo entre (i) os valores realizados em 2020 e (ii) os valores constantes da Proposta de Administração apresentada em 2021.

Remuneração Total em Valores Anuais						
	Conselho de Administração		Diretoria		Total	
	Valor Realizado em 2020	Proposta da Administração em 2021	Valor Realizado em 2020	Proposta da Administração em 2021	Valor Realizado em 2020	Proposta da Administração em 2021
Nº total de membros	10,00	10,67	6,92	7,33	16,92	18,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	6,92	7,33	13,92	14,33
Remuneração fixa						
Salário ou pró-labore	5.353.815,89	8.751.403,60	6.910.000,00	8.023.000,00	12.263.815,89	16.774.403,60
Benefícios diretos e indiretos	390.067,56	397.594,80	150.945,26	356.072,46	541.012,82	753.667,26
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável						
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	5.908.316,78	0,00	5.908.316,78	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	584.531,29	635.868,71	14.810.079,82	16.704.920,73	15.394.611,11	17.340.789,44
Observações						
Total da remuneração	6.328.414,74	9.784.867,11	27.779.341,86	25.083.993,19	34.107.756,60	34.868.860,30

Segue abaixo o **ANEXO III-A** contemplando as informações relativas à remuneração dos administradores da Companhia nos últimos exercícios sociais e a previsão acima mencionada para o exercício social corrente, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e do Artigo 12, inciso II da Instrução CVM 481.

* * *

Anexo III(A)

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

13.1 – Descrições da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e local onde o documento pode ser localizado

Em 15 de fevereiro de 2019, o nosso Conselho de Administração aprovou a Política de Remuneração do pessoal-chave da nossa administração ("Política"). Em 22 de março de 2019 e em 3 de março de 2021, o nosso Conselho de Administração aprovou a alteração da mencionada Política. A nossa Política tem como principal função alinhar os interesses dos nossos administradores e os nossos objetivos, baseada nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

De acordo com a nossa Política, a remuneração global dos administradores, membros dos comitês de assessoramento e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, bem como membros de órgãos da administração estatutária ou com função similar de sociedade controlada pela Companhia ("Pessoal-Chave da Administração") poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável (participação nos lucros, bônus, etc.); (iii) benefícios; (iv) benefícios pós-exercício do cargo; (v) benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo; e (v) remuneração baseada em ações.

O inteiro teor da nossa Política poderá ser consultado no nosso site de relações com investidores (<https://ri.gruposbf.com.br/>) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria Política de Remuneração.

b. composição da remuneração, inclusive

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

Conselho de Administração

A remuneração total do Conselho de Administração é composta pelos seguintes elementos:

- Remuneração Fixa: A remuneração fixa do nosso Conselho de Administração é composta pelo pagamento de um valor fixo mensal a título de pró-labore.
- Remuneração baseada em ações: Baseada em Opções de Compra de Ações de nossa Companhia, visa reforçar a retenção dos executivos chave e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo.
- Benefícios direto e indireto: O conjunto de planos oferecidos por nós como complemento ao sistema de remuneração para a satisfação de necessidades pessoais e familiares. São eles: plano de saúde executivo, seguro D&O, seguro de vida e contra terceiros e motorista particular em período integral.

Diretoria Estatutária

A remuneração total da Diretoria Estatutária é composta pelos seguintes elementos:

- Remuneração Fixa: Tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo na nossa Companhia e no mercado de trabalho, bem como a responsabilidade individual, experiência, formação e conhecimento do executivo.
- Remuneração Variável: Composta pela participação nos nossos resultados, tempor intenção premiar o alcance dos objetivos da Companhia e individuais, alinhada ao orçamento e atingimento de metas.
- Remuneração baseada em ações: Baseada em Opções de Compra de Ações de nossa Companhia, visa reforçar a retenção dos executivos chave e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo.
- Benefícios: O conjunto de planos oferecidos por nós como complemento ao sistema salarial para a satisfação de necessidades pessoais e familiares, como segurança, saúde e alimentação.

Diretoria Não Estatutária

A remuneração total da Diretoria Não Estatutária é composta pelos seguintes elementos:

- Remuneração Fixa: Tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo na nossa Companhia e no mercado de trabalho, bem como a responsabilidade individual, experiência, formação e conhecimento do executivo.
- Remuneração Variável: Composta pela participação nos nossos resultados, tempor intenção premiar o alcance dos objetivos da Companhia e individuais, alinhada ao orçamento e atingimento de metas.
- Remuneração baseada em ações: Baseada em Opções de Compra de Ações da Companhia, visa reforçar a retenção dos executivos chave e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo.
- Benefícios: O conjunto de planos oferecidos por nós como complemento ao sistema salarial para a satisfação de necessidades pessoais e familiares, como segurança, saúde e alimentação.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Comitês Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Comitês Estatutários instalados.

Comitês Não Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, a remuneração do Comitê de Auditoria, do Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração e do Comitê de Transformação Digital, Produtos e Serviços é definida pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo composta pelos seguintes elementos:

- Remuneração Fixa: Tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo na nossa Companhia e no mercado de trabalho, bem como a responsabilidade individual, experiência, formação e conhecimento do executivo.

A Companhia esclarece que o Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração e o Comitê de Transformação Digital, Produtos e Serviços foram criados e instalados em sede de reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de março de 2021. Dessa forma, seus membros não receberam remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na

remuneração total

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	84,60%	N/A	24,88%	33,76%	N/A
Remuneração Variável	0,00%	N/A	21,27%	25,71%	N/A
Benefícios	6,16%	N/A	0,54%	3,95%	N/A
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	N/A	0,00%	0,00%	N/A
Remuneração Baseada em Ações	9,24%	N/A	53,31%	36,58%	N/A
TOTAL	100,0%	N/A	100,0%	100,0%	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	94,64%	N/A	27,4%	47,54%	N/A
Remuneração Variável	0,00%	N/A	26,2%	23,05%	N/A
Benefícios	5,36%	N/A	0,6%	1,95%	N/A
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	N/A	0,00%	0,00%	N/A
Remuneração Baseada em Ações	0,00%	N/A	45,7%	27,46%	N/A
TOTAL	100,0%	N/A	100,0%	100,0%	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	97,63%	N/A	50,31%	57,38%	N/A
Remuneração Variável	0,00%	N/A	47,75%	40,61%	N/A
Benefícios	2,37%	N/A	1,24%	2,01%	N/A
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	N/A	0,00%	0,00%	N/A
Remuneração Baseada em Ações	0,00%	N/A	0,70%	0,00%	N/A
TOTAL	100,0%	N/A	100,0%	100,0%	N/A

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração:

Remuneração fixa mensal: O salário dos membros do Conselho de Administração é definido no momento da admissão do Conselheiro.

Os membros do Conselho de Administração farão jus a uma remuneração fixa, que será determinada de acordo com o padrão de mercado e a benefícios pós-exercício do cargo. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração poderão ser elegíveis a remuneração variável.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será proporcional às suas respectivas atribuições, responsabilidades, disponibilidade de tempo, proatividade, dedicação, alinhamento com os interesses da Companhia, conhecimento das particularidades das atividades desenvolvidas pela Companhia, seu mercado de atuação, sua cadeia de fornecedores, logística, modelo de negócios, conhecimento do potencial de seus

colaboradores e lideranças, dentre outros, sempre relacionados com as atividades da Companhia e seu desenvolvimento. Não haverá remuneração baseada em participação em reuniões.

Remuneração baseada em ações: Atualmente, temos um Plano de Opção de Compra de Ações como objetivo de integrar capital e trabalho mediante a concessão da possibilidade de nossos empregados, administradores e prestadores de serviços e de nossas sociedades controladas diretas ou indiretas, (“Beneficiários”) se tornarem nossos acionistas, compartilhando riscos e frutos relacionados aos nossos resultados. A escolha dos Beneficiários é feita pelo nosso Conselho de Administração. Esse instrumento, além de gerar maior alinhamento entre empregados, administradores, prestadores de serviços e acionistas, busca garantir e incentivar comportamentos que não elevem a exposição da nossa Companhia ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

Diretoria Estatutária:

Remuneração fixa mensal: O salário da Diretoria Estatutária é definido no momento da admissão do Diretor.

A remuneração da Diretoria é uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos diretores, sendo estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes ao cargo, de modo a proporcionar o alinhamento de seus interesses com os interesses de longo prazo da nossa Companhia.

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa que é determinada de acordo com a média da remuneração atribuída a Diretores de sociedades que atuam no mesmo ramo (varejo), na mesma região (São Paulo) e que são de porte similar (em termos de faturamento) ao da nossa Companhia, conforme trabalho realizado pela nossa área de recursos humanos, a partir de informações obtidas de empresas de RH especializadas em pesquisas salariais.

A remuneração da nossa Diretoria deve ser aprovada pelo nosso Conselho de Administração por meio de um procedimento formal e transparente, de modo que: (a) seja estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo, proporcionando o alinhamento dos interesses dos nossos Diretores com os nossos interesses de longo prazo; (b) considere os custos e os riscos envolvidos; e (c) esteja vinculada a resultados, com metas de médio e longo prazos relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a nossa Companhia no longo prazo.

Remuneração Variável: A remuneração variável distribuída aos nossos Diretores é composta pela nota individual final resultante da ponderação entre a nota da nossa Companhia e a nota individual, com base nos pesos (%) das notas individuais e nota da nossa Companhia multiplicadas ao seu salário e quantidade de meses elegíveis ao recebimento.

- Nota individual: Nota atribuída a cada Diretor de acordo com a régua de atingimento de metas pré-fixadas no início do exercício social, que variam de acordo com o cargo exercido pelo Diretor.
- Nota Companhia: Nota atribuída de acordo com os atingimentos de metas financeiras estipuladas no início do período de vigência (EBITDA, dívida líquida e SSS) e não-financeiras (NPS).

Benefícios: O complemento da remuneração da nossa Diretoria Estatutária consiste nos benefícios pagos integralmente ou parcialmente pela nossa Companhia durante o período trabalhado, com o objetivo de atrair os melhores talentos e garantir qualidade de vida aos nossos Diretores.

- Assistência Médica;
- Assistência Odontológica;
- *Check up*;
- Seguro de Vida e contra terceiros;
- Refeitório; e
- Estacionamento.

Desligamento: Não há remuneração/benefícios oficializados para desligamentos da nossa Companhia.

Remuneração baseada em ações: Atualmente, temos um Plano de Opção de Compra de Ações como objetivo de integrar capital e trabalho mediante a concessão da possibilidade de nossos empregados, administradores e prestadores de serviços e de nossas sociedades controladas diretas ou indiretas, (“Beneficiários”) e tornarem nossos acionistas, compartilhando riscos e frutos relacionados aos nossos resultados. A escolha dos Beneficiários é feita pelo nosso Conselho de Administração. Esse instrumento, além de gerar maior alinhamento entre empregados, administradores, prestadores de serviços e acionistas, busca garantir e incentivar comportamentos que não elevem a exposição da nossa Companhia ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

Diretoria Não-Estatutária:

Remuneração fixa mensal: O salário da Diretoria Não-Estatutária é definido no momento da admissão do Diretor.

A remuneração da Diretoria Não-Estatutária é uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos Diretores, sendo estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes ao cargo, de modo a proporcionar o alinhamento de seus interesses com os interesses de longo prazo da nossa Companhia.

Os membros da Diretoria Não-Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa que é determinada de acordo com a média da remuneração atribuída a Diretores Não-Estatutários de sociedades que atuam no mesmo ramo (varejo), na mesma região (São Paulo) e que são de porte similar (em termos de faturamento) ao da nossa Companhia, conforme trabalho realizado pela nossa área de recursos humanos, a partir de informações obtidas de empresas de RH especializadas em pesquisas salariais.

Remuneração Variável: A remuneração variável distribuída aos nossos Diretores Não-Estatutários é composta pela nota individual final resultante da ponderação entre a nota da nossa Companhia e a nota individual, com base nos pesos (%) das notas individuais e nota da nossa Companhia multiplicadas ao seu salário e quantidade de meses elegíveis ao recebimento.

- Nota individual: Nota atribuída a cada Diretor Não-Estatutário de acordo com a régua de atingimento de metas pré-fixadas no início do exercício social, que varia de acordo com o cargo exercido pelo Diretor.
- Nota Companhia: Nota atribuída de acordo com os atingimentos de metas financeiras estipuladas no início do período de vigência (EBITDA, dívida líquida e SSS) e não-financeiras (NPS).

Benefícios: O complemento da remuneração da Diretoria Não-Estatutária consiste nos benefícios pagos integralmente ou parcialmente pela Companhia durante o período trabalhado, como objetivo de atrair os melhores talentos e garantir qualidade de vida aos colaboradores.

- Assistência Médica;
- Assistência Odontológica;
- *Check up*;
- Seguro de Vida;
- Refeitório; e
- Estacionamento.

Desligamento: Não há remuneração/benefícios oficializados para desligamentos da Companhia.

Remuneração baseada em ações: Atualmente, temos um Plano de Opção de Compra de Ações como objetivo de integrar capital e trabalho mediante a concessão da possibilidade de nossos empregados, administradores e prestadores de serviços e de nossas sociedades controladas diretas ou indiretas, (“Beneficiários”) e tornarem nossos acionistas, compartilhando riscos e frutos relacionados aos nossos resultados. A escolha dos Beneficiários é feita pelo nosso Conselho de Administração. Esse instrumento, além de gerar maior alinhamento entre empregados, administradores, prestadores de serviços e acionistas, busca garantir e incentivar comportamentos que não elevem a exposição da nossa Companhia a risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos. Para mais informações sobre o nosso Plano de Opção de Compra de Ações, vide itens 13.4 a 13.8 deste Formulário de Referência.

Conselho Fiscal: Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Comitês: Na data deste Formulário de Referência, a remuneração do Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração e Comitê de Transformação Digital, Produtos e Serviços é definida pelo Conselho de Administração da Companhia.

Remuneração fixa mensal: O salário dos membros de nossos Comitês é definido no momento da admissão do membro.

A remuneração de nossos Comitês é estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes ao cargo.

Os membros de nossos Comitês fazem jus a uma remuneração fixa que é determinada de acordo com a média da remuneração atribuída a membros de comitês de sociedades que atuam no mesmo ramo, na mesma região (São Paulo) e que são de porte similar (em termos de faturamento) ao da nossa Companhia, conforme trabalho realizado pela nossa área de recursos humanos, a partir de informações obtidas de empresas de RH especializadas em pesquisas salariais.

A Companhia esclarece que o Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração e o Comitê de Transformação Digital, Produtos e Serviços foram criados e instalados em sede de reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de março de 2021. Dessa forma, seus membros não receberam remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é balizada para garantir a nossa competitividade na atração e retenção de nossos colaboradores, assim como reconhecer o desempenho de acordo com o atingimento dos resultados alcançados.

O posicionamento desta composição total (soma de todos os elementos) está alinhado às expectativas de mercado, sendo as parcelas fixas definidas no momento da admissão do membro da administração e as parcelas variáveis resultantes da ponderação entre a nota da Companhia e a nota individual, evitando o surgimento de distorções que prejudiquem a nossa capacidade de atrair e reter profissionais competentes e qualificados. Podemos ainda destacar os seguintes objetivos da composição de remuneração:

- Associar uma parcela significativa da remuneração aos resultados da empresa (meritocracia);
- Gerar um equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a busca de resultados de curto, médio e longo prazos;
- Balancear a remuneração variável de curto e longo prazos, visando a geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para a Companhia.

Com isso, asseguramos a competitividade ou atração de pessoas, a retenção de profissionais qualificados, a aplicação da meritocracia, além de apresentar um equilíbrio como sistema orçamentário da Companhia.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Na data deste Formulário de Referência, todos os membros efetivos do Conselho de Administração, Diretores e membros do Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração e Comitê de Transformação Digital, Produtos e Serviços eram remunerados.

A Companhia esclarece que o Comitê de Pessoas, Ambiente e Remuneração e o Comitê de Transformação Digital, Produtos e Serviços foram criados e instalados em sede de reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de março de 2021. Dessa forma, seus membros não receberam remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

- A remuneração fixa está baseada nas pesquisas salariais de mercado contratadas de consultorias especializadas no assunto e objetivamos reconhecimento individual e coletivo dos resultados alcançados por nós.
- A remuneração variável está diretamente ligada aos indicadores de resultados de nossa Companhia de acordo com as metas pré-estabelecidas, buscando reconhecer o alcance de resultados e longevidade do negócio. Os principais indicadores utilizados na remuneração variável são: EBITDA, dívida líquida, crescimento da receita e NPS.
- Plano de Opções de Compra de Ações: Atrelado ao crescimento do valor da nossa Companhia medido oito vezes o EBITDA contábil dos últimos doze meses (com taxa de administração como despesa operacional), subtraindo dívida líquida (dívida líquida bancária + antecipações + dívida tributária + impostos vencidos).

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Para a remuneração fixa, todo e qualquer reajuste é balizado pela combinação de desempenho individual, comportamento e disponibilidade orçamentária, em linha com a praticada pelo mercado.

Já a remuneração variável é baseada no desdobramento de metas organizacionais, ou seja, as metas organizacionais são desdobradas para as pessoas, considerando que a soma do atingimento individual das metas resulte no alcance dos nossos objetivos.

Finalmente, a outorga de opção de compra de ações, através do Plano de Opção de Compra de Ações, constitui instrumento de alinhamento entre Beneficiários e acionistas, buscando incentivar comportamentos que não elevem a exposição da nossa Companhia a risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

O plano de remuneração variável dos colaboradores está diretamente atrelado a superação de metas financeiras e de eficiência operacional que tornem a empresa sólida no curto, médio e longo prazo.

Anualmente as premiações estão ligadas a métricas financeiras de crescimento da empresa de curto e médio prazos (EBITDA, dívida líquida, crescimento da receita e NPS – Net Promoter Score) e o plano de incentivo de longo prazo, baseado no conceito de opções de compra de ações, diretamente atrelado ao crescimento do nosso valor de mercado, ou seja, a valorização das ações no longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Até 31 de dezembro de 2020, os membros da nossa administração eram remunerados por nossa controlada, SBF Comercio de Produtos Esportivos S.A. (“SBF Comércio”). A partir de 1 de janeiro de 2021, apenas nossos membros do Conselho de Administração passaram a ser remunerados pela SBF Comércio, sendo que as referidas remunerações transitaram e continuarão transitando em nossas demonstrações financeiras consolidadas. Não obstante, a remuneração global dos membros da nossa administração é e continuará sendo aprovada em sede de assembleia geral dos acionistas da nossa Companhia. Para informações sobre a remuneração recebida pelos nossos administradores, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não possuímos qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando

- i. Os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam*

Nos termos do nosso Estatuto Social e da nossa Política, compete ao nosso Conselho de Administração definir e aprovar a remuneração individual dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento.

- ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e os critérios de comparação e a abrangência desses estudos*

O processo de fixação da remuneração fixa individual do Conselho de Administração e da Diretoria é definido no momento da admissão do administrador, variando de acordo com a formação e experiência profissional, conforme as expectativas de mercado, sendo readequado quando necessário com base em pesquisas especializadas realizadas por empresas do ramo.

- iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação política de remuneração da Companhia*

A nossa Política entrou em vigor em 15 de fevereiro de 2019. Em 22 de março de 2019 e em 3 de março de 2021, o nosso Conselho de Administração aprovou a alteração da nossa Política. Compete ao Conselho de Administração avaliar, ao menos anualmente, a necessidade de promover atualizações necessárias à mencionada Política.

13.2 – Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente - 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Total
Nº total de membros	10,67	7,33	N/A	18,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,33	N/A	14,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.751.403,60	8.023.000,00	N/A	16.774.403,60
Benefícios direto e indireto	397.594,80	356.072,46	N/A	753.667,26
Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0,00	0,00	N/A	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	N/A	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	635.868,71	16.704.920,73	N/A	17.340.789,44
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	9.784.867,11	25.083.993,19	0,00	34.868.860,30

⁽¹⁾ Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Remuneração total - Exercício Social - 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁽¹⁾	Total
Nº total de membros	10,00	6,92	N/A	16,92
Nº de membros remunerados	7,00	6,92	N/A	13,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.353.815,89	6.910.000,00	N/A	12.263.815,89
Benefícios direto e indireto	390.067,56	150.945,26	N/A	541.012,82
Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação de resultados	0,00	5.908.316,78	N/A	5.908.316,78
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0,00	0,00	N/A	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	N/A	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	584.531,29	14.810.079,82	N/A	15.394.611,11
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	6.328.414,74	27.779.341,86	0,00	34.107.756,60

⁽¹⁾ Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Remuneração total - Exercício Social - 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁽¹⁾	Total
Nº total de membros	10,00	5,92	N/A	15,92
Nº de membros remunerados	7,00	5,92	N/A	12,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.616.000,00	6.034.000,00	N/A	11.650.000,00
Benefícios direto e indireto	105.035,40	142.600,00	N/A	247.635,40
Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação de resultados	0,00	5.772.000,00	N/A	5.772.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0,00	0,00	N/A	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	N/A	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	10.043.000,00	N/A	10.043.000,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	5.721.035,40	21.991.600,00	0,00	27.712.635,40

⁽¹⁾ Não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Remuneração total - Exercício Social - 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁽¹⁾	Total
Nº total de membros	9,83	5,00	N/A	14,83
Nº de membros remunerados	6,17	5,00	N/A	11,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.318.204,66	5.230.000,00	N/A	9.548.204,66
Benefícios direto e indireto	105.035,40	129.112,40	N/A	234.147,80
Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação de resultados	0,00	4.964.326,85	N/A	4.964.326,85
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0,00	0,00	N/A	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	N/A	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	72.500,00	N/A	72.500,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	4.423.240,06	10.395.939,25	0,00	14.819.179,31

⁽¹⁾ Não possuímos Conselho Fiscal instalado.

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício social corrente – 31/12/2021				
Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Total
Número total de membros	10,67	7,33	N/A	18,00
Número de membros remunerados	7,00	7,33	N/A	14,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$0,00	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$3.983.750,00	N/A	R\$3.983.750,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$11.951.250,00	N/A	R\$11.951.250,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$0,00	R\$7.967.500,00	N/A	R\$7.967.500,00
(1) Na data deste Formulário de Referência, não possuíamos Conselho Fiscal instalado.				

Remuneração variável - Exercício social corrente – 31/12/2020				
Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Total
Número total de membros	10,00	6,92	N/A	16,92
Número de membros remunerados	7,00	6,92	N/A	13,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$0,00	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$3.250.000,00	N/A	R\$3.250.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$9.750.000,00	N/A	R\$9.750.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$0,00	R\$6.500.000,00	N/A	R\$6.500.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	R\$0,00	R\$5.908.316,78	N/A	R\$5.908.316,78
(1) Nesta data, não possuíamos Conselho Fiscal instalado.				

Remuneração variável - Exercício social encerrado em 31/12/2019				
Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁽¹⁾	Total
Número total de membros	10,00	5,92	N/A	15,92
Número de membros remunerados	7,00	5,92	N/A	12,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$0,00	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$2.103.750,00	N/A	R\$2.103.750,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$7.152.750,00	N/A	R\$7.152.750,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$0,00	R\$4.207.500,00	N/A	R\$4.207.500,00

(1) Nesta data, não possuíamos Conselho Fiscal instalado.

Remuneração variável - Exercício social encerrado em 31/12/2018				
Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁽¹⁾	Total
Número total de membros	9,83	5,00	N/A	14,83
Número de membros remunerados	6,17	5,00	N/A	11,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$1.920.253,50	N/A	R\$1.920.253,50
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$6.528.861,90	N/A	R\$6.528.861,90
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$0,00	R\$3.840.507,00	N/A	R\$3.840.507,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	R\$0,00	R\$4.964.326,85	N/A	R\$4.964.326,85
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$2.838.750,00	N/A	R\$2.838.750,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$9.651.750,00	N/A	R\$9.651.750,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$0,00	R\$5.677.500,00	N/A	R\$5.677.500,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	R\$0,00	R\$7.991.774,65	N/A	R\$7.991.774,65

(1) Nesta data, não possuíamos Conselho Fiscal instalado.

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

Adotamos como forma de complementação à remuneração de alguns de nossos empregados, administradores e prestadores de serviço, planos de opção de compra de ações da nossa Companhia, aprovados em sede de Assembleia Geral (“Planos”).

Nesse sentido, o nosso Conselho de Administração é responsável pela condução dos Planos, estabelecendo, periodicamente, programas de opção de compra de ações, os quais integrarão os Planos, definindo para cada programa: (i) os beneficiários; (ii) o número total de ações de nossa Companhia objeto de outorga e, eventualmente, a divisão em lotes; (iii) o preço de exercício; (iv) eventuais prazos de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas-limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (v) eventuais critérios objetivos para a eleição de beneficiários e a determinação do número de opções (“Programas”).

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. Este contrato definirá: (i) o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever como exercício das opções, (ii) o preço por ação, de acordo com o Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, e (iii) quaisquer outros termos e condições adicionais, à condição de que não estejam em desacordo com as disposições do respectivo Plano ou Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Plano 2013 - Programa 2013

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2013, nossos acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano 2013”). Na mesma data, nosso Conselho de Administração aprovou o Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2013, vinculado ao Plano 2013 (“Programa 2013”).

Eram elegíveis para participar do Programa 2013 os empregados, administradores e prestadores de serviço de nossa Companhia, indicados por nosso Conselho de Administração (“Beneficiários Programa 2013”).

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2015 foi deliberado sobre a alteração e consolidação do Plano 2013. Nessa realidade, nesta mesma data, o Programa 2013 foi consolidado. Em ato subsequente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de junho de 2015, nossa Companhia aprovou e ratificou tais alterações.

No âmbito do Programa 2013 foram outorgadas 3.420.000 opções de compra de ações de nossa emissão aos Beneficiários Programa 2013. Das opções outorgadas, 405.832 foram exercidas e 3.014.168 foram extintas, sendo que, na data deste Formulário de Referência, não existiam opções em aberto no âmbito do Programa 2013.

Plano 2013 – Programa 2015

Em reunião realizada em 22 de outubro de 2015, nosso Conselho de Administração aprovou o Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2015, vinculado ao Plano 2013 (“Programa 2015”).

Eram elegíveis para participar do Programa 2015 os empregados, administradores e prestadores de serviço de nossa Companhia, indicados por nosso Conselho de Administração (“Beneficiários Programa 2015”). O Programa 2015 tinha nicho de beneficiários diferente do Programa de 2013, dessa forma, os Beneficiários Programa 2015 eram diferentes dos Beneficiários Programa 2013.

No âmbito do Programa 2015 foram outorgadas 2.160.000 opções de compra de ações de nossa emissão aos Beneficiários Programa 2015. Das opções outorgadas, 227.244 foram exercidas e 1.932.756 foram extintas, sendo que, na data deste Formulário de Referência, não existiam opções em aberto no âmbito do Programa 2015.

Plano 2016 – 1º e 2º Programas 2016

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2016, nossos acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano 2016”). Na mesma data, nosso Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2016, vinculado ao Plano 2016 (“1º Programa 2016”). Em 4 de setembro de 2019, o nosso Conselho de Administração aprovou o 2º Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2019, vinculado ao Plano 2016 (“2º Programa 2016”).

1º Programa 2016

São elegíveis para participar do 1º Programa 2016 os empregados, administradores e prestadores de serviço de nossa Companhia, conforme indicados por nosso Conselho de Administração (“Beneficiários 1º Programa 2016”).

O exercício das opções objeto deste 1º Programa 2016, a partir da vigência do 1º Programa 2016, parcial ou totalmente, impossibilitava os beneficiários de exercer quaisquer opções relativas a Planos, Programas e Contratos aprovados anteriormente. Adicionalmente, qualquer exercício de opções relativas a Planos, Programas e Contratos aprovados previamente à entrada em vigor do Plano 2016, parcial ou totalmente, impossibilitava o exercício das opções no âmbito do 1º Programa 2016, pelo respectivo beneficiário.

Dessa forma, tanto o Beneficiário Programa 2013 quanto o Beneficiário Programa 2015 que fosse elegível ao 1º Programa 2016 e que aderisse ao 1º Programa 2016 e exercesse as opções, ficaria automaticamente impossibilitado de exercer quaisquer opções relativas a Planos, Programas e Contratos anteriores.

Ainda, o 1º Programa 2016 estabelece que nosso Conselho de Administração poderia agregar novos beneficiários, outorgando novas opções, determinando o número de ações que o beneficiário teria direito de adquirir, e ajustando o preço de exercício aplicável a estas opções, se for o caso, desde que respeitando o limite global de ações outorgadas pelo 1º Programa 2016.

Em reunião realizada em 18 de abril de 2017, nosso Conselho de Administração aprovou alteração do Plano 2016, no que diz respeito aos contratos celebrados com os Beneficiários, de modo a alterar o prazo final e extintivo para exercício da totalidade das opções, assim como para prever a possibilidade dos Beneficiários autorizarem a subsidiária da nossa Companhia a descontar do valor relativo ao bônus ou participação nos lucros ou resultados o montante a ser investido no Plano 2016.

No âmbito do 1º Programa 2016 foram outorgadas 5.814.424 opções de compra de ações de nossa emissão aos Beneficiários 1º Programa 2016. Em 31 de dezembro de 2020, das opções outorgadas, 680.999 tinham sido canceladas, 3.672.166 tinham sido exercidas, 1.461.259 continuavam em aberto (sendo que 492.225 tinham ultrapassado o prazo de carência e eram exercíveis e 969.034 se tornarão exercíveis após o prazo de carência aplicável).

2º Programa 2016

São elegíveis para participar do 2º Programa 2016 os indicados pelo Conselho de Administração de nossa Companhia (“Beneficiários 2º Programa 2016”).

O exercício das opções objeto do 2º Programa 2016, a partir de sua data de vigência, parcial ou totalmente, impossibilita os Beneficiários 2º Programa 2016 ao exercício de quaisquer opções relativas a Planos, Programas e Contratos aprovados anteriormente a 16 de dezembro de 2016. A partir da data de vigência do 2º Programa 2016, qualquer exercício de opções relativas a Planos, Programas e Contratos aprovados anteriormente a 16 de dezembro de 2016, parcial ou totalmente, impossibilitará o exercício das opções no âmbito do 2º Programa 2016.

Dessa forma, tanto o Beneficiário Programa 2013, o Beneficiário Programa 2015 quanto o Beneficiário 1º Programa 2016 que for elegível ao 2º Programa 2016 e que aderir ao 2º Programa 2016 e exercer as opções, ficará automaticamente impossibilitado de exercer quaisquer opções relativas aos Planos, Programas e Contratos anteriores.

Ainda, o 2º Programa 2016 estabelece que nosso Conselho de Administração poderá agregar novos beneficiários, outorgando novas opções, determinando o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir, desde que respeitando o limite global de ações outorgadas pelo 2º Programa 2016.

No âmbito do 2º Programa 2016, foi aprovado um volume global de 1.986.794 opções de compra de ações de emissão de nossa Companhia, todas já outorgadas. Em 31 de dezembro de 2020, das opções outorgadas, nenhuma havia sido cancelada, 114.567 haviam sido exercidas e 1.872.227 continuavam em aberto (sendo que 282.792 tinham ultrapassado o prazo de carência e eram exercíveis e 1.589.435 se tornarão exercíveis após o prazo de carência aplicável).

Plano 2019 – 1º e 2º Programas 2019 e 1º e 2º Programa 2020

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de setembro de 2019, nossos acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano 2019”). Em 25 de setembro de 2019, nosso Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, vinculado ao Plano 2019 (“1º Programa 2019”). Em 5 de novembro de 2019, o nosso Conselho de Administração aprovou o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, vinculado ao Plano 2019 (“2º Programa 2019”), alterado em 24 de abril de 2020. Em 10 de novembro de 2020, o nosso Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, vinculado ao Plano 2019 (“1º Programa 2020”). Na mesma data, nosso Conselho de Administração aprovou o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, vinculado ao Plano 2019, o qual foi alterado em 16 de fevereiro de 2021 (“2º Programa 2020”).

1º Programa 2019

São elegíveis para participar do 1º Programa 2019 os empregados, Diretores, prestadores de serviço e demais colaboradores de nossa Companhia, conforme elegíveis pelo Conselho de Administração (“Beneficiários 1º Programa 2019”).

Ainda, o 1º Programa 2019 estabelece que nosso Conselho de Administração, poderá, a qualquer tempo, agregar novos Beneficiários ao 1º Programa 2019, tendo em consideração a contribuição e a essencialidade das funções desempenhadas pelo potencial beneficiário para o atingimento das metas da Companhia e quaisquer outras características do potencial beneficiário consideradas estrategicamente relevantes pelo Conselho de Administração, desde que respeitando o limite global de ações outorgadas pelo 1º Programa 2019.

No âmbito do 1º Programa 2019, foi aprovado um volume global de 5.452.000 opções de compra de ações de emissão de nossa Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, já haviam sido outorgadas 4.493.206 opções (sendo que 50.000 foram canceladas e 4.443.206 permanecem em carência). As demais 958.794 opções não tinham sido outorgadas até 31 de dezembro de 2020.

2º Programa 2019

São elegíveis para participar do 2º Programa 2019 os membros independentes do nosso Conselho de Administração, exceto aqueles que possuem participação societária, direta ou indireta, nas sociedades detidas, direta ou indiretamente pelos acionistas controladores (que forem signatários do(s) acordo(s) de acionistas arquivado(s) na sede da nossa Companhia, que vierem a ser selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração da Companhia (“Beneficiários 2º Programa 2019”).

No âmbito do 2º Programa 2019, foi aprovado um volume global de 48.000 opções de compra de ações de emissão de nossa Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, todas as opções de compra de ações já haviam sido outorgadas, e 24.000 opções haviam sido exercidas, estando as 24.000 restantes ainda em aberto, e se tornarão exercíveis após o prazo de carência aplicável.

1º Programa 2020

São elegíveis para participar do 1º Programa 2020 os empregados, diretores, prestadores de serviço e demais colaboradores de nossa Companhia e de nossas controladas diretas ou indiretas, conforme elegíveis pelo Conselho de Administração (“Beneficiários 1º Programa 2020”).

Ainda, o 1º Programa 2020 estabelece que nosso Conselho de Administração, poderá, a qualquer tempo, agregar novos Beneficiários ao 1º Programa 2020, tendo em consideração a contribuição e a essencialidade das funções desempenhadas pelo potencial beneficiário para o atingimento das metas da Companhia e quaisquer outras características do potencial beneficiário consideradas estrategicamente relevantes pelo Conselho de Administração, desde que respeitando o limite global de ações outorgadas pelo 1º Programa 2020.

No âmbito do 1º Programa 2020, foi aprovado um volume global de 3.002.642 opções de compra de ações de emissão de nossa Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, nenhuma opção havia sido outorgada e, portanto, nenhuma opção havia sido exercida. Em 31 de dezembro de 2020, as 3.002.642 ainda estavam abertas.

2º Programa 2020

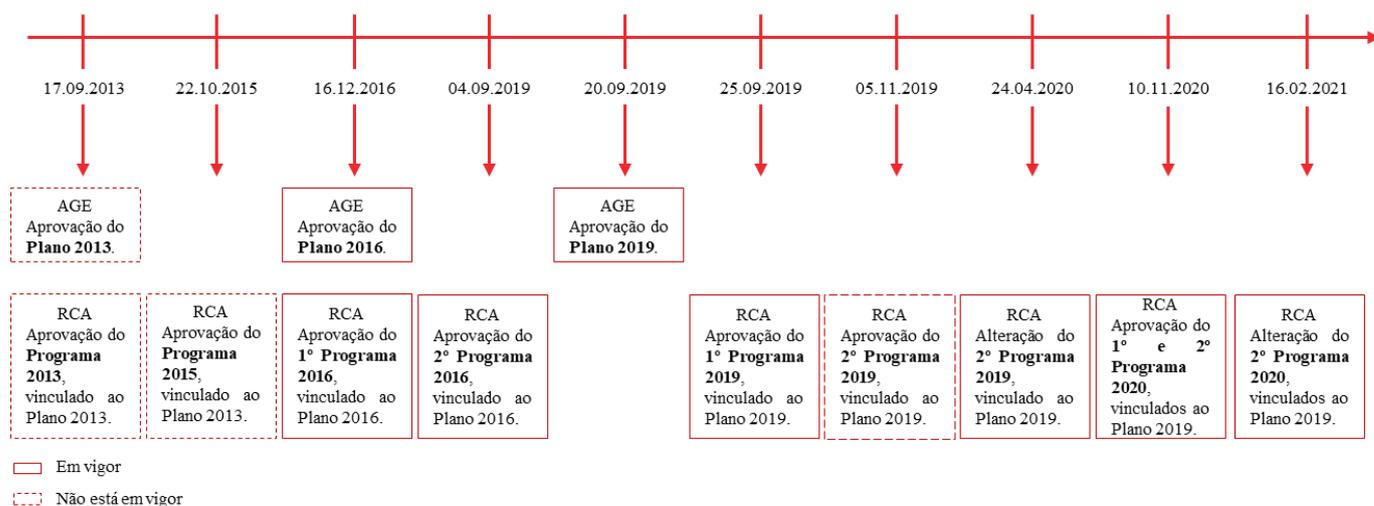
São elegíveis para participar do 2º Programa 2020 os empregados, administradores, colaboradores e prestadores de serviço de nossa Companhia e de nossas controladas diretas ou indiretas, conforme elegíveis pelo Conselho de Administração (“Beneficiários 2º Programa 2020”).

No âmbito do 2º Programa 2020, foi aprovado um volume global de 400.000 opções de compra de ações de emissão de nossa Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, nenhuma opção havia sido outorgada e, portanto, nenhuma opção havia sido exercida. Em 31 de dezembro 2020, as demais 400.000 opções ainda estavam abertas.

Na data deste Formulário de Referência, vigoravam Plano 2016 e o Plano 2019, o 1º e 2º Programa 2016, o 1º e 2º Programa 2019 e o 1º e 2º Programa 2020, e já não estavam mais vigentes o Plano 2013 (incluindo o Programa 2013) e o Programa 2015.

Para mais informações sobre as opções exercidas, exercíveis e extintas de nosso Planos e Programas, vide itens 13.5, 13.6 e 13.7 deste Formulário de Referência.

Abaixo esquematização de nossos Planos e Programas:



b. Principais objetivos do plano

O objetivo do Plano 2016 e do Plano 2019 é integrar capital e trabalho mediante a concessão da possibilidade de os Beneficiários de nossa Companhia e de nossas sociedades controladas direta ou indiretas - incluídas no

conceito de Companhia para os fins do Plano 2016 e do Plano 2019- se tornarem nossos acionistas, compartilhando riscos e frutos relacionados aos nossos resultados.

O objetivo dos Planos de Remuneração variável do Grupo SBF é integrar capital e trabalho mediante a concessão da possibilidade de os Beneficiários de nossa Companhia e de nossas sociedades controladas direta ou indiretamente - incluídas no conceito de Companhia para os fins dos Planos - se tornarem nossos acionistas, compartilhando riscos e frutos relacionados aos resultados do Grupo.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Além do Plano 2016 e do Plano 2019 gerarem maior alinhamento entre nossos Beneficiários e acionistas - uma vez que implicam convergência de esforços para nossos resultados - buscam garantir e incentivar comportamentos que não elevem nossa exposição a risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo, já que o potencial valor dos benefícios atrelados ao Plano 2016 e ao Plano 2019 varia de acordo com nossos resultados.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano 2016 e o Plano 2019 da Companhia, acima mencionados, complementam a remuneração total dos Beneficiários. Assim, são responsáveis não só pelo alinhamento de longo prazo dos executivos da Companhia, mas também por aumentar a competitividade da remuneração da Companhia frente ao mercado, contribuindo para a sustentabilidade do negócio e a retenção de profissionais qualificados.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Os nossos Planos, uma vez aprovados pelos nossos acionistas, poderão promover um alinhamento dos interesses de longo prazo, na criação de valor da nossa Companhia, principalmente ao proverem potenciais ganhos ilimitados aos colaboradores quando da eventual valorização das ações da Companhia, além de contribuir para a retenção de talentos em razão do estabelecimento de determinados períodos aquisitivos de direito (vesting periods), que podem ser de até 8 anos, bem como fortalecer o senso de *ownership*, dado o período de vedação de negociação das ações após sua aquisição (*lock-up*).

f. Número máximo de ações abrangidas

O número total de ações abrangidas no âmbito do Plano 2016 e do Plano 2019 devem respeitar o limite máximo de 7.318.043 (sete milhões, trezentos e dezoito mil e quarenta e três) e 7.943.848 (sete milhões, novecentas e quarenta e três mil, oitocentas e quarenta e oito) ações de nosso capital social, respectivamente, e uma vez exercida a opção pelos Beneficiários, as ações correspondentes serão emitidas através de aumento do capital de nossa Companhia.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas no âmbito do Plano 2016 e do Plano 2019 devem respeitar o limite máximo de 7.318.043 (sete milhões, trezentos e dezoito mil e quarenta e três) e 7.943.848 (sete milhões, novecentas e quarenta e três mil, oitocentas e quarenta e oito), respectivamente. O Plano 2016 e o Plano 2019 dispõem sobre os lotes de outorga e seus respectivos prazos de carência, conforme descritos abaixo, os quais as opções poderão ser exercidas (“Prazos de Carência”).

h. Condições de aquisição de ações

Plano 2016

Somente poderão participar do Plano 2016 os empregados, administradores e prestadores de serviço de nossa Companhia que foremelegíveis pelo Conselho de Administração.

Quando do lançamento de cada Programa do Plano 2016, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção. Através de um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações que deverá ser celebrado entre a nossa Companhia e cada beneficiário, o beneficiário expressamente aceitará todos os termos do Plano 2016 e do Programa que o beneficiário estará aderindo, se obrigando plena e integralmente a cumpri-los.

O exercício das opções objeto do Plano 2016, parcial ou totalmente, impossibilitará os seus beneficiários de exercer quaisquer opções relativas a Planos, Programas e Contratos aprovados anteriormente.

No âmbito do 1º e do 2º Programa 2016, as ações objeto das opções de compra outorgadas nos termos do Plano 2016 poderão ser exercidas pelos seus beneficiários de acordo com os prazos fixados pelo Conselho de Administração.

O primeiro lote para os Beneficiários 1º Programa 2016 favorecidos nesta outorga pôde ser exercido a partir de 1º janeiro de 2017 e os demais lotes anuais (20% cada) nos aniversários subsequentes, observados, obrigatoriamente, os Prazos de Carência, conforme tabela abaixo:

Lote Anual	Prazo de Carência Desde a Data da Outorga até:
Primeiro	01/03/2017
Segundo	01/03/2018
Terceiro	01/03/2019
Quarto	01/03/2020
Quinto	01/03/2021

Os lotes anuais (20% cada) do 2º Programa 2016 somente poderão ser exercidos depois de observados os Prazos de Carência, conforme tabela abaixo:

Lote Anual	Prazo de Carência Desde a Data da Outorga até:
Primeiro	31/08/2020
Segundo	31/02/2021
Terceiro	31/08/2022
Quarto	31/08/2023
Quinto	31/08/2024

Os lotes anuais poderão ser exercidos total ou parcialmente, pelo prazo extintivo de 8 (oito) anos, contados a partir da data da primeira outorga das opções, conforme descrito nos Contratos Individuais de Outorga. Após esse prazo, as opções não exercidas, inclusive aquelas relativas a outros Lotes Anuais, caducarão sem direito a qualquer indenização.

Plano 2019

Somente poderão participar do Plano 2019 os empregados, administradores e prestadores de serviço e demais colaboradores de nossa Companhia e de nossas controladas direta ou indireta, que foremelegíveis pelo Conselho de Administração.

Quando do lançamento de cada Programa do Plano 2019, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção. Através de um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações que deverá ser celebrado entre a nossa Companhia e cada beneficiário, o beneficiário expressamente aceitará todos os termos do Plano 2019 e do Programa que o beneficiário estará aderindo, se obrigando plena e integralmente a cumpri-los.

No âmbito do 1º e do 2º Programa 2019 e do 1º e 2º Programa 2020, as ações objeto das opções de compra outorgadas nos termos do Plano 2019 poderão ser adquiridas pelos seus beneficiários de acordo com os prazos fixados pelo Conselho de Administração.

No **1º Programa 2019**, as opções outorgadas serão divididas em 4 (quatro) lotes anuais, sendo os 2 (dois) primeiros e os 2 (dois) últimos correspondentes, respectivamente a 30% (trinta por cento) e a 20% (vinte por cento) do total das opções outorgadas, observados, obrigatoriamente, os Prazos de Carência para exercício abaixo indicados:

	Após 24 meses da outorga	Após 36 meses da outorga	Após 48 meses da outorga	Após 60 meses da outorga
Porcentagem (%)	30% (trinta por cento)	30% (trinta por cento)	20% (vinte por cento)	20% (vinte por cento)

Os lotes anuais poderão ser exercidos total ou parcialmente, pelo prazo extintivo de 8 (oito) anos, contados a partir da data da primeira outorga das opções, conforme descrito nos Contratos Individuais de Outorga. Após esse prazo, as opções não exercidas, inclusive aquelas relativas a outros Lotes Anuais, serão canceladas sem direito a qualquer indenização.

No **2º Programa 2019**, as opções serão divididas em 2 (dois) lotes anuais, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do total das opções outorgadas, cada, observados, obrigatoriamente, os Prazos de Carência, conforme tabela abaixo:

	1º Lote – Em 30 de maio de 2020	2º Lote – Em 30 de março de 2021
Porcentagem (%)	50% (cinquenta por cento)	50% (cinquenta por cento)

Os lotes anuais poderão ser exercidos total ou parcialmente, pelo prazo extintivo de 90 (noventa) dias, contados a partir do respectivo prazo de carência. Após esse prazo, as opções não exercidas serão canceladas sem direito a qualquer indenização.

No **1º Programa 2020**, as opções outorgadas serão divididas em 4 (quatro) lotes anuais, sendo os 2 (dois) primeiros e os 2 (dois) últimos correspondentes, respectivamente a 30% (trinta por cento) e a 20% (vinte por cento) do total das opções outorgadas, observados, obrigatoriamente, os Prazos de Carência para exercício abaixo indicados:

	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2025
Porcentagem (%)	30% (trinta por cento)	30% (trinta por cento)	20% (vinte por cento)	20% (vinte por cento)

Os lotes anuais poderão ser exercidos total ou parcialmente, pelo prazo extintivo de 8 (oito) anos, contados a partir da data da primeira outorga das opções, conforme descrito nos Contratos Individuais de Outorga. Após esse prazo, as opções não exercidas, inclusive aquelas relativas a outros Lotes Anuais, serão canceladas sem direito a qualquer indenização.

No 2º Programa 2020, as opções outorgadas serão divididas em 5 (cinco) lotes anuais, correspondendo, cada lote, a 20% (vinte por cento) do total das opções outorgadas, observados, obrigatoriamente, os Prazos de Carência para exercício abaixo indicados:

	Na data da primeira outorga	Após 12 meses da primeira outorga	Após 24 meses da primeira outorga	Após 36 meses da primeira outorga	Após 48 meses da primeira outorga
Porcentagem (%)	20% (vinte por cento)	20% (vinte por cento)	20% (vinte por cento)	20% (vinte por cento)	20% (vinte por cento)

Os lotes anuais poderão ser exercidos total ou parcialmente, decorridos os respectivos Prazos de Carência, até a data equivalente ao 5º (quinto) aniversário da data da primeira outorga no âmbito do Programa (inclusive), conforme descrito nos respectivos Contratos. Após esse prazo, as opções não exercidas serão canceladas sem qualquer direito a indenização.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano 2016

O preço de emissão ou preço de compra, este último caso nossa Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das opções (sendo a subscrição e a compra, em conjunto, referidas como “aquisição” para os efeitos do Plano 2016), das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício das opções, será determinado da seguinte forma:

O Preço de Exercício deverá estar atrelado ao valor das ações no mercado (“Preço de Exercício”), e poderá ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado por nosso Conselho de Administração e acrescido de juros com base em taxa eventualmente também determinada pelo Conselho de Administração.

Conforme dispõe o 1º Programa 2016, o Preço de Exercício das opções, para cada um dos lotes anuais, era de R\$4,00 (quatro reais). Este montante correspondia à perspectiva de rentabilidade de nossa Companhia, conforme descrito em estudo/laudo econômico e financeiro elaborado por consultoria ou auditoria especializada que, baseando-se numa premissa de 15,2% de taxa de retorno esperado e 7,1% de crescimento na perpetuidade, resultou em um valor operacional da Companhia de R\$1.241,5 milhões que, subtraído da dívida líquida considerada pela consultoria, resultou em valor econômico de R\$610,8 milhões. O valor econômico dividido pelo número de ações emitidas resultou no preço de R\$4,00.

Conforme dispõe o 2º Programa 2016, o Preço de Exercício das opções, para cada um dos lotes anuais, será de R\$12,50 (doze reais e cinquenta centavos), equivalente ao preço do IPO da companhia, corrigidos monetariamente de acordo com IGP-M, até a data do seu exercício por qualquer Beneficiário.

Caso as ações de nossa Companhia sejam aumentadas ou diminuídas em número, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto de outorga de opções não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor total das opções não exercidas, mas com ajuste correspondente ao Preço de Exercício. Neste caso, o Preço de Exercício das opções não exercidas será deduzido, no momento do exercício, o valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outras devoluções de capital por ação, pagos por nossa Companhia a partir da data da outorga da respectiva opção.

Plano 2019

Nos termos do Plano 2019, o preço de exercício será pago pelos Beneficiários na forma a ser determinada pelo Conselho de Administração, para cada Programa (“Preço de Exercício”).

Conforme dispõe o 1º e 2º Programa 2019 e o 1º Programa 2020, o Preço de Exercício de cada opção deverá corresponder à média ponderada da cotação das ações nos 90 (noventa) pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão imediatamente anteriores à data de aprovação do 1º Programa 2019, do 2º Programa 2019 e do 1º Programa 2020, respectivamente, com desconto (deságio) de 10% (dez por cento). Adicionalmente, o Preço de Exercício deverá ser corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M, desde a data de aprovação do Programa em questão até a data do efetivo exercício da opção.

Nos termos do 2º Programa 2020, o Preço de Exercício de cada opção deverá corresponder ao preço médio ponderado por volume de negociação das ações nos 60 (sessenta) pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão imediatamente anteriores à data da primeira outorga no âmbito do 2º Programa 2020 (exclusive), obtido como resultado da fórmula exposta no referido Programa. O Preço de Exercício não está sujeito a qualquer atualização ou correção monetária.

Caso as ações da Companhia sejam aumentadas ou diminuídas em número, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto de outorga de opções não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor total das opções não exercidas, mas com ajuste correspondente ao Preço de Exercício.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Conforme o 1º e 2º Programa 2016, o 1º Programa 2019 e o 1º Programa 2020, os lotes anuais poderão ser exercidos total ou parcialmente, pelo prazo extintivo de 8 (oito) anos, contados a partir da data da primeira outorga das opções, conforme descrito nos Contratos Individuais de Outorga. Após esse prazo, as opções não exercidas, inclusive aquelas relativas a outros Lotes Anuais, caducarão sem direito a qualquer indenização.

No âmbito do 2º Programa 2019, cada Lote poderá ser exercido, total ou parcialmente, pelo prazo extintivo de 90 (noventa) dias, contados a partir do respectivo prazo de carência. Após esse prazo, as opções não exercidas serão canceladas sem qualquer direito a indenização.

No âmbito do 2º Programa 2020, cada Lote poderá ser exercido, total ou parcialmente, até a data equivalente ao 5º (quinto) aniversário da data da primeira outorga no âmbito do Programa (inclusive), conforme descrito nos respectivos Contratos. Após esse prazo, as opções não exercidas serão canceladas sem qualquer direito a indenização.

As opções não exercidas tempestivamente pelos Beneficiários do 1º e 2º Programa 2019 e do 1º e 2º Programa 2020 poderão ser reutilizadas pela Companhia e outorgadas a outros beneficiários, a exclusivo critério do nosso Conselho de Administração.

k. Forma de liquidação

O Preço de Exercício será pago pelos Beneficiários na forma a ser determinada por nosso Conselho de Administração, para cada Programa.

O 1º e o 2º Programa 2016, o 1º e o 2º Programa 2019 e o 1º e 2º Programa 2020 estabelecem que o pagamento do Preço de Exercício será à vista, no ato da subscrição ou aquisição de cada ação resultante do exercício de cada opção.

Adicionalmente, nos termos do Plano 2016 e do Plano 2019, nosso Conselho de Administração poderá determinar que o Beneficiário destine uma parcela (i) da gratificação anual paga por nossa Companhia ao Beneficiário, a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes (“PLR”); e (ii) dos dividendos ou juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda e outros encargos incidentes, pagos por nossa Companhia ao Beneficiário com respeito a toda e qualquer ação adquirida pelo Beneficiário em

decorrência do exercício de opções outorgadas no âmbito de Programas a serem aprovados pela Companhia (“Dividendos”) para aquisição das ações decorrentes do exercício das opções outorgadas.

Nesse sentido, no âmbito das opções de compra de ações emitidas pelo 1º e 2º Programa 2016, pelo 1º Programa 2019 e pelo 1º Programa 2020, o montante equivalente a 50% do montante pago pela Companhia ao Beneficiário, a título de bônus ou participação nos lucros (“PLR”), líquidos de impostos ou outros encargos incidentes, deverá ser destinado ao exercício dos Lotes anuais, cujo Prazo de Carência já tenha decorrido, sob pena de extinção de todas as opções já vestidas e não exercidas.

l. Restrições à transferência das ações

O 1º e 2º Programa 2016 estabelecem que o Beneficiário somente poderá vender, transferir ou, de qualquer outra forma, alienar as Ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício de opções, inclusive aquelas adquiridas em bolsa de valores, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações ou desdobramentos, quando tais direitos tenham decorrido para o adquirente da propriedade das Ações pelo Beneficiário, se atendido o período mínimo de indisponibilidade de 1 (um) ano contado da data de exercício das opções.

Não obstante, o Beneficiário poderá alienar, a qualquer tempo, o número de ações necessário para realizar o pagamento do Preço do Exercício de opções pendentes de exercício.

O 1º Programa 2019 estabelece que, salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, o Beneficiário só poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações adquiridas em virtude do exercício de opções, desde que atendido o período mínimo de indisponibilidade de 1 (um) ano, a contar da data da sua aquisição.

O 2º Programa 2019 estabelece que, salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, o Beneficiário só poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações adquiridas em virtude do exercício de opções, desde que atendido o período mínimo de indisponibilidade de 6 (seis) meses, a contar da data da sua aquisição.

O 1º Programa 2020 estabelece que o Beneficiário só poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício de opções, se atendido o período mínimo de indisponibilidade de 12 (doze) meses contados da data de aquisição das ações objeto do exercício da respectiva opção.

O 2º Programa 2020 estabelece que Beneficiário só poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações adquiridas em virtude do exercício de opções (independente do Lote de que sejam oriundas), desde que atendido o período mínimo de indisponibilidade constantes nos Contratos, os quais poderão ser de até 60 (sessenta) meses, a contar da data da primeira outorga realizada no âmbito do 2º Programa 2020.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta, dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização de nossa Companhia, na qual não sejamos a sociedade remanescente, as opções dos Programas em vigência, a critério de nosso Conselho de Administração, poderão ser transferidas para a sociedade sucessora, se tal for previsto em plano aprovado por assembleia geral desta última, ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo Beneficiário. Após o referido prazo, o Plano terminará e todas as opções não exercidas caducarão sem direito a indenização.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou mandato do beneficiário por justa causa ou pedido de demissão ou renúncia voluntária, serão observadas as seguintes disposições:

a) caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, tendo ou não decorridos os prazos de carência, caso previsto no respectivo Programa.

b) o período de restrição para a alienação de ações estabelecido no Plano 2016 e no Plano 2019 permanecerá em vigor. Não obstante, a Companhia poderá exercer o direito de recompra de Ações dos beneficiários.

13.5 – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício social corrente - 2021

Plano 2016

1º Programa 2016

Remuneração baseada em ações prevista para exercício social corrente (2021)		
Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,67	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	4,92
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano contado da data do exercício da opção
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$4,00
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	R\$0,00
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$0,00
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	R\$0,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,3215%

2º Programa 2016

Remuneração baseada em ações prevista para exercício social corrente (2021)		
Plano 2016 – 2º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,67	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$15,87
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	R\$0,00
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$0,00
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	R\$0,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,4024%

Plano 2019

1º Programa 2019

Remuneração baseada em ações prevista para exercício social corrente (2021)		
Plano 2019 – 1º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,67	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	6,92
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$18,79

Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	R\$0,00
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$0,00
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	R\$0,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	1,4193%

2º Programa 2019

Remuneração baseada em ações prevista para exercício social corrente (2021)		
Plano 2019 – 2º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,67	6,92
Nº de membros remunerados	3,00	0,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	R\$18,79	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	R\$0,00	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,00	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	R\$0,00	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,0099%	N/A

1º Programa 2020

Remuneração baseada em ações prevista para exercício social corrente (2021)		
Plano 2019 – 1º Programa 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,67	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

2º Programa 2020

Remuneração baseada em ações prevista para exercício social corrente (2021)		
Plano 2019 – 2º Programa 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,67	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020

Plano 2016

1º Programa 2016

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2020		
Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano contado da data do exercício da opção
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$4,00
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	R\$4,00
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$4,00
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	R\$4,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,3215%

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2020		
Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	Preço médio ponderado de exercício:	16/12/2016
Quantidade de opções outorgadas	N/A	5.814.424
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	777.574 em 01/03/2021
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	109.396 em 01/03/2025 99.304 em 01/03/2026 131.814 em 01/03/2027 142.258 em 01/03/2028 777.574 em 01/03/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	264.770 em 12/05/2021 51.344 em 12/05/2021 173.185 em 08/05/2021 750.000 em 24/04/2021
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R\$ 2,12

2º Programa 2016

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2020		
Plano 2016 – 2º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 12,94
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	R\$ 0,00
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$ 15,22

Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	R\$ 0,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,4024%

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2020		
Plano 2016 – 2º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	10/10/2019
Quantidade de opções outorgadas	0	1.216.794
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	243.359 em 31/08/2021 243.359 em 31/08/2022 234.358 em 31/08/2023
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	243.359 em 31/08/2028 243.359 em 31/08/2029 243.359 em 31/08/2030 243.359 em 31/08/2031 243.358 em 31/08/2032
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	33.359 em 30/09/2021
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	243.359 a R\$ 10,52 243.359 a R\$ 11,04 243.359 a R\$ 11,43 243.359 a R\$ 11,72 243.358 a R\$ 11,94

Plano 2019

1º Programa 2019

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2020		
Plano 2019 – 1º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	6,92
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$15,33
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	R\$ 0,00
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$ 0,00
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	R\$ 0,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	1,4193%

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2020		
Plano 2019 – 1º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	6,92
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	10/10/2019
Quantidade de opções outorgadas	0	3.433.206
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1.029.962 em 10/10/2021 1.029.962 em 10/10/2022 686.641 em 10/10/2023 686.641 em 10/10/2021
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	1.029.962 em 10/10/2029

		1.029.962 em 10/10/2030 686.641 em 10/10/2031 686.641 em 10/10/2032
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	1.029.962 a R\$10,12 1.029.962 a 10,49 686.641 a 10,79 686.641 a 11,02

2º Programa 2019

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2020		
Plano 2019 – 2º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	6,92
Nº de membros remunerados	3,00	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses da data da sua aquisição.	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	0	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	R\$ 0,00	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 15,36	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	R\$ 0,00	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,0099%	N/A

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2020		
Plano 2019 – 2º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	6,92
Nº de membros remunerados	3	0,00
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	24/04/2020	N/A
Quantidade de opções outorgadas	48.000	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	24.000 em 30/03/2021	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	24.000 em 30/03/2029	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	24.000 em 11/02/2021	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	24.000 à R\$ 13,09 24.000 à R\$ 15,26	N/A

1º Programa 2020

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2020		
Plano 2019 – 1º Programa 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	12 meses da data de sua aquisição
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2020

Plano 2019 – 1º Programa 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A

2º Programa 2020

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2020		
Plano 2019 – 2º Programa 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	60 meses da data da primeira outorga
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2020		
Plano 2019 – 2º Programa 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	6,92
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019

Plano 2016

1º Programa 2016

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$4,00
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$4,00
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	1,3%

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	0,00	0,00
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A

2º Programa 2016

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2016 – 2º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,6%

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2016 – 2º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92
Outorga de opções de compras de ações:		

Data de outorga	N/A	10/10/2019
Quantidade de opções outorgadas	0,00	1.216.794
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	31/08/2021 para o segundo lote (243.359 opções) 31/08/2022 para o terceiro lote (243.359 opções) 31/08/2023 para o quarto lote (243.359 opções) 31/08/2024 para o quinto lote (243.358 opções)
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	8 anos contados da data da primeira outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R\$11,33

1º Programa 2019

Remuneração baseada em ações exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2019 – 1º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	1,4%

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2019 – 1º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	10/10/2019
Quantidade de opções outorgadas	0,00	2.933.206
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	24 meses para o primeiro lote (10/10/2021 para primeiro lote de 879.962 opções já outorgadas) 36 meses para o segundo lote (10/10/2022 para segundo lote de 879.962 opções já outorgadas) 48 meses para o terceiro lote (10/10/2023 para o terceiro lote de 586.641 opções já outorgadas) 60 meses para o quarto lote (10/10/2024 para o quarto lote de 586.641 opções já outorgadas)
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	8 anos contados a partir da data da outorga das opções
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R\$10,545

2º Programa 2019

Remuneração baseada em ações exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2019 – 2º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2019 – 2º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	N/A
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	0,00	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Plano 2016

1º Programa 2016

Remuneração baseada em ações - Exercício social encerrado em 31/12/2018		
Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,83	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$4,00
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	R\$4,00
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$4,00
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	2,0%

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2018		
Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,83	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	22/06/2018
Quantidade de opções outorgadas	0,00	50.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	01/03/2019
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	01/03/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R\$1,45

13.6 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	10,00	6,92
Número de membros remunerados	3,00	6,92
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	24.000 do 2º Programa 2019	<p>Plano 2016</p> <p>777.574 do 1º Programa 2016</p> <p>973.435 do 2º Programa 2016</p> <p>Plano 2019</p> <p>3.433.206 do 1º Programa 2019</p>
Data em que se tornarão exercíveis	30/05/2021 para 24.000 opções do 2º Programa 2019	<p>Plano 2016</p> <p>01/03/2021 para 857.574 opções do 1º Programa 2016</p> <p>31/08/2021 para 243.359 opções do 2º Programa 2016</p> <p>31/08/2022 para 243.359 opções do 2º Programa 2016</p> <p>31/08/2023 para 243.359 opções do 2º Programa 2016</p> <p>31/08/2024 para 243.358 opções do 2º Programa 2016</p> <p>Plano 2019</p> <p>10/10/2021 para 879.962 opções do 1º Programa 2019</p> <p>10/10/2022 para 879.962 opções do 1º Programa 2019</p> <p>10/10/2023 para 586.641 opções do 1º Programa 2019</p> <p>10/10/2024 para 586.641 opções do 1º Programa 2019</p>
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	<p>Para o 1º Programa 2016: 01/3/2029.</p> <p>Para os outros programas</p> <p>10/10/2027</p>

Prazo de restrição à transferência das ações	2º Programa 2019: 6 meses da aquisição da ação	1º e 2º Programa 2016, e 1º Programa 2019: 1 ano da aquisição da ação
Preço médio ponderado de exercício	R\$18,79 para cada uma das 48.000 opções do 2º Programa 2019	R\$ 4,00 para cada uma das 1.715.141 opções do 1º Programa 2016 R\$ 15,87 para cada uma das 1.216.794 opções do 2º Programa 2016 R\$ 18,79 para cada uma das 2.933.206 opções do 1º Programa 2019
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$14,78 para cada uma das 48.000 opções do 2º Programa 2019	R\$2,05 para cada uma das 1.715.141 opções do 1º Programa 2016 R\$11,33 para cada uma das 1.216.794 opções do 2º Programa 2016 R\$10,55 para cada uma das 2.933.206 opções do 1º Programa 2019 Por ser um programa liquidado em instrumentos de patrimônio, o valor justo não foi remensurado, durante a vigência do programa, conforme CPC10
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	692.772
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	109.396 em 01/03/2025 99.304 em 01/03/2026 131.814 em 01/03/2027 142.258 em 01/03/2028 210.000 em 10/10/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1º e 2º Programa 2016, e 1º Programa 2019: 1 ano da aquisição da ação 2º Programa 2019: 6 meses da aquisição da ação
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 4,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	2,05 Por ser um programa liquidado em instrumentos de patrimônio, o valor justo não foi remensurado, durante a vigência do programa, conforme CPC10
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	N/A	2,05 Por ser um programa liquidado em instrumentos de patrimônio, o valor justo não foi remensurado, durante a vigência do programa, conforme CPC10

13.7 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	6,92
Nº de membros remunerados	3,00	6,92
Opções exercidas		
Número de ações	24.000	4.970.368
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 18,79	R\$ 4,08
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas	R\$ 14,42 por ação	R\$ 11,09 por ação
Ações entregues		
Número de ações	24.000	4.970.368
Preço médio ponderado de aquisição	R\$ 18,79	R\$ 4,08
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações adquiridas	R\$ 14,42 por ação	R\$ 11,09 por ação

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	494.363
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$4,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$7,95 por ação
Ações entregues		
Número de ações	0	494.363
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$4,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$7,95 por ação

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	487.513
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$4,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações	0	487.513
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13.8 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

Foi utilizado o modelo de Black & Scholes para a precificação do 1º Programa 2016 e o modelo binomial para o 2º Programa 2016, para os 1º e 2º Programas 2019 e para o 1º e 2º Programas 2020.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano 2016

1º Programa 2016 e 2º Programa 2016

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, consideramos as seguintes premissas: (i) Preço Médio ponderado por ações; (ii) Preço de Exercício; (iii) Volatilidade esperada; (iv) Prazo de vida da opção; (v) Dividendos esperados; (vi) Taxa de juros livre de risco.

Preço médio ponderado por ações:

- **1º Programa 2016**
Por não termos ações listadas à época, o preço do ativo base utilizado foi calculado baseado em um múltiplo de 8 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses, menos a dívida líquida de nossa Companhia, resultando em um preço de R\$4,81 por ação.
- **2º Programa 2016**
Preço de fechamento da ação no dia da outorga (10/10/2019): R\$20,97

Preço de Exercício:

- **1º Programa 2016**
O Preço de Exercício de R\$4,00 foi definido com base em laudo de avaliação realizado por consultoria especializada e, por não ter ações listadas, foi utilizada a volatilidade do Índice Bovespa do prazo equivalente ao prazo de vida do plano que resultou em 23,63%.
- **2º Programa 2016**
O Preço de Exercício de R\$12,50 foi definido com base na precificação do IPO da companhia.

Prazo de vida da opção:

- **1º Programa 2016**
Outorga a opção de cinco lotes, os quais 20% (vinte por cento) se tornavam exercíveis a cada ano a contar da data da outorga. O prazo contratual para exercício das opções de cada lote era de 8 anos a contar da data da primeira outorga. Sendo assim, para cada lote foi considerado o prazo médio entre a primeira e a última data possível de exercício, resultando em um prazo médio de 5,17 anos para o plano. Caso os beneficiários não destinassem um valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do bônus anual para a aquisição das opções de um determinado lote, o lote em referência seria extinto.
- **2º Programa 2016**
Outorga a opção de cinco lotes, os quais 20% (vinte por cento) se tornarão exercíveis a cada ano a contar da data da outorga. O prazo contratual para exercício das opções de cada lote é de 8 anos a contar da data da primeira outorga. Sendo assim, para cada lote foi considerado o prazo médio entre a primeira e a última data possível de exercício, resultando em um prazo médio de 5,3 anos para o plano. Caso os

beneficiários não destinem um valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do bônus anual para a aquisição das opções de um determinado lote, o lote em referência será extinto. Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos):

- 1º Programa 2016
A taxa de dividendo calculada foi baseada em um retorno esperado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 20% e uma distribuição de dividendo de 25% sobre o lucro, resultando um *dividend yield* de 5%.
- 2º Programa 2016
A taxa de dividendo calculada foi baseada em um lucro estimado de R\$1,10 por ação e uma distribuição de dividendo de 25% sobre o lucro, resultando um *dividend yield* de 1,31%.

Taxa de Juros livre de Risco:

- 1º Programa 2016
Para cálculo da taxa livre de risco, foi considerada a curva do CDI divulgada pela B3 na data de outorga da opção, resultando em um valor de 11,37%.
- 2º Programa 2016
Para cálculo da taxa livre de risco, foi considerada a curva do CDI divulgada pela B3 na data de outorga da opção, resultando em um valor de 5,96%.

Plano 2019

1º Programa 2019 e 2º Programa 2019

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, consideramos as seguintes premissas: (i) Preço Médio ponderado por ações; (ii) Preço de Exercício; (iii) Volatilidade esperada; (iv) Prazo de vida da opção; (v) Dividendos esperados; (vi) Taxa de juros livre de risco.

Preço médio ponderado por ações:

- 1º Programa 2019
Preço de fechamento da ação no dia da outorga (10/10/2019): R\$20,97
- 2º Programa 2019
Preço de fechamento da ação caso outorga tivesse ocorrido em 1/1/2021: R\$29,72
- 1º Programa 2020
Não aplicável, tendo em vista que em 31.12.2020 não havia sido outorgada qualquer opção de compra de ação do 1º Programa 2020
- 2º Programa 2020
Não aplicável, tendo em vista que em 31.12.2020 não havia sido outorgada qualquer opção de compra de ação do 2º Programa 2020

Preço de Exercício:

- 1º Programa 2019
O preço de exercício de cada opção deverá corresponder à média ponderada da cotação das ações nos 90 (noventa) pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, imediatamente anteriores à data de aprovação do 1º Programa de 2019, com desconto (deságio) de 10% (dez por cento).
- 2º Programa 2019

O preço de exercício de cada opção deverá corresponder à média ponderada da cotação das ações nos 90 (noventa) pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, imediatamente anteriores à data de aprovação do 2º Programa de 2019, com desconto (deságio) de 10% (dez por cento).

- 1º Programa 2020

O preço de exercício de cada opção deverá corresponder à média ponderada da cotação das ações nos 90 (noventa) pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, imediatamente anteriores à data de aprovação do 1º Programa de 2020, com desconto (deságio) de 10% (dez por cento).

- 2º Programa 2020

O preço de exercício de cada opção deverá corresponder ao preço médio ponderado por volume de negociação das ações nos 60 (sessenta) pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, imediatamente anteriores à data da primeira outorga no âmbito do 2º Programa de 2020.

Prazo de vida da opção:

- 1º Programa 2019

As opções outorgadas serão divididas em 4 (quatro) lotes anuais, sendo os 2 (dois) primeiros e os 2 (dois) últimos correspondentes, respectivamente, a 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) do total das opções outorgadas, conforme prazos de carência determinados no respectivo Programa. O prazo contratual para exercício das opções de cada lote é de 8 anos a contar da data da outorga. Sendo assim, para cada lote foi considerado o prazo médio entre a primeira e a última data possível de exercício, resultando em um prazo médio de 5,48 anos para o 1º Programa 2019. Caso os beneficiários não destinem um valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do bônus anual para a aquisição das opções de um determinado lote, o lote em referência será extinto.

- 2º Programa 2019

As opções outorgadas serão divididas em 2 (dois) lotes anuais, correspondentes a 50% do total das opções outorgadas, cada, conforme prazos de carência determinados no respectivo Programa. O prazo contratual para exercício das opções de cada lote é de 90 dias a contar da data do término da carência. Sendo assim, para cada lote foi considerado o prazo médio entre a primeira e a última data possível de exercício, caso as opções tivessem sido outorgadas em 1/1/2020 resultando em um prazo médio de 0,8 anos para o 2º Programa 2019.

- 1º Programa 2020

As opções outorgadas serão divididas em 4 (quatro) lotes anuais, sendo os 2 (dois) primeiros e os 2 (dois) últimos correspondentes, respectivamente, a 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) do total das opções outorgadas, conforme prazos de carência determinados no respectivo Programa. O prazo contratual para exercício das opções de cada lote é de 8 anos a contar da data da outorga. Caso os beneficiários não destinem um valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do bônus anual para a aquisição das opções de um determinado lote, o lote em referência será extinto.

- 2º Programa 2020

As opções outorgadas serão divididas em 5 (cinco) lotes anuais, correspondendo, cada lote, a 20% (vinte por cento) do total das opções outorgadas, observados, obrigatoriamente, os Prazos de Carência para exercício. Os lotes anuais poderão ser exercidos total ou parcialmente, decorridos os respectivos Prazos de Carência, até a data equivalente ao 5º (quinto) aniversário da data da primeira outorga no âmbito do Programa (inclusive), conforme descrito nos respectivos Contratos.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos):

- 1º Programa 2019

A taxa de dividendo calculada foi baseada em um lucro estimado de R\$1,10 por ação e uma distribuição de dividendo de 25% sobre o lucro, resultando um *dividend yield* de 1,31%.

- 2º Programa 2019

A taxa de dividendo calculada foi baseada em um lucro estimado de R\$1,10 por ação e uma distribuição de dividendo de 25% sobre o lucro, resultando em *dividend yield* de 1,31%.

- 1º Programa 2020
Não aplicável, tendo em vista que em 31.12.2020 não havia sido outorgada qualquer opção de compra de ação do 1º Programa 2020
- 2º Programa 2020
Não aplicável, tendo em vista que em 31.12.2020 não havia sido outorgada qualquer opção de compra de ação do 2º Programa 2020

Taxa de Juros livre de Risco:

- 1º Programa 2019
Para cálculo da taxa livre de risco, foi considerada a curva do CDI divulgada pela B3 na data de outorga da opção, resultando em um valor de 5,96%.
- 2º Programa 2019
Para cálculo da taxa livre de risco, foi considerada a curva do CDI divulgada pela B3 como se as opções tivessem sido outorgadas em 1/1/21, resultando em um valor de 6%.
- 1º Programa 2020
Não aplicável, tendo em vista que em 31.12.2020 não havia sido outorgada qualquer opção de compra de ação do 1º Programa 2020
- 2º Programa 2020
Não aplicável, tendo em vista que em 31.12.2020 não havia sido outorgada qualquer opção de compra de ação do 2º Programa 2020

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável visto que os planos e programas não possuem previsão autorizando o exercício antecipado.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Em relação ao 1º Programa 2016, por não ter ações listadas à época de sua aprovação, foi utilizada a volatilidade realizada do Índice Bovespa do prazo equivalente ao prazo de vida do plano, observada na data de outorga, que resultou em 23,63%.

Em relação ao 2º Programa 2016, ao 1º e 2º Programa 2019, foi utilizada a volatilidade da ação da companhia observada desde o IPO até a data de outorga ou aprovação (no caso do 2º Programa 2019).

A informação não é aplicável aos 1º e 2º Programas 2020, tendo em vista que em 31.12.2020 não havia sido outorgada qualquer opção de compra de ação com relação aos referidos programas.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Foi considerado o IGP-M de 4% para a correção dos preços de exercício no 2º Programa 2016, 1º e 2º Programa 2019.

A informação não é aplicável aos 1º e 2º Programas 2020, tendo em vista que em 31.12.2020 não havia sido outorgada qualquer opção de compra de ação com relação aos referidos programas.

13.9 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

31/12/2020	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	PACIPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.	Cotas	75.165.976	100,00%
Diretoria Executiva			-	-
Conselho Fiscal			-	-
Total			75.165.976	100,00%

31/12/2020	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	GRUPO SBF S.A.	Ações Ordinárias	95.993.308	39,67%
Diretoria Executiva			5.340.677	2,21%
Conselho Fiscal			-	-
Total			98.047.496	41,88%

31/12/2020	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	PINE ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	Cotas	90.050	39,67%
Diretoria Executiva			5.017	2,21%
Conselho Fiscal			-	-
Total			95.067	41,88%

31/12/2020	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.	Ações	814.862.724	39,67%
Diretoria Executiva			42.395.680	2,21%
Conselho Fiscal			-	-
Total			857.258.404	41,88%

31/12/2020	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	VBLOG – LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA.	Cotas	40.670	40,67%
Diretoria Executiva			2.210	2,21%
Conselho Fiscal			-	-
Total			42.880	42,88%

31/12/2020	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	STORE ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA.	Cotas	203.350	40,67%
Diretoria Executiva			11.050	2,21
Conselho Fiscal			-	-
Total			214.400	42,88%

31/12/2020	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	LIONE COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.	Cotas	60.889.344	39,67%
Diretoria Executiva			3.392.121	2,21%
Conselho Fiscal			-	-
Total			64.281.465	41,88%

31/12/2020	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	PREMIER DISTRIBUIDORA DE VESTUÁRIO, CALÇADOS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS LTDA.	Cotas	11.901	39,67%
Diretoria Executiva			663	2,21%
Conselho Fiscal			-	-
Total			12.564	41,88%

31/12/2020	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA.	Cotas	717.129.818	39,67%
Diretoria Executiva			39.951.018	2,21%
Conselho Fiscal			-	-
Total			757.080.836	41,88%

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Na data de atualização deste Formulário de Referência não havia registros formais de planos de previdência para membros do Conselho de Administração ou Diretores Estatutários.

13.11 – Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

R\$	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Número total de membros	6,92	5,92	5,00	10,00	10,00	9,83
Número de membros remunerados	6,92	5,92	5,00	7,00	7,00	6,17
Valor da maior remuneração (Reais)	3.684.431,24	4.191.301	3.085.249,81	4.368.883,35	4.866.251	3.032.239,86
Valor da menor remuneração (Reais)	720.335,52	1.329.728	1.289.345,66	177.083,39	125.000	229.166,70
Valor médio da remuneração (Reais) (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	1.874.170,82	2.318.555	2.079.187,85	814.602,44	847.792	716.894,66

2020

Diretoria Estatutária:

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de todos os membros deste órgão que exerceram cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

Conselho de Administração:

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com a exclusão de todos os membros deste órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

2019

Diretoria Estatutária:

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de todos os membros deste órgão que exerceram cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

Conselho de Administração:

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com a exclusão de todos os membros deste órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

2018

Diretoria Estatutária:

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

Conselho de Administração:

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Na data de atualização deste Formulário de Referência não havia registros formais de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 – Percentual na remuneração total devido por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2020	92,10%	00,00%	N/A
2019	93,75%	00,00%	N/A
2018	81,72%	00,00%	N/A

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos últimos três exercícios sociais, os nossos administradores não receberam qualquer remuneração da nossa Companhia que não a atribuída a eles em contraprestação aos serviços prestados em razão do cargo que ocupam na Administração da nossa Companhia.

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

Nos últimos três exercícios sociais não foram recebidas remunerações pelos nossos administradores, que não estejam relacionadas ao exercício do cargo na nossa Companhia.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor – em R\$				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controlada do emissor (SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.)	5.702.217,11	12.969.262,04	N/A	18.671.479,15
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor – em R\$				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controlada do emissor (SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.)	5.986.630	13.991.328	N/A	19.977.958
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor – em R\$				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controlada do emissor (SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.)	4.423.240,06	10.323.439,25	N/A	14.746.679,31
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

As remunerações evidenciadas acima transitaram no resultado da Companhia, tendo em vista que a Companhia consolida os resultados de sua controlada SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. Dessa forma, os valores indicados no item 13.2 deste Formulário de Referência já englobamos valores indicados neste item 13.15.

13.16 – Outras informações relevantes

Informação adicional ao item 13.1

Em 14 de novembro de 2017 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o contrato de prestação de serviços do atual Presidente do nosso Conselho de Administração (“Contrato”), Sr. Sebastião Vicente Bomfim Filho (“Bomfim”), o qual foi celebrado entre o Presidente do nosso Conselho de Administração e a nossa Companhia, em 14 de novembro de 2017, entrou em vigor em 02 de janeiro de 2018 e permanecerá válido durante o prazo em que o mencionado conselheiro exerça o cargo de Presidente do Conselho de Administração. O Contrato foi aditado em 15 de março de 2018, em 19 de dezembro de 2018, em 28 de janeiro de 2019 e em 15 de fevereiro de 2019.

O Contrato prevê que, enquanto o Sr. Bomfim ocupar o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração, deverá (i) empenhar seus melhores esforços no desempenho de suas obrigações para com a nossa Companhia, nossos fornecedores, investidores no Brasil e no exterior, assim como desempenhar todas e quaisquer outras tarefas de representação que lhe foram designadas com diligência e dedicação; (ii) abster-se de praticar qualquer atividade que seja incompatível com os nossos negócios; (iii) não participar de negociações, contratos, parcerias ou prestar serviços, pessoalmente, em atos que possam competir com a nossa Companhia ou possa causar danos para as nossas atividades; (iv) não transmitir, direta ou indiretamente, para qualquer pessoa, durante o período de vigência do Contrato e inclusive pelo período de 02 (dois) anos após a rescisão deste, qualquer informação ou *know-how* técnico, administrativo e/ou comercial que tenha relação com a nossa Companhia ou quaisquer de nossos clientes, de caráter confidencial, mantendo absoluto sigilo quanto a tais informações e *know-how*; (v) devolver à nossa Companhia, em caso de rescisão ou extinção do Contrato, todos os documentos, relatórios, memorandos, comunicações internas, cartas ou quaisquer outros tipos de documentos ou equipamentos relacionados a quaisquer assuntos da nossa Companhia ou de nossos clientes que estiverem sob a posse ou controle do Sr. Bomfim, não retendo sob quaisquer circunstâncias cópias de tais documentos; e (vi) respeitar as normas, políticas e regimentos internos da nossa Companhia, conforme aplicável.

Em contrapartida aos serviços prestados como Presidente do Conselho de Administração, o Contrato dispõe que o Sr. Bomfim será mensalmente remunerado no valor bruto de R\$251.000,00 (duzentos e cinquenta e um mil reais). A referida remuneração será anualmente reajustada a partir do mesmo percentual, obtido por média ponderada aplicado à remuneração fixa dos membros da nossa Diretoria Estatutária, no respectivo período.

Em adição aos valores previstos acima, o Sr. Bomfim fará jus ao recebimento do valor de R\$1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), a ser ajustado anualmente pelo IGP-M/FGV e pago em dinheiro, mediante transferência eletrônica a ser realizada em conta-corrente, no 15º (décimo quinto) dia útil de janeiro do exercício social subsequente ao exercício social em que os serviços forem prestados.

Além dos valores descritos acima, o Sr. Bomfim receberá o mesmo pacote de benefícios oferecidos quando do exercício do cargo anterior na nossa Companhia, em consonância com as normas, limites e mudanças aplicáveis a tais benefícios no decorrer do tempo, estando garantido: plano de saúde executivo; seguro “D&O”; seguro de vida; dentre outros.

O contrato de prestação de serviços celebrado como Sr. Bomfim regula a remuneração total a ser percebida por ele enquanto Presidente do nosso Conselho de Administração, sendo certo que não existe qualquer outra remuneração adicional percebida pelo mencionado Conselheiro atrelada ao exercício do cargo de administrador da nossa Companhia. Dessa forma, os valores indicados nos itens 13.2, 13.3 e 13.11 deste Formulário de Referência referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao exercício social a encerrar em 31 de dezembro de 2020 (conforme aplicável) já englobamos valores previstos no Contrato.

Por fim, a celebração, pela nossa Companhia, do último aditamento ao contrato de prestação de serviços do Sr. Bomfim foi aprovada em sede de assembleia geral extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019, que contou com a participação de 100% dos nossos acionistas. As deliberações foram tomadas por unanimidade e, na ocasião, os nossos acionistas consignaram que a remuneração diferenciada do Sr. Bomfim está em linha com os critérios estabelecidos na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e se justifica, tendo em vista (a) a experiência profissional do Sr.

Bomfim no nosso setor de atuação, colecionado pelo mesmo desde a nossa fundação, o que lhe confere competências únicas para contribuir na definição de estratégias cruciais ao nosso sucesso e, por conseguinte, incrementa sobremaneira o valor dos seus serviços no que tange às suas competência e reputação profissional; e (ii) a extensão e o tempo dedicado pelo Presidente do Conselho de Administração às suas funções que, de forma integral, se dedica exclusivamente à orientação dos negócios gerais da nossa Companhia e de demais sociedades parte do nosso grupo econômico. Os nossos acionistas consignaram ainda que a remuneração do Sr. Bomfim foi definida tendo-se por base a persecução do interesse social da Companhia, nos termos do artigo 154 da Lei das Sociedades por Ações.

A celebração do referido contrato está em linha com a estratégia da nossa administração que visa, ao mesmo tempo, a preservação da experiência e do *know-how* do fundador da nossa Companhia no setor varejista de artigos esportivos e a profissionalização constante da nossa Diretoria, que conta com executivos técnicos e especializados.

Informação adicional ao item 13.2

Em atenção à Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480”), no item 13.2 deste Formulário de Referência informamos: (i) o número total de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (item 13.2 b do Anexo 24 da ICVM 480); e (ii) o número de membros remunerados do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (item 13.2 c do Anexo 24 da ICVM 480). Em ambos os casos, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº total de membros dos órgãos de administração/ nº de membros remunerados dos órgãos de administração (conforme o caso). Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo do número total de membros e do número de membros remunerados do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria Estatutária

a) *Número total de membros:*

Previsão para 2021:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	8
Junho	8
Julho	8
Agosto	8
Setembro	8
Outubro	8
Novembro	8
Dezembro	8
TOTAL	88
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	7,33

Em 2020:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	6
TOTAL	83
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	6,92

Em 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	5
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
TOTAL	71
MÉDIA	5,92

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
TOTAL	60
MÉDIA	5,00

(TOTAL/Nº DE MESES)	
---------------------	--

(TOTAL/Nº DE MESES)	
---------------------	--

b) *Número de membros remunerados*

Previsão para 2021:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	8
Junho	8
Julho	8
Agosto	8
Setembro	8
Outubro	8
Novembro	8
Dezembro	8
TOTAL	88
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	7,33

Em 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	5
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
TOTAL	71
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	5,92

Em 2020:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	6
TOTAL	83
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	6,92

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
TOTAL	60
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	5,00

Conselho de Administração

a) *Número total de membros:*

Previsão para 2021:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	10
Fevereiro	10
Março	10
Abril	10
Maio	11
Junho	11
Julho	11
Agosto	11
Setembro	11
Outubro	11
Novembro	11
Dezembro	11
TOTAL	128
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	10,67

Em 2020:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	10
Fevereiro	10
Março	10
Abril	10
Maio	10
Junho	10
Julho	10
Agosto	10
Setembro	10
Outubro	10
Novembro	10
Dezembro	10
TOTAL	120
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	10,00

Em 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	10
Fevereiro	10
Março	10
Abril	10
Maio	10
Junho	10
Julho	10
Agosto	10
Setembro	10
Outubro	10
Novembro	10
Dezembro	10
TOTAL	120
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	10,00

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	9
Fevereiro	9
Março	10
Abril	10
Maio	10
Junho	10
Julho	10
Agosto	10
Setembro	10
Outubro	10
Novembro	10
Dezembro	10
TOTAL	118
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	9,83

b) *Número de membros remunerados*

Previsão para 2021:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
TOTAL	84
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	7,00

Em 2020:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
TOTAL	84
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	7,00

Em 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
TOTAL	84
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	7,00

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
TOTAL	74
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	6,17

Anexo IV
Informações relativas à aquisição de controle da
FISIA Comércio de Produtos Esportivos Ltda.
(atual denominação da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda.)

1. Descrição do negócio

Trata-se de operação de aquisição pela Grupo SBF S.A. (“Companhia”, “Grupo SBF” ou “Compradora”), da totalidade das quotas representativas do capital social da FISIA Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (atual de denominação da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda.) (“FISIA”), cujo fechamento foi realizado em 1 de dezembro de 2020, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis (“Transação”).

Com a Transação, a Companhia passou a ser **(i)** a distribuidora exclusiva de produtos NIKE, incluindo vestuário, calçados, acessórios e equipamentos, no território brasileiro e a operadora direta exclusiva do canal de venda eletrônico varejista (www.nike.com.br) por um período inicial que se encerra em 31 de maio de 2030; e **(ii)** varejista exclusiva de lojas físicas NIKE, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final através de lojas *monobrand* NIKE, podendo abrir e operar lojas NIKE no território brasileiro, pelo período inicial de 5 anos.

A Transação foi comunicada ao mercado através dos fatos relevantes divulgados pela Companhia em 6 de fevereiro de 2020 e 1 de dezembro de 2020, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

2. Razão, estatutária ou legal, pela qual o negócio foi submetido à aprovação da assembleia

A Transação se enquadra no critério previsto no inciso I do artigo 256 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista que o valor total a ser pago para aquisição da totalidade das quotas da FISIA representa investimento relevante para a Grupo SBF.

Esclarecemos, ainda, que o preço da aquisição **não** ultrapassa uma vez e meia o valor do patrimônio líquido da quota avaliado a preços de mercado e, portanto, a Transação **não** ensejará direito de recesso aos acionistas eventualmente dissidentes da deliberação que ratificará a Transação, nos termos do art. 256, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme calculado por meio do Laudo de Avaliação contratado pela Grupo SBF e elaborado pela Apsis

Consultoria Empresarial Ltda. e anexado na forma do **Anexo IV(A)** desta Proposta de Administração.

3. Relativamente à sociedade cujo controle foi adquirido

a. Nome e qualificação

FISIA Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (atual denominação da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda.), sociedade limitada com sede na Rua Werner Siemens, nº 111, Prédio 1, 1º e 2º pavimentos, Lapa de Baixo, CEP 05069-010, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia sob o nº 59.546.515/000134.

b. Número de quotas

Foram adquiridas 1.807.738.387 quotas.

c. Controladores ou integrantes do bloco de controle, diretos ou indiretos, e sua participação no capital social, caso sejam partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Antes da Transação, a FISIA era controlada indiretamente pela Nike, Inc. por meio de suas subsidiárias Nike Galaxy Holding B.V. e Nike Group Holding B.V., partes não relacionadas à Grupo SBF. Após a Transação, a Grupo SBF passou a ser a única sócia da FISIA.

d. Para cada quota da sociedade cujo controle será adquirido, informar:

- i. Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 3 anos**
- ii. Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 2 anos**
- iii. Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 6 meses**
- iv. Cotação média, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 90 dias**

Os itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima não são aplicáveis, tendo em vista que a FISIA é uma sociedade limitada.

v. Valor de patrimônio líquido a preços de mercado, se a informação estiver disponível

Na data-base de 30 de novembro de 2020, data do balanço do fechamento da Transação, o valor do patrimônio líquido da FISIA a preço de mercado correspondia a R\$1.646.311,00, sendo R\$0,91 por quota.

vi. Valor do lucro líquido anual nos 2 últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente

O lucro líquido anual histórico da FISIA, atualizado monetariamente foi de:

Resultados Históricos Ajustados	Jun-Mai/2019	Jun-Mai/2020
Resultado da FISIA no período	(R\$ 80.307.000,00)	R\$ 156.067.000,00
Resultado atualizado pelo IPCA	(R\$ 84.508.455,84)	R\$ 161.205.033,62
Número de quotas	1.849.136.387	1.849.136.387
Lucro por quota	(R\$ 0,05)	R\$ 0,09

4. Principais termos e condições do negócio, incluindo:

a. Identificação das vendedoras

NIKE Galaxy Holding B.V., sociedade existente e constituída em conformidade com as leis da Holanda, com sede em Colosseum 1, 1213 NL Hilversum, Holanda, inscrita no CNPJ/ME sob o número 09.466.742/0001-81; e

NIKE Group Holding B.V., sociedade existente e constituída em conformidade com as leis da Holanda, com sede em Colosseum 1, 1213 NL Hilversum, Holanda, inscrita no CNPJ/ME sob o número 09.197.365/0001-22.

b. Número total das quotas adquiridas

Foram adquiridas 1.807.738.387 quotas da FISIA, representativas de 100% de seu capital social.

c. Preço total

No dia 1 de dezembro de 2020, houve o fechamento da Transação. O pagamento do preço de compra foi estimado, com base em informações contábeis preliminares, em R\$1.214.145.491,02 (sendo que deste valor, aproximadamente R\$182,2 milhões correspondia à posição de caixa da FISIA disponível na data do fechamento).

Posteriormente, as partes ainda discutem o valor final do ajuste de preço, o qual espera-se que representará uma redução do preço de aquisição entre R\$82.399.466,89 e R\$56.390.379,41. Para fins do laudo contratado para fins do art. 256 da Lei das Sociedades por Ações, estimou-se que o ajuste de preço será em torno de R\$69.943.808,50 tendo como base um trabalho de *due diligence* realizado por uma empresa terceira. Além desse ajuste, o contrato de compra prevê o pagamento de 90% do saldo de créditos tributários passíveis de recuperação futura (i.e., outros créditos que não oriundos de prejuízos fiscais), os quais estima-se, com base no referido trabalho de *due diligence*, totalizarem em torno de R\$502.599.502,56 e que serão pagos aos vendedores na medida em que foram efetivamente utilizados.

Considerando o disposto acima, o valor total estimado da aquisição é de R\$1.646.801.185,08.

d. Preço por quota

O preço por quota foi de aproximadamente R\$0,91.

e. Forma de pagamento

Do valor total estimado da aquisição, R\$1.214.145.491,02 foram pagos em dinheiro às vendedoras na data do fechamento da Transação e o valor dos créditos tributários passíveis de recuperação futura (i.e., outros créditos que não oriundos de prejuízos fiscais) e estimados em torno de R\$502.599.502,56 serão pagos mensalmente à medida em que forem sendo utilizados pela FISIA.

Os valores do ajuste de preço que reduzirão preço de aquisição, estimados em torno de R\$69.943.808,50, serão recebidos pela Grupo SBF após o encerramento das discussões entre as partes sobre as informações contábeis da data do fechamento, o que espera-se que ocorra ao longo do mês de abril de 2021.

f. Condições suspensiva e resolutivas a que está sujeito o negócio

O contrato da Transação estabeleceu as seguintes **condições suspensivas**, as quais foram verificadas na data do fechamento da Transação: (i) as declarações fundamentais das

vendedoras deverão ser verdadeiras e corretas; (ii) as vendedoras deverão ter cumprido todas as suas obrigações previstas no contrato; (iii) os documentos societários relacionados à reestruturação societária deverão ter sido devidamente registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo e a reestruturação societária entrará em vigor; (iv) aprovação da Transação pelo CADE; e (v) nenhuma autoridade governamental deverá ter emitido ordem, decreto ou instrução ou praticado qualquer outro ato que esteja em vigor e tenha efeito de tornar a Transação ilegal ou impeça a consumação da Transação.

O contrato da Transação não prevê quaisquer condições resolutivas.

g. Resumo das declarações e garantias das vendedoras

Além das declarações usuais para a complexidade desse tipo de transação, as vendedoras prestaram garantias acerca dos seguintes temas: **(i)** Transações com Partes Relacionadas; **(ii)** Litígios; **(iii)** Contas a Receber; **(iv)** Demonstrações Financeiras; **(v)** Livros e Registros. **(vi)** Estoque; **(vii)** Dívida; **(viii)** Ativos; **(ix)** Alvarás; **(x)** Leis Ambientais; **(xi)** Impostos; **(xii)** Leis Trabalhistas; **(xiii)** Clientes e Fornecedores; **(xiv)** Imóveis e Contratos de Locação; e **(xv)** Conformidade / Leis de Combate à Corrupção.

h. Regras sobre indenização dos compradores

As vendedoras concordaram em, solidariamente, indenizar e isentar a Grupo SBF, a FISIA e seus respectivos diretores, afiliadas, conselheiros, funcionários, agentes, sucessores e cessionários por e contra todas e quaisquer perdas efetivamente incorridas ou sofridas em decorrência ou como resultado de: **(i)** qualquer declaração falsa, declaração enganosa ou violação de qualquer das declarações e garantias fornecidas pelas vendedoras; e/ou **(ii)** qualquer violação de quaisquer obrigações, avenças e/ou compromissos das vendedoras de acordo com o contrato; e/ou **(iii)** reestruturação societária; e/ou **(iv)** quaisquer perdas originadas ou como resultado das operações e atividades comerciais da Nike Licenciamentos Ltda., inclusive quaisquer perdas de qualquer entidade subsistente na reestruturação societária como resultado das operações comerciais da NIKE Licenciamentos Ltda. anteriores à reestruturação societária, quer essas perdas sejam relacionadas a ações, fatos, atividades, eventos, circunstâncias, atos ou omissões que ocorrerem antes ou depois do fechamento da Transação.

i. Aprovações governamentais necessárias

A Transação foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, tendo sido aprovada em 4 de novembro de 2020, mediante assinatura de acordo de controle de concentrações (ACC), conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 4 de novembro de 2020.

j. Garantias outorgadas

A Transação contou com garantia da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A., que garantiu absoluta, incondicional e irrevogavelmente, conjunta e solidariamente, o pagamento e o desempenho devidos, pontuais e totais de quaisquer obrigações de pagamento da Grupo SBF.

5. Descrição do propósito do negócio

A aquisição da FISIA representa uma oportunidade para a Grupo SBF expandir sua atuação, contribuindo para a posição de liderança no setor esportivo brasileiro.

6. Análise dos benefícios, custos e riscos do negócio

Com a aquisição da FISIA, a Grupo SBF expandiu a sua atuação no setor esportivo, contribuindo para sua posição de liderança nesse setor.

A Transação oferece benefícios de ordem estratégica e financeira à Grupo SBF. Sob a ótica estratégica, a Transação reforçará o portfólio de produtos da Grupo SBF tanto para seus clientes quanto para consumidores em geral, fortalecendo seu posicionamento competitivo. Sob a ótica financeira, a Transação apresenta potencial de sinergias, principalmente de logística e de tecnologia, assim como de criação de valor e de monetização da base de clientes e consumidores da Grupo SBF.

Além do pagamento do preço descrito no item “c” acima, os principais custos da Transação referem-se a honorários com assessores jurídicos, contábeis e financeiros, no valor aproximado de R\$18 milhões.

No entendimento da Administração da Grupo SBF, a aquisição da FISIA não resultará na exposição da Grupo SBF ou de seus acionistas a riscos adicionais aqueles aos quais a Companhia já estava exposta.

7. Custos incorridos pela Companhia caso o negócio não seja aprovado

Caso a Transação não seja aprovada pelos acionistas da Grupo SBF, serão incorridos em prejuízo todos os custos envolvidos para a negociação, *due diligence* e fechamento da Transação, incluindo, mas não se limitando, a honorários de assessoria, advocacia e demais relacionados, e estimados em, aproximadamente, R\$18 milhões, além de eventuais perdas e danos.

8. Fontes de recursos para o negocio

Para o pagamento da Transação, foram utilizados **(i)** recursos próprios da Companhia; e **(ii)** parte da captação de recursos realizada junto ao mercado em sua oferta subsequente de ações realizada em 2020.

9. Planos dos administradores para a companhia cujo controle foi adquirido

Os planos dos Administradores da Grupo SBF para FISIA são: **(i)** capturar sinergias oriundas da integração da FISIA com a estrutura da Companhia; **(ii)** fortalecer a proximidade da marca NIKE com o consumidor brasileiro, e especialmente com o crescimento da penetração do canal de acesso direto ao consumidor, fomentando o crescimento de seu canal digital posição de destaque no mercado esportivo; e **(iii)** potencializar as demais unidades de negócio da Companhia com a estrutura da FISIA, a exemplo do canal de distribuição.

10. Declaração justificada dos administradores recomendando aprovação do negócio

Uma vez que a aquisição da FISIA representa uma oportunidade para a Grupo SBF expandir a atuação no setor esportivo, contribuindo para sua posição de liderança neste mercado, a Administração da Companhia entende que a sua efetivação aumentará a geração de valor à Companhia e aos seus acionistas, de forma que recomenda a aprovação da operação sem qualquer ressalva ou restrição.

11. Qualquer relação societária existente, ainda que indireta, entre:

- a. Qualquer das vendedoras ou a sociedade cujo controle foi ou será alienado**
- b. Partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma das vendedoras ou a FISIA possuem qualquer relação societária, direta ou indireta, com partes relacionadas à Grupo SBF.

12. Detalhes de qualquer negócio realizado nos últimos 2 anos por partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, com participações societárias ou outros valores mobiliários ou título de dívida da sociedade cujo controle foi adquirido

Não aplicável.

13. Cópia de todos os estudos e laudos de avaliação, preparados pela Companhia ou por terceiros, que subsidiam a negociação do preço de aquisição

O laudo de avaliação preparado no âmbito da Transação consiste no **ANEXO IV(A)** desta Proposta da Administração.

14. Em relação a terceiros que prepararam estudos ou laudos de avaliação

a. Nome

Apsis Consultoria Empresarial Ltda. ("Apsis")

b. Capacitação

A Apsis é uma empresa especializada com experiência em avaliação de negócios em processos de aquisição, fusão, venda, entre outras, sendo responsável pela obtenção e análise de dados financeiros e de mercado e elaboração dos fluxos de caixa para determinação do valor econômico das empresas.

Possui sólida experiência em avaliação de ativos intangíveis, como marcas, tecnologia e relacionamento com o cliente, para fins de alocação do preço de compra processo (PPA) e consolidação inicial de acordo com as normas de contabilidade.

c. Como foram selecionados

A Apsis foi selecionada em função de critérios de qualificação, independência e preço.

d. Se são partes relacionadas à Companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, tendo em vista que a Apsis não é parte relacionada da Companhia.

Anexo IV(A)

Laudo de Avaliação Física Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (atual denominação social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda.)



LAUDO DE AVALIAÇÃO AP-00041/21-01a
NIKE DO BRASIL COMÉRCIO E
PARTICIPAÇÕES LTDA.

LAUDO DE AVALIAÇÃO:	AP-00041/21-01a	DATA-BASE:	30 de novembro de 2020
----------------------------	-----------------	-------------------	------------------------

SOLICITANTE: **GRUPO SBF S.A.**, doravante denominada **GRUPO SBF**.

Sociedade anônima aberta, com sede à Rua Hugo d'Antola, nº 200, Bloco A, Lapa, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 13.217.485/0001-11.

OBJETO: **NIKE DO BRASIL COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, doravante denominada **NIKE BRASIL** ou **COMPANHIA**.

Sociedade empresária limitada, com sede à Rua Werner Siemens, nº 111, Prédio 1, 1º e 2º Pavimentos, Lapa de Baixo, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 59.546.515/0001-34.

OBJETIVO: Determinar o valor da **NIKE BRASIL**, adquirida pela **GRUPO SBF**, para atender ao artigo 256, inciso II, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.).

SUMÁRIO EXECUTIVO

A APSIS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., doravante denominada APSIS, foi nomeada pelo GRUPO SBF para determinação do valor da NIKE BRASIL, a fim de atender ao artigo 256, inciso II, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), em função da aquisição de 100% de suas quotas. O artigo 256 da Lei nº 6.404/76 dispõe o seguinte:

A compra, por companhia aberta, do controle de qualquer sociedade mercantil, dependerá de deliberação da Assembleia Geral da compradora, especialmente convocada para conhecer da operação, sempre que:

I - O preço de compra constituir, para a compradora, investimento relevante (Artigo 247, parágrafo único); ou

II - O preço médio de cada ação ou quota ultrapassar uma vez e meia o maior dos 3 (três) valores a seguir indicados:

- Cotação média das ações em bolsa ou no mercado de balcão organizado, durante os noventa dias anteriores à data da contratação; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997);
- Valor de patrimônio líquido (artigo 248) da ação ou quota, avaliado o patrimônio a preços de mercado (Artigo 183, § 1º);
- Valor do lucro líquido da ação ou quota, que não poderá ser superior a 15 (quinze) vezes o lucro líquido anual por ação (Artigo 187 n. VII) nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente.

§ 1º A proposta ou o contrato de compra, acompanhado de laudo de avaliação, observado o disposto no Art. 8º, §§ 1º e 6º, será submetido à prévia autorização da Assembleia Geral, ou à sua ratificação, sob pena

de responsabilidade dos administradores, instruído com todos os elementos necessários à deliberação;

§ 2º Se o preço da aquisição ultrapassar uma vez e meia o maior dos três valores de que trata o Inciso II do caput, o acionista dissidente da deliberação da assembleia que aprovar terá o direito de retirar-se da companhia mediante reembolso do valor de suas ações, nos termos do art. 137, observado o disposto em seu Inciso II. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997).

ESTIMATIVA DO PREÇO PAGO

No dia 30 de novembro de 2020, foi finalizada a aquisição de 100% da NIKE BRASIL. Para realização do pagamento, com base em informações contábeis preliminares, foi estimado o montante de R\$ 1.214.145.491,02 (um bilhão, duzentos e quatorze milhões, cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e um reais e dois centavos). Posteriormente, as partes discutem o valor final do ajuste de preço, o qual se espera que representará uma redução do preço de aquisição entre R\$ 82.399 mil (oitenta e dois milhões, trezentos e noventa e nove mil reais) e R\$ 56.390 mil (cinquenta e seis milhões, trezentos e noventa mil reais). Para fins deste Laudo, estimou-se que o ajuste de preço será em torno de R\$ 69.944 mil (sessenta e nove milhões, novecentos e quarenta e quatro mil reais), tendo como base um trabalho de *due diligence* realizado por uma empresa terceira. Além desse ajuste, o contrato de compra prevê o pagamento de 90% do saldo de créditos tributários passíveis de recuperação futura (i.e., outros créditos não oriundos de prejuízos fiscais), os quais se estima, com base no referido trabalho de *due diligence*, totalizarem em torno de R\$ 502.600 mil (quinhentos e dois milhões e seiscentos mil reais) e serão pagos aos vendedores à medida que foram efetivamente utilizados.

O preço estimado da contraprestação total transferida somado aos ajustes mencionados anteriormente, com base nas informações fornecidas pelo GRUPO SBF, é de R\$ 1.646.801 mil. Dividindo esse valor pelo número de quotas (1.807.738.387), chegamos no valor de R\$ 0,91 por quota.

CONCLUSÃO

Para fins de atendimento ao artigo 256, parágrafo 1º, da Lei das S.A., e tomando por base os estudos da APSIS e as informações fornecidas pela administração da COMPANHIA, concluíram os peritos que o valor econômico da NIKE BRASIL, de acordo com a metodologia do fluxo de caixa descontado, na data-base de 30 de novembro de 2020, é:

Taxa de retorno esperado	16,9%	17,9%	18,9%
VALOR ECONÔMICO DA NIKE BRASIL			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	681.792	652.197	624.404
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	231.431	212.527	195.308
VALOR OPERACIONAL DA NIKE BRASIL (R\$ mil)	913.223	864.724	819.712
CAIXA LÍQUIDO	200.342	200.342	200.342
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	606.220	606.220	606.220
VALOR ECONÔMICO DA NIKE BRASIL (R\$ mil)	1.719.785	1.671.286	1.626.273

As premissas consideradas para cálculo do fluxo de caixa descontado encontram-se descritas no Anexo 1.

Para fins de atendimento ao artigo 256, parágrafo 2º, da Lei das S.A., a avaliação foi feita por meio das metodologias citadas no inciso II da lei mencionada. O primeiro item, contudo, não se aplica a esta avaliação, uma vez que a COMPANHIA não está listada em bolsa.

Assim, concluíram os peritos que, na data-base de 30 de novembro de 2020, o valor estimado pago pelo GRUPO SBF por quota da NIKE BRASIL não ultrapassa uma vez e meia o maior dos três valores calculados, de acordo com as metodologias previstas no artigo 256, inciso II, parágrafo 2º, da Lei das S.A.

Os procedimentos técnicos empregados no presente Laudo estão de acordo com os critérios estabelecidos pelas normas de avaliação.

O quadro abaixo apresenta o resumo dos resultados calculados, comparando o valor de aquisição com o maior dos valores encontrados (como determinado no parágrafo 2º, inciso II, da Lei das S.A.).

VALOR DE AQUISIÇÃO POR QUOTA		
Valor estimado da aquisição		R\$ 1.646.801.185
Número de quotas		1.807.738.387
Valor estimado da aquisição por quota		R\$ 0,91
VALOR DA COTAÇÃO MÉDIA DAS AÇÕES EM BOLSA NOS ÚLTIMOS 90 DIAS	100% VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AVALIADO A PREÇOS DE MERCADO POR QUOTA	VALOR DO LUCRO LÍQUIDO POR QUOTA
N/A	R\$ 0,91	R\$ 0,32
COMPARAÇÃO COM O VALOR DE AQUISIÇÃO		
N/A	1,00 x	2,86 x

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	6
2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS	7
3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE	8
4. CARACTERIZAÇÃO DA NIKE BRASIL	9
5. DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 256 DA LEI Nº 6.404/76	10
6. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO	11
7. AVALIAÇÃO - COTAÇÃO MÉDIA DAS AÇÕES EM BOLSA	14
8. AVALIAÇÃO - VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO A MERCADO POR QUOTA	15
9. AVALIAÇÃO - VALOR DO LUCRO LÍQUIDO POR QUOTA	19
10. AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE NIKE BRASIL	20
11. CONCLUSÃO	21
12. RELAÇÃO DE ANEXOS	23

1. INTRODUÇÃO

A APSIS, com sede na Rua do Passeio, nº 62, 6º Andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 27.281.922/0001-70 e no CORECON/RJ RF.02052, foi nomeada pelo GRUPO SBF para determinação do valor da NIKE BRASIL, para fins de atendimento ao artigo 256 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), em função da aquisição de 100% de suas quotas.

Na elaboração deste trabalho, foram utilizados dados e informações fornecidos por terceiros, na forma de documentos e entrevistas verbais com o cliente. As estimativas utilizadas nesse processo estão baseadas em:

- Demonstrações financeiras da NIKE BRASIL na data-base.
- Demonstrações financeiras históricas da COMPANHIA.
- Contrato de compra e venda da NIKE BRASIL.
- Relatório de *due diligence* elaborado por terceiros.
- Estimativa do preço a ser pago.
- Projeções plurianuais da NIKE BRASIL.
- Controle e monitoramento de inventário.

Os profissionais que participaram da realização deste trabalho estão listados a seguir:

- LUIZ PAULO CESAR SILVEIRA
Vice-Presidente
Engenheiro Mecânico e Contador (CREA/RJ 1989100165 e CRC/RJ-118263/P-0)
- MAIARA OLIVEIRA SANTIAGO
Projetos
- MIGUEL CÔRTEZ CARNEIRO MONTEIRO
Projetos
Economista

2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS

As informações a seguir são importantes e devem ser cuidadosamente lidas.

O Relatório objeto do trabalho enumerado, calculado e particularizado obedece criteriosamente aos princípios fundamentais descritos a seguir:

- Os consultores não têm interesse, direto ou indireto, nas companhias envolvidas ou na operação, bem como não há qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesses.
- Os honorários profissionais da APSIS não estão, de forma alguma, sujeitos às conclusões deste Relatório.
- No melhor conhecimento e crédito dos consultores, as análises, opiniões e conclusões expressas no presente Relatório são baseadas em dados, diligências, pesquisas e levantamentos verdadeiros e corretos.
- Assumem-se como corretas as informações recebidas de terceiros, sendo que suas fontes estão contidas e citadas no referido Relatório.
- Para efeito de projeção, partimos do pressuposto da inexistência de ônus ou gravames de qualquer natureza, judicial ou extrajudicial, atingindo as empresas em questão, que não os listados no presente Relatório.
- O Relatório apresenta todas as condições limitativas impostas pelas metodologias adotadas, quando houver, que possam afetar as análises, opiniões e conclusões contidas nele.
- O Relatório foi elaborado pela APSIS e ninguém, a não ser os seus próprios consultores, preparou as análises e correspondentes conclusões.
- A APSIS assume total responsabilidade sobre a matéria de Avaliações, incluindo as implícitas, para o exercício de suas honrosas funções, precipuamente estabelecidas em leis, códigos ou regulamentos próprios.
- O presente Relatório atende a recomendações e critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pelos *Uniform Standards of Professional Appraisal Practice* (USPAP) e pelos *International Valuation Standards Council* (IVSC), além das exigências impostas por diferentes órgãos, como Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê Brasileiro de Avaliadores de Negócios (CBAN).
- O controlador e os administradores das companhias envolvidas não direcionaram, limitaram, dificultaram ou praticaram quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das conclusões contidas neste trabalho.

3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE

- Para elaboração deste Relatório, a APSIS utilizou informações e dados de históricos auditados por terceiros ou não auditados, fornecidos por escrito pela administração da empresa ou obtidos das fontes mencionadas. Sendo assim, a APSIS assumiu como verdadeiros e coerentes os dados e informações obtidos para este Relatório e não tem qualquer responsabilidade com relação a sua veracidade.
- O escopo deste trabalho não incluiu auditoria das demonstrações financeiras ou revisão dos trabalhos realizados por seus auditores. Sendo assim, a APSIS não está expressando opinião sobre as demonstrações financeiras da Solicitante.
- Não nos responsabilizamos por perdas ocasionais à Solicitante e suas controladas, a seus sócios, diretores, credores ou a outras partes como consequência da utilização dos dados e informações fornecidos pela empresa e constantes neste Relatório.
- Nosso trabalho foi desenvolvido unicamente para o uso dos Solicitantes e seus sócios, visando ao objetivo já descrito. Portanto, este Relatório não deverá ser publicado, circulado, reproduzido, divulgado ou utilizado para outra finalidade que não a já mencionada, sem aprovação prévia e por escrito da APSIS.
- As análises e as conclusões contidas neste Relatório baseiam-se em diversas premissas, realizadas na presente data, de projeções operacionais futuras, tais como: preços, volumes, participações de mercado, receitas, impostos, investimentos, margens operacionais etc. Assim, os resultados operacionais futuros da empresa podem vir a ser diferentes de qualquer previsão ou estimativa contida neste Relatório, especialmente caso venha a ter conhecimento posterior de informações não disponíveis na ocasião da emissão do Laudo.
- Esta avaliação não reflete eventos e seus impactos ocorridos após a data de emissão deste Laudo.
- A APSIS não se responsabiliza por perdas diretas ou indiretas nem por lucros cessantes eventualmente decorrentes do uso indevido deste Laudo.
- Destacamos que a compreensão da conclusão deste Relatório ocorrerá mediante a sua leitura integral e de seus anexos, não devendo, portanto, serem extraídas conclusões de sua leitura parcial, que podem ser incorretas ou equivocadas.

4. CARACTERIZAÇÃO DA NIKE BRASIL



A NIKE BRASIL é uma empresa norte-americana que se dedica ao *design*, ao desenvolvimento, à fabricação, ao *marketing* e às vendas mundiais de calçados, roupas, equipamentos, acessórios

e serviços unidos pela temática da prática de atividades esportivas. A COMPANHIA é, inclusive, um dos maiores *players* mundiais de seu segmento.

A NIKE BRASIL comercializa produtos com marca própria, tais como: Nike Golf, Nike Pro, Nike +, Air Jordan, Nike Blazers, Air Force 1, Nike Dunk, Air Max, Foamposite, Nike Skateboarding, Nike CR7, entre outros. O desenvolvimento da marca está atrelado ao patrocínio de muitos atletas e muitas equipes esportivas de alto nível em todo o mundo. Além disso, as marcas registradas são altamente reconhecidas (como o famoso *slogan* “*Just Do It*”) e contam com seu próprio logotipo.

No Brasil, a empresa opera os canais de atacado, *e-commerce* e varejo com lojas de marca própria. No entanto, apesar dos melhores esforços, nos últimos anos, a NIKE BRASIL vem apresentando prejuízos. Em decorrência desse fato, a matriz resolveu vender a unidade para um grupo com experiência no setor varejista brasileiro. O momento coincidiu com a capitalização do GRUPO SBF, que já é detentor da Centauro, conhecida rede de lojas de materiais esportivos. Assim, a NIKE BRASIL logo se tornou uma candidata natural à aquisição por parte do GRUPO SBF.

5. DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 256 DA LEI Nº 6.404/76

Este Relatório visa atender ao artigo 256 da Lei nº 6.404/76, que dispõe o seguinte:

A compra, por companhia aberta, do controle de qualquer sociedade mercantil, dependerá de deliberação da Assembleia Geral da compradora, especialmente convocada para conhecer da operação, sempre que:

I - O preço de compra constituir, para a compradora, investimento relevante (Artigo 247, parágrafo único); ou

II - O preço médio de cada ação ou quota ultrapassar uma vez e meia o maior dos 3 (três) valores a seguir indicados:

- Cotação média das ações em bolsa ou no mercado de balcão organizado, durante os noventa dias anteriores à data da contratação; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997);
- Valor de patrimônio líquido (artigo 248) da ação ou quota, avaliado o patrimônio a preços de mercado (Artigo 183, § 1º);
- Valor do lucro líquido da ação ou quota, que não poderá ser superior a 15 (quinze) vezes o lucro líquido anual por ação (Artigo 187 n. VII) nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente.

§ 1º A proposta ou o contrato de compra, acompanhado de laudo de avaliação, observado o disposto no Art. 8º, §§ 1º e 6º, será submetido à prévia autorização da Assembleia Geral, ou à sua ratificação, sob pena de responsabilidade dos administradores, instruído com todos os elementos necessários à deliberação;

§ 2º Se o preço da aquisição ultrapassar uma vez e meia o maior dos três valores de que trata o Inciso II do caput, o acionista dissidente da deliberação da assembleia que aprovar terá o direito de retirar-se da companhia mediante reembolso do valor de suas ações, nos termos do art. 137, observado o disposto em seu Inciso II. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997).

6. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO

ABORDAGEM DE MERCADO: COTAÇÃO EM BOLSA

Essa metodologia visa avaliar uma empresa pela soma de todas as suas ações a preços de mercado. O preço de uma ação pode ser definido pelo valor do fluxo de dividendos futuros trazidos a valor presente a uma taxa de retorno exigida ou pelo preço de venda ao final de determinado período de investimento.

Essa abordagem não se aplica a esta avaliação, uma vez que a empresa adquirida não está listada em bolsa.

ABORDAGEM DOS ATIVOS: PATRIMÔNIO LÍQUIDO A MERCADO

Essa metodologia é derivada dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (PCGA), no qual as demonstrações financeiras são preparadas com base no princípio do custo histórico ou custo de aquisição. Devido a esse princípio e ao princípio fundamental da contabilidade, o valor contábil dos ativos de uma empresa menos o valor contábil de seus passivos é igual ao valor contábil do seu patrimônio líquido.

Pela ótica dos princípios básicos da economia, pode-se definir o patrimônio líquido de uma empresa pela diferença entre o valor definido para os ativos e o valor definido para os passivos.

A abordagem dos ativos, portanto, visa avaliar uma empresa pelo ajuste do valor contábil (saldo líquido) aos seus respectivos valores justos de mercado. Os ativos e passivos julgados relevantes são avaliados pelo valor justo de

mercado, sendo feita a comparação entre o valor do ativo encontrado na avaliação a mercado e seu valor contábil (saldo líquido).

Esses ajustes, devidamente analisados, são somados ao valor do patrimônio líquido contábil, determinando assim o valor de mercado da empresa pela abordagem dos ativos. O valor justo de mercado da empresa será o valor do patrimônio líquido, considerados os ajustes encontrados para os ativos e passivos avaliados.

ABORDAGEM DA RENDA: RENTABILIDADE FUTURA

Essa metodologia define a rentabilidade da empresa como o valor operacional, equivalente ao valor descontado do fluxo de caixa líquido futuro da companhia. Esse fluxo é composto pelo lucro líquido após impostos, com acréscimo dos itens não caixa (amortizações e depreciações) e dedução dos investimentos em ativos operacionais (capital de giro, ativos de distribuição, base de remuneração etc.).

Uma vez que a avaliação para fins de cumprimento ao artigo 256 da Lei das S.A. tem como objeto uma participação controladora, entende-se que a avaliação pela abordagem da renda deve ser realizada pelo método do fluxo de caixa descontado. Nelson Eizirik (2011, p. 452), por exemplo, ao discorrer sobre a alínea c do inciso II do artigo 256, defende que deve-se apurar a rentabilidade da ação ou quota, mediante o cálculo de seu valor presente descontado do fluxo futuro de caixa; trata-se do valor econômico, a ser verificado mediante projeção de resultados.

O período projetivo do fluxo de caixa é determinado levando-se em consideração o tempo que a empresa levará para apresentar uma atividade operacional estável (ou seja, sem variações operacionais julgadas relevantes).

O fluxo de caixa é, então, trazido a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto que irá refletir o risco associado ao mercado, à empresa e à estrutura de capital.

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO

Para o cálculo do fluxo de caixa líquido, utilizamos como medida de renda o capital investido, conforme o quadro ao lado, baseado nas teorias e práticas econômicas mais comumente aceitas no mercado e presentes nas seguintes obras:

- DAMODARAN, Aswath. Avaliação: Princípios e Prática. *In: Finanças Corporativas: teoria e prática*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. p. 611-642.
- PRATT, Shannon P. Income Approach: Discounted Economic Income Methods. *In: Valuing a Business: The Analysis and Appraisal of Closely Held Companies*. 3. ed. Burr Ridge: Irwin Professional Publishing, 1996. p. 149-202.

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO DO CAPITAL INVESTIDO

Lucro antes de itens não caixa, juros e impostos (EBITDA)

- (-) Itens não caixa (depreciação e amortização)
- (=) Lucro líquido operacional antes dos impostos (EBIT)
- (-) Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CSSL)
- (=) Lucro líquido operacional depois dos impostos
- (+) Itens não caixa (depreciação e amortização)
- (=) Fluxo de caixa operacional bruto
- (-) Investimentos de capital (CAPEX)
- (+) Outras entradas
- (-) Outras saídas
- (-) Variação do capital de giro
- (=) Fluxo de caixa operacional líquido

Para determinação do valor da empresa, foi considerado um período de 10 (dez) anos, de dezembro de 2020 a novembro de 2030.

VALOR TERMINAL

Após o término do período projetivo de 10 anos, é considerado que a empresa será vendida para seus antigos proprietários com uso da mesma forma de precificação para definir o valor de compra (metodologia de avaliação patrimonial). Assim, o saldo do patrimônio líquido do último ano projetado foi trazido a valor presente e compõe o valor econômico. Em decorrência do exposto, não se considerou o cálculo de perpetuidade.

TAXA DE DESCONTO - CAPM

A taxa de desconto a ser utilizada para cálculo do valor presente dos rendimentos determinados no fluxo de caixa projetado representa a rentabilidade mínima exigida pelos investidores. Tendo em vista que a companhia não possui empréstimos (ou tendo em vista que, no modelo de avaliação utilizado, de fluxo de caixa do acionista, o impacto do endividamento da companhia já está refletido de forma analítica no fluxo de caixa projetado), considera-se o retorno estimado exigido por capital próprio.

Essa taxa é calculada pela metodologia *Capital Asset Pricing Model (CAPM)*, na qual o custo de capital é estimado com base no retorno estimado exigido pelos acionistas da companhia.

Normalmente, as taxas livres de risco são baseadas nas taxas de bônus do Tesouro Americano. Para o custo do capital próprio, utilizam-se os títulos com prazo de vinte anos, por ser um período que reflete mais proximamente o conceito de continuidade de uma empresa.

Custo do capital próprio	$Re = Rf + \text{beta} \cdot (Rm - Rf) + Rp + Rs$
Rf	Taxa livre de risco: baseia-se na taxa de juros anual do Tesouro Americano para títulos de vinte anos, considerando a inflação americana de longo prazo.
Rm	Risco de mercado: mede a valorização de uma carteira totalmente diversificada de ações para um período de vinte anos.
Rp	Risco-país: representa o risco de investimento em um ativo no país em questão, em comparação a um investimento similar em um país considerado seguro.
Rs	Prêmio de risco pelo tamanho: mede o quanto o tamanho da empresa a torna mais arriscada.

beta	Ajusta o risco de mercado para o risco de um setor específico.
beta alavancado	Ajusta o beta do setor para o risco da empresa.

VALOR DA EMPRESA

O fluxo de caixa livre é projetado considerando a operação global da empresa e resulta no fluxo disponível para os acionistas. A COMPANHIA não tinha endividamento bancário na data-base.

De posse desse resultado, é necessário incluir os ativos e passivos não operacionais, ou seja, aqueles que não estão consolidados nas atividades de operação da empresa, sendo acrescidos ao valor econômico encontrado.



7. AVALIAÇÃO - COTAÇÃO MÉDIA DAS AÇÕES EM BOLSA

A NIKE BRASIL é uma sociedade empresária limitada de capital fechado e, portanto, não possui ações negociadas em bolsa ou em balcão organizado. Assim sendo, essa metodologia não se aplica a esta avaliação.

8. AVALIAÇÃO - VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO A MERCADO POR QUOTA

PRINCIPAIS ETAPAS DA AVALIAÇÃO

Para a avaliação do patrimônio líquido a mercado, é realizada a apuração dos valores justos dos ativos e passivos. O ponto de partida são os valores registrados na contabilidade. As principais etapas no processo de avaliação a valor justo são as seguintes:

- Leitura e análise das demonstrações financeiras da empresa.
- Análise das contas de ativo e passivo registradas no balanço patrimonial da empresa, visando identificar os critérios de avaliação adotados na contabilidade e as contas suscetíveis a ajustes.
- Ajustes dos ativos intangíveis operacionais relevantes pelos seus respectivos valores de mercado, com base nas premissas e nos critérios de avaliação elaborados pela APSIS.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os primeiros passos na avaliação de um ativo intangível resumem-se na correta apreensão do conceito e no entendimento do negócio onde ele está inserido.

De acordo com o *International Valuation Standards Council (IVSC)*, podemos definir ativo intangível como sendo um ativo não monetário que se manifesta pelas suas propriedades econômicas. Ele não possui substância física, mas garante direitos e benefícios econômicos ao seu proprietário.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, correlacionado às normas internacionais de contabilidade - IAS 38, esses

ativos são segregados do ágio (*goodwill*) quando, dentre outros fatores, podem ser transferidos, vendidos ou licenciados, e quando os benefícios econômicos futuros podem ser reconhecidos e estimados de forma confiável. Assim sendo, a análise dos peritos teve início na investigação dos processos operacionais da NIKE BRASIL, com o objetivo de identificar, dentre uma extensa e variada lista de possíveis ativos intangíveis, quais atenderiam aos requisitos de identificação, reconhecimento e mensuração no contexto operacional da empresa.

Após a análise dos ativos operacionais, não foi identificado nenhum ativo intangível com necessidade de ajuste a mercado.

Nesse sentido, alguns esclarecimentos adicionais se fazem necessários e serão pontuados a seguir.

▪ CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO E CONTRATO DESFAVORÁVEL DE ROYALTIES

Juntamente com o contrato de aquisição de quotas celebrado com a Nike Galaxy Holding BV e a Nike Group Holding BV (“VENDEDORES”), foi assinado um contrato de direito de distribuição e de exclusividade dos produtos da Nike no Brasil. O contrato de distribuição estabelece que os VENDEDORES fornecerão produtos da marca Nike para a COMPANHIA, que, em troca, pagará *royalties* a eles e terá o contrato de exclusividade de distribuição da marca Nike e de relacionados no Brasil pelos próximos 10 anos (ou seja, a receita da COMPANHIA está relacionada de maneira indissociável com o contrato de

distribuição). Portanto, o contrato de distribuição foi considerado o principal ativo intangível objeto de avaliação.

Utilizamos em nossas análises a metodologia o MPEEM para determinar o seu *fair value*. O MPEEM objetiva isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitos débitos contra o lucro líquido total (pelo uso dos ativos contribuintes) e o lucro excedente é alocado ao ativo intangível em avaliação.

Por outro lado, o contrato de distribuição dos produtos da Nike (assinado juntamente com o contrato de aquisição de quotas) prevê o pagamento de *royalties* aos VENDEDORES. Os *royalties* serão pagos sobre os produtos adquiridos dos próprios VENDEDORES e variam de 7,5% a 20,0% do custo de mercadoria vendida para os produtos nacionais ao longo do período de contrato e de 5,5% a 15,0% do custo de mercadoria vendida para os produtos importados. Cabe ressaltar que a operação se inicia com *royalties* menores, de forma a compensar o recente aumento do dólar e auxiliar a COMPANHIA na retomada de sua rentabilidade. No médio prazo, os *royalties* aumentarão substancialmente, ficando em patamares superiores ao observado no mercado.

O *royalty* de mercado apurado pela APSIS é de 6,3% da receita líquida, enquanto o *royalty* contratual a ser pago pela NIKE BRASIL aos VENDEDORES, quando calculado sobre a receita, é de 4,8% no primeiro ano, ultrapassando a média de mercado já no terceiro ano projetivo (6,3% contra 7,9% pagos) e atingindo cerca de 9,9% ao final da projeção. Isso nos dá uma evidência de um passivo oneroso relacionado ao contrato de *royalties* estabelecido.

Nos cálculos para apuração do valor justo do contrato oneroso em questão, realizamos a projeção do pagamento de *royalties* de mercado pelo uso da marca no Brasil e subtraímos dos *royalties* os projetos que serão pagos aos VENDEDORES. A subtração resultou em um valor negativo, caracterizando um contrato desfavorável de *royalties*.

Como o valor positivo do contrato de distribuição é equivalente ao valor negativo do contrato oneroso relacionado ao pagamento de *royalties*, optou-se pelo não reconhecimento de nenhum ativo intangível e nenhum passivo relacionado ao contrato de distribuição e ao contrato de *royalties*.

▪ TECNOLOGIA E PATENTES

A COMPANHIA não tem *softwares*, tecnologias e patentes que podem ser percebidos como geradores de benefícios econômicos ou de vantagem competitiva – tanto que a administração do GRUPO SBF pretende trocar os *softwares* gerenciais.

ATIVOS TANGÍVEIS

▪ IMOBILIZADO

A NIKE BRASIL apresenta um pequeno saldo de imobilizado residual registrado no balanço na data-base, no valor de R\$ 42.981 mil. Observou-se que esse saldo é majoritariamente composto por instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros; móveis e utensílios; e equipamentos de informática. Em nossa análise, entendemos que tais itens não carecem de reavaliações e que qualquer eventual divergência é irrelevante para a conclusão deste trabalho.

▪ ESTOQUE

Em nossa análise, foi identificada a necessidade de valoração a valor justo do estoque da NIKE BRASIL.

O primeiro passo para a avaliação do estoque é a aplicação da margem bruta de vendas sobre o valor de produtos acabados na data-base. Em seguida, é considerado o custo de escoamento do produto, incluindo gastos envolvidos no esforço de vendas.

De acordo com o trabalho de *due diligence*, havia um estoque de produtos acabados no valor de R\$ 479.372 mil. Foram considerados os custos na data-base, ajustados pelo volume. A seguir, apresentamos a tabela-resumo da avaliação:

Valores em R\$ mil

ESTOQUE	VALOR CONTÁBIL	VALOR JUSTO	MAIS-VALIA	% DA MAIS-VALIA
Produtos acabados	479.372	486.403	7.031	1,5%
TOTAL	479.372	486.403	7.031	1,5%

Os cálculos e as premissas utilizados para a avaliação do estoque encontram-se no Anexo 2 deste Laudo.

CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Na data-base do Laudo, a Administração da COMPANHIA disponibilizou o levantamento de passivos contingentes de naturezas tributária e trabalhista cuja probabilidade de materialização foi julgada como possível pelos advogados.

Com base em conversas com a administração da COMPANHIA e seus assessores jurídicos, foi definido o percentual de 50% do valor dos referidos passivos contingentes, que totalizaram R\$ 27.855 mil para fins de apuração de seu valor justo.

Vale mencionar ainda que passivos de probabilidade remota não foram considerados para este trabalho e que os considerados prováveis já estavam refletidos nas demonstrações contábeis.

DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS

O GRUPO SBF realizou diversos ajustes em saldos contábeis dos ativos e passivos resultantes do relatório de *due diligence* elaborado por terceiros. Tais ajustes já estão contemplados no balanço na data-base do Laudo. Dessa forma, entendemos que não foi necessário realizar ajuste de valor em nenhuma outra conta, pois todas já refletiam seus respectivos valores justos.

VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO A MERCADO POR QUOTA

Sintetizando as análises anteriores, apresentamos a seguir o patrimônio líquido contábil da NIKE BRASIL em 30 de novembro de 2020, os ajustes a mercado e o valor do patrimônio líquido a mercado. Dividindo o patrimônio líquido a mercado da COMPANHIA pelo número de quotas (1.807.738.387), chegamos ao valor de R\$ 0,91 por quota.

BALANÇO PATRIMONIAL DA NIKE BRASIL (R\$ mil)	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SALDOS EM 30.11.2020	AJUSTES A MERCADO	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS A MERCADO SALDOS EM 30.11.2020
ATIVO CIRCULANTE	1.849.136.387	7.031	1.623.195
Caixa e equivalente de caixa	200.342	-	200.342
Contas a receber de clientes	647.530	-	647.530
Estoques	479.372	7.031	486.403
Adiantamentos	3.998	-	3.998
Tributos a recuperar	282.627	-	282.627
Outros ativos	2.294	-	2.294
ATIVO NÃO CIRCULANTE	366.573	-	366.573
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	323.592	-	323.592
Tributos a recuperar (<i>Non-Nol</i>)	286.756	-	286.756
Despesas antecipadas	33.926	-	33.926
Depósitos judiciais	2.911	-	2.911
IMOBILIZADO	42.981	-	42.981
INTANGÍVEL	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	1.849.502.960	7.031	1.989.768
PASSIVO CIRCULANTE	310.922	-	310.922
Fornecedores	147.952	-	147.952
Obrigações fiscais	102.538	-	102.538
Salários, benefícios e encargos sociais a pagar	23.200	-	23.200
Outras passivos	37.232	-	37.232
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.679	27.855	32.535
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.679	27.855	32.535
Arrendamento (<i>real estate</i>)	4.679	-	4.679
Contingências Passivas	-	27.855	27.855
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.667.135	(20.824)	1.646.311
Capital social	1.849.136	-	1.849.136
Lucros/Prejuízos acumulados	(182.001)	-	(182.001)
Ajustes a mercado	-	(20.824)	(20.824)
TOTAL DO PASSIVO	1.982.737	7.031	1.989.768

9. AVALIAÇÃO - VALOR DO LUCRO LÍQUIDO POR QUOTA

No presente Relatório, foi adotada a abordagem da renda para atendimento ao critério de avaliação do lucro líquido por ação ou quota, conforme determinado no artigo 256, inciso II, alínea c, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.). Por esse critério, chega-se ao valor do lucro líquido por quota por meio da projeção dos lucros líquidos futuros, trazidos a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto apropriada (vide o Anexo 1).

O lucro líquido projetado por quota é superior a 15 (quinze) vezes o lucro líquido médio anual por quota da NIKE BRASIL nos dois últimos exercícios sociais, atualizados monetariamente pela inflação acumulada do período. Portanto, o valor a ser considerado para esta análise é o valor do lucro líquido histórico por quota da NIKE BRASIL. Para a média histórica, foram utilizados os valores dos meses de junho a maio de 2019 e 2020.

ANÁLISE DO LUCRO LÍQUIDO POR QUOTA		
Lucro líquido projetado - 100%		R\$ 1.671.285.542
Quantidade de quotas adquiridas		1.807.738.387
Valor por quota		R\$ 0,92
Valor histórico por quota		R\$ 0,32
Valor utilizado*		R\$ 0,32
RESULTADOS HISTÓRICOS AJUSTADOS	Jun.-Mai./19	Jun.-Mai./20
Resultado da empresa no período	(R\$ 80.307.000,00)	R\$ 156.067.000,00
Resultado atualizado pelo IPCA*	(R\$ 84.508.455,84)	R\$ 161.205.033,62
Número de quotas	1.807.738.387	1.807.738.387
Lucro por quota	(R\$ 0,05)	R\$ 0,09
15x	(R\$ 0,70)	R\$ 1,34
MÉDIA		R\$ 0,32

* Limitados a 15 (quinze) vezes o lucro líquido médio anual por quota nos 02 (dois) últimos exercícios sociais e atualizados monetariamente pelo IPCA (R\$).

10. AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE NIKE BRASIL

Visando atender ao parágrafo 1º do artigo 256 da Lei das S.A., foram realizadas as projeções do fluxo de caixa da COMPANHIA para determinar o seu valor econômico. A tabela abaixo apresenta o resumo dos resultados encontrados, considerando as expectativas apresentadas pela administração da COMPANHIA, conforme demonstrado detalhadamente no Anexo 1 do presente Relatório.

Taxa de retorno esperado	16,9%	17,9%	18,9%
VALOR ECONÔMICO DA NIKE BRASIL			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	681.792	652.197	624.404
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	231.431	212.527	195.308
VALOR OPERACIONAL DA NIKE BRASIL (R\$ mil)	913.223	864.724	819.712
CAIXA LÍQUIDO	200.342	200.342	200.342
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	606.220	606.220	606.220
VALOR ECONÔMICO DA NIKE BRASIL (R\$ mil)	1.719.785	1.671.286	1.626.273

11. CONCLUSÃO

PARÁGRAFO I: Para fins de atendimento ao artigo 256, parágrafo 1º, da Lei das S.A., à luz dos exames realizados na documentação anteriormente mencionada e tomando por base estudos da APSIS, concluíram os peritos que o valor econômico da **NIKE BRASIL**, de acordo com a metodologia do fluxo de caixa descontado, na data-base de 30 de novembro de 2020, é de **R\$ 1.671.286 mil** (um bilhão, seiscentos e setenta e um milhões, duzentos e oitenta e seis mil reais).

PARÁGRAFO II: Concluíram os peritos que o valor estimado pago pelo **GRUPO SBF** por quota da **NIKE BRASIL** não ultrapassa uma vez e meia o maior dos três valores calculados de acordo com as metodologias previstas no artigo 256, parágrafo 2º, inciso II, da Lei das S.A., na data-base de 30 de novembro de 2020, conforme tabela abaixo.

VALOR DE AQUISIÇÃO POR QUOTA		
Valor estimado da aquisição		R\$ 1.646.801.185
Número de quotas		1.807.738.387
Valor estimado da aquisição por quota		R\$ 0,91
VALOR DA COTAÇÃO MÉDIA DAS AÇÕES EM BOLSA NOS ÚLTIMOS 90 DIAS	100% VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AVALIADO A PREÇOS DE MERCADO POR QUOTA	VALOR DO LUCRO LÍQUIDO POR QUOTA
N/A	R\$ 0,91	R\$ 0,32
COMPARAÇÃO COM O VALOR DE AQUISIÇÃO		
N/A	1,00 x	2,86 x

O Laudo de Avaliação AP-00041/21-01a foi elaborado sob a forma de Laudo Digital (documento eletrônico em *Portable Document Format* - PDF), com a certificação digital dos responsáveis técnicos, e impresso pela APSIS, composto por 23 (vinte e três) folhas digitadas de um lado e 04 (quatro) anexos. A APSIS, CREA/RJ 1982200620 e CORECON/RJ RF.02052, empresa especializada em avaliação de bens, abaixo representada legalmente pelos seus diretores, coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que, porventura, se façam necessários.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2021.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Luiz Paulo Cesar Silveira".

LUIZ PAULO CESAR SILVEIRA

Vice-Presidente (CREA/RJ 1989100165 e CRC/RJ-118.263/P-0)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Miguel Cortes Carneiro Monteiro".

MIGUEL CÔRTEZ CARNEIRO MONTEIRO

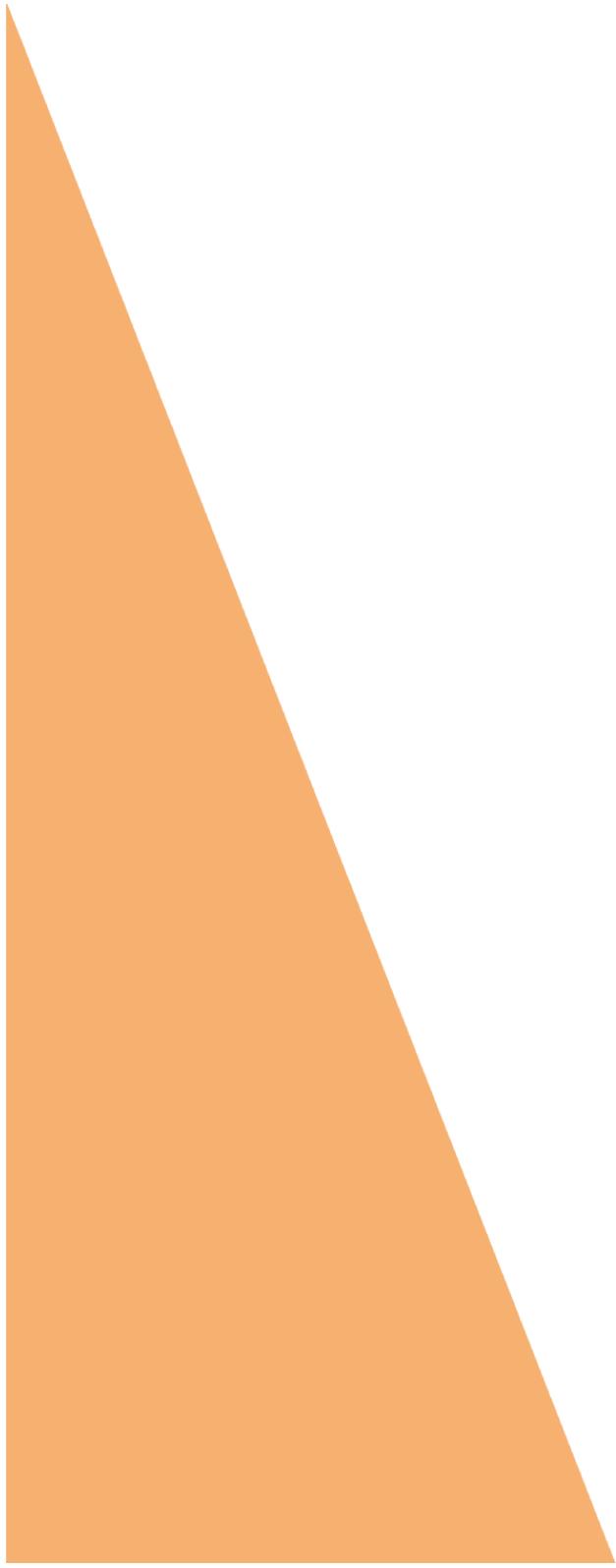
Diretor

12. RELAÇÃO DE ANEXOS

1. CÁLCULOS AVALIATÓRIOS - LUCRO LÍQUIDO PROJETADO
2. CÁLCULOS AVALIATÓRIOS - AVALIAÇÃO DO ESTOQUE
3. CÁLCULOS AVALIATÓRIOS - CONTINGÊNCIAS
4. GLOSSÁRIO

RIO DE JANEIRO - RJ
Rua do Passeio, nº 62, 6º Andar
Centro, CEP 20021-280
Tel.: + 55 (21) 2212-6850 Fax: + 55 (21) 2212-6851

SÃO PAULO - SP
Av. Angélica, nº 2.503, Conj. 101
Consolação, CEP 01227-200
Tel.: + 55 (11) 4550-2701

A large orange triangle graphic on the left side of the page, pointing downwards.

ANEXO 1

PREMISSAS DE PROJEÇÃO

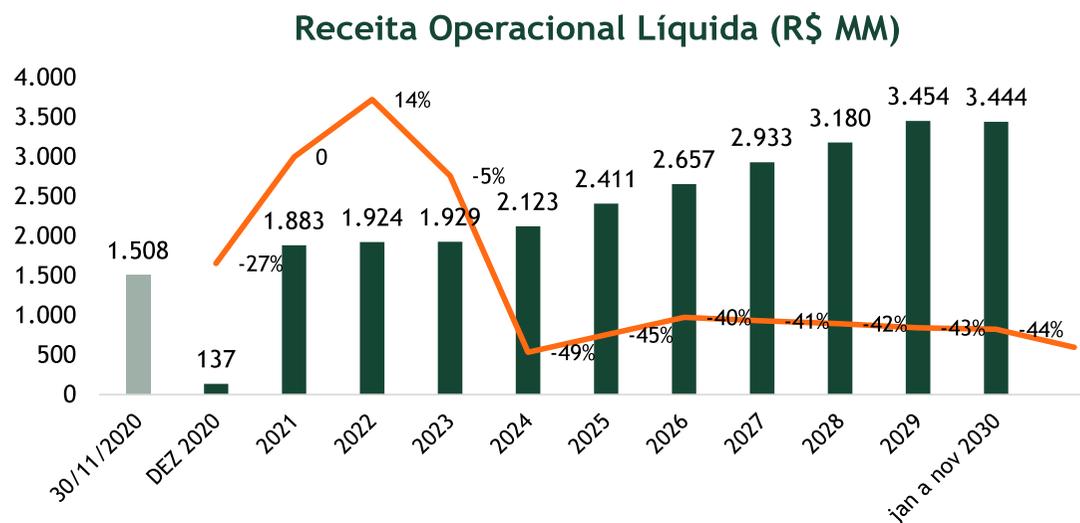
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)

Conforme já mencionado anteriormente, a COMPANHIA apresentou um histórico de prejuízos operacionais em anos recentes, e sua compra pelo GRUPO SBF a torna uma empresa rentável novamente (*turn-around*). Nesse processo, duas coisas são de suma importância: (a) recuperar a margem de contribuição perdida com as altas recentes do dólar (uma parte muito relevante quando o custo do produto vendido tem origem em produtos importados); e (b) retomar o crescimento das vendas que foram fortemente afetadas pela pandemia de 2020. Nesse sentido, das três fontes de receitas da NIKE BRASIL (vendas no atacado, vendas por meio de lojas físicas e vendas no *e-commerce*), as vendas *on-line* apresentam um potencial de crescimento maior e mais rápido do que o das lojas físicas e do atacado; além disso, as lojas *on-line*, ao realizar vendas diretamente com os clientes finais, geram margens melhores do que as do atacado.

A ROL foi projetada considerando-se o volume e o preço líquido de impostos. Alguns pontos que merecem especial destaque:

- O aumento real de preço entre 2021 e 2023 com o intuito de recuperar a margem de contribuição, bem como a consequente redução no volume de vendas no mesmo período.
- Após esse período, estima-se um crescimento de médio e longo prazos impulsionado pelas vendas *online*.

A seguir, gráfico demonstrando a ROL projetada:



CUSTO DE MERCADORIA VENDIDA (CMV)

O CMV foi projetado como um percentual da receita líquida, partindo de 75% da ROL em 2021 e diminuindo gradativamente até atingir 59,5% da ROL no último ano projetivo. Os principais motivos para o aumento da margem bruta são:

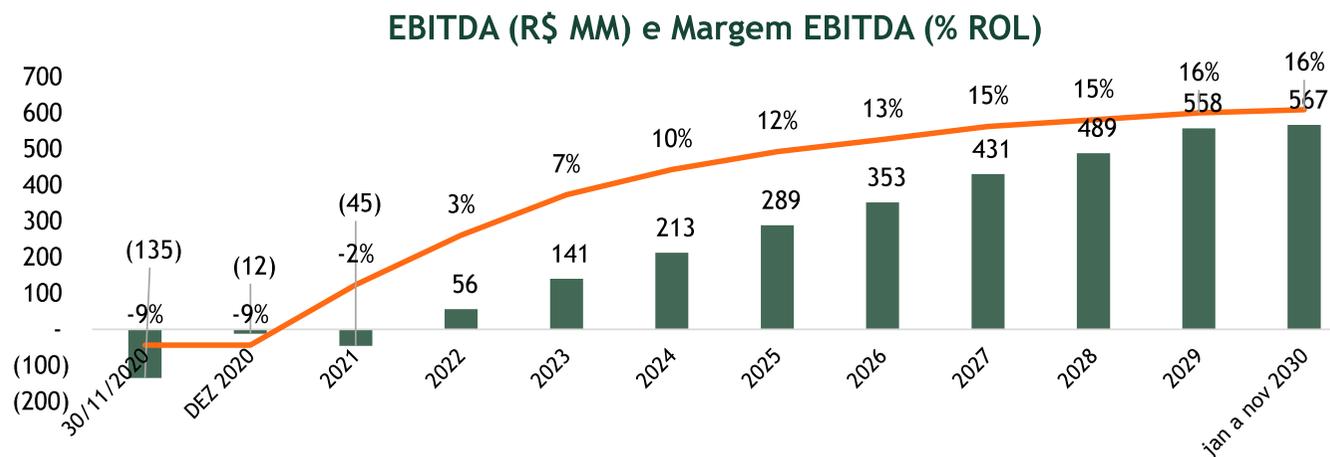
- A mudança no *mix* de vendas, aumentando o percentual de vendas pelo *e-commerce*, acarreta um ganho de margem bruta, uma vez que no *e-commerce* não há intermediários para a realização da venda.
- O contrato de venda prevê que os VENDEDORES darão um desconto adicional no preço dos produtos comprados pela COMPANHIA, equivalente a 6 p.p. até 2022, de forma a compensar o aumento do dólar do último ano e auxiliar a retomada da rentabilidade da COMPANHIA.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Esse grupo de despesas é formado por:

- **Despesas com pessoal:** Os vendedores já vinham, desde 2019, executando um projeto de redução de custos com pessoal, e a última etapa desse projeto será concluída em 2021. Em decorrência desse plano, é esperada uma redução de cerca de 21% na rubrica de despesas com pessoal. Após esse período, um crescimento inflacionário será considerado.
- **Despesas administrativas:** Essas despesas deverão sofrer uma redução de aproximadamente 13% em 2021, dentro do planejamento de tornar a NIKE BRASIL novamente uma empresa rentável.
- **Despesas logísticas:** Os vendedores utilizavam serviços terceirizados de armazenagem e de transporte, considerados com valor acima da média de mercado. A administração do GRUPO SBF planeja criar uma operação própria, com vistas a gerar uma redução nas despesas logísticas de aproximadamente 17% nos dois primeiros anos.

O EBITDA projetado resultante das premissas anteriormente descritas está demonstrado no gráfico a seguir.



DEPRECIÇÃO

A depreciação foi projetada com base nos saldos contábeis de cada grande grupo de contas e nas taxas médias de depreciação informadas no último relatório da auditoria externa.

IMPOSTO DE RENDA

Foi considerado o regime de tributação pelo lucro real e a alíquota de 34% sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social. Um saldo de prejuízo fiscal no montante de R\$ 193 milhões também foi utilizado na apuração do referido imposto.

CAPITAL DE GIRO

Em decorrência da situação atípica provocada pela pandemia da COVID-19, os prazos médios, na data-base, encontravam-se significativamente diferentes dos seus valores históricos. Nesse sentido, os prazos médios foram gradativamente ajustados no período de cerca de 03 anos, a fim de retorná-los aos patamares usuais. Destaca-se ainda que, contratualmente, o prazo com o principal fornecedor da COMPANHIA (a Nike Internacional) foi definido em 60 dias, a partir do início das projeções para a conta de fornecedores.

INVESTIMENTOS

Foi considerado um investimento em manutenção igual à depreciação do exercício, mais um investimento de R\$ 136 milhões referentes à expansão do imobilizado ao longo de todo o período projetivo, de forma a fazer frente às projeções de crescimento da COMPANHIA.

TAXA DE DESCONTO

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia do CAPM e os valores dos parâmetros utilizados para o cálculo efetivo da taxa de desconto estão demonstrado no Anexo 1B deste Laudo.

ESTRUTURA DE CAPITAL	
EQUITY / PRÓPRIO	100%
DEBT / TERCEIROS	0%
EQUITY + DEBT	100%
INFLAÇÃO AMERICANA PROJETADA	2,0%
INFLAÇÃO BRASILEIRA PROJETADA	3,3%
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	
TAXA LIVRE DE RISCO (Rf)	2,0%
BETA d	1,08
BETA r	1,08
PRÊMIO DE RISCO (Rm - Rf)	6,2%
PRÊMIO DE TAMANHO (Rs)	5,0%
RISCO-BRASIL	2,8%
Re Nominal em US\$ (=)	16,4%
Re Nominal em R\$ (=)	17,9%

Destacamos a seguir as principais fontes dos parâmetros utilizados para determinar a taxa de desconto:

- Taxa livre de risco: Corresponde ao rendimento (*yield*) médio dos últimos 24 meses do *US T-Bond* de 20 anos, obtidos no *site* do *Federal Reserve* do governo norte-americano.

- Beta: Equivale à média de betas de empresas comparáveis do mesmo setor da COMPANHIA, pesquisada no banco de dados Reuters (programa fornecido pela Reuters, com dados do mercado de ações e informações financeiras). Os betas foram ajustados para as diferentes alíquotas de imposto de renda e a estrutura de capital antes de ser aplicado.
- Prêmio de risco de mercado: Corresponde ao *spread* entre as empresas do índice S&P500 e os títulos considerados livre de risco *US T-Bond* 20 anos, conforme o Ibbotson, publicação com análises de mercado de longo prazo.
- Prêmio de tamanho: Corresponde ao prêmio de risco pelo tamanho da empresa avaliada e ao adicional a investir em empresas do S&P500, considerando o mercado de ações norte-americano. Fonte: *Valuation Handbook: Guide do cost of capital. Chicago, IL: Duff & Phelps, LLC.*
- Risco-Brasil: Corresponde ao risco de se investir no Brasil. Foi considerada a média dos últimos 24 meses.
- Foi utilizada uma inflação norte-americana de projetada de 2% a.a. e a inflação brasileira projetada de 3,25% a.a.

Por fim, com os parâmetros utilizados no cálculo, chegamos a uma taxa de desconto nominal de 17,9% a.a.

CÁLCULO DO VALOR OPERACIONAL

Para cálculo do valor operacional da NIKE BRASIL, foi projetado o fluxo de caixa da empresa pelo período de 10 anos (05 anos renováveis por mais 05), conforme descrito no contrato de compra e venda da COMPANHIA. Após esse período, foi somado o valor residual do ativo imobilizado e do capital de giro

após os 10 anos. Esses valores foram trazidos a valor presente e somados ao valor presente do fluxo de caixa projetado dos 10 anos. A taxa de desconto utilizada é a descrita no item anterior.

AJUSTES AO VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA

Foi somado ao valor presente líquido dos fluxos de caixa projetados o saldo de caixa na data-base, bem como os saldos de outros ativos e passivos não inseridos nas projeções.

CAIXA LÍQUIDO (R\$ mil)	
Caixa (+)	200.342
TOTAL	200.342

ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS (R\$ mil)	
Despesas antecipadas (+)	33.926
Depósitos judiciais (+)	2.911
Non-NOL	569.383
TOTAL	606.220

VALOR FINAL ENCONTRADO

Com base nos estudos realizados pela APSIS na data-base de 30 de novembro de 2020, concluímos o seguinte valor econômico para a NIKE BRASIL:

Taxa de retorno esperado	16,9%	17,9%	18,9%
VALOR ECONÔMICO DA NIKE BRASIL			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	681.792	652.197	624.404
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	231.431	212.527	195.308
VALOR OPERACIONAL DA NIKE BRASIL (R\$ mil)	913.223	864.724	819.712
CAIXA LÍQUIDO	200.342	200.342	200.342
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	606.220	606.220	606.220
VALOR ECONÔMICO DA NIKE BRASIL (R\$ mil)	1.719.785	1.671.286	1.626.273

DADOS DA NIKE BRASIL (R\$ mil)	DEZ 2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	jan a nov 2030
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	137.074	1.882.940	1.923.820	1.928.646	2.122.738	2.410.846	2.657.190	2.933.371	3.180.357	3.453.692	3.443.513
<i>Crescimento (%)</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	2,2%	0,3%	10,1%	13,6%	10,2%	10,4%	8,4%	8,6%	-0,3%
Atacado		1.179.436	1.114.860	1.055.541	1.078.150	1.129.665	1.172.211	1.216.360	1.262.171	1.309.708	1.245.782
e-Commerce		307.142	410.674	468.110	600.798	779.436	925.483	1.098.896	1.248.071	1.417.496	1.475.761
Nike Factory Stores		396.362	398.286	404.996	443.791	501.744	559.495	618.116	670.115	726.488	721.970
CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA (CMV)	(107.067)	(1.412.205)	(1.346.674)	(1.272.907)	(1.358.553)	(1.518.833)	(1.647.458)	(1.789.357)	(1.924.116)	(2.072.215)	(2.048.890)
<i>(% ROL)</i>	<i>-78,1%</i>	<i>-75,0%</i>	<i>-70,0%</i>	<i>-66,0%</i>	<i>-64,0%</i>	<i>-63,0%</i>	<i>-62,0%</i>	<i>-61,0%</i>	<i>-60,5%</i>	<i>-60,0%</i>	<i>-59,5%</i>
SG&A - DESPESAS OPERACIONAIS	(42.244)	(515.931)	(520.733)	(514.996)	(551.213)	(603.316)	(657.230)	(713.228)	(767.066)	(823.424)	(827.249)
<i>(% ROL)</i>	<i>-30,8%</i>	<i>-27,4%</i>	<i>-27,1%</i>	<i>-26,7%</i>	<i>-26,0%</i>	<i>-25,0%</i>	<i>-24,7%</i>	<i>-24,3%</i>	<i>-24,1%</i>	<i>-23,8%</i>	<i>-24,0%</i>
Despesas com Pessoal	(14.018)	(132.659)	(136.970)	(141.422)	(146.018)	(150.763)	(155.663)	(160.722)	(165.946)	(171.339)	(162.165)
Despesas Administrativas	(16.991)	(176.874)	(192.800)	(185.676)	(201.906)	(226.412)	(252.946)	(278.563)	(304.503)	(330.187)	(332.042)
Despesas logísticas		(106.403)	(88.796)	(85.475)	(90.559)	(98.111)	(107.508)	(118.162)	(127.721)	(138.486)	(150.170)
Marketing e vendas	(11.235)	(99.996)	(102.167)	(102.423)	(112.730)	(128.031)	(141.113)	(155.780)	(168.897)	(183.412)	(182.872)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CAPITAL DE GIRO DA NIKE BRASIL (R\$ mil)	DEZ 2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	jan a nov 2030
ATIVO CIRCULANTE	1.133.195	1.150.656	963.223	810.581	877.183	987.737	1.079.294	1.181.129	1.274.970	1.378.458	1.492.717
Contas a receber	647.530	626.175	480.955	354.309	389.966	442.893	488.149	538.886	584.259	634.473	690.113
Estoques	479.372	517.278	474.909	448.894	479.098	535.621	580.981	631.022	678.545	730.773	788.234
Outros ativos	6.292	7.203	7.359	7.378	8.120	9.222	10.165	11.221	12.166	13.212	14.370
PASSIVO CIRCULANTE	310.922	387.532	343.835	300.694	320.926	358.789	389.173	422.694	454.527	489.512	528.003
Fornecedores	147.952	235.367	224.446	212.151	226.425	253.139	274.576	298.226	320.686	345.369	372.526
Demais contas a pagar	162.970	152.165	119.389	88.543	94.501	105.650	114.597	124.467	133.841	144.143	155.477
CAPITAL DE GIRO	822.273	763.123	619.388	509.887	556.257	628.948	690.121	758.436	820.443	888.946	964.714
VARIAÇÃO CAPITAL DE GIRO	-	(59.149)	(143.736)	(109.501)	46.370	72.691	61.173	68.314	62.008	68.502	75.768

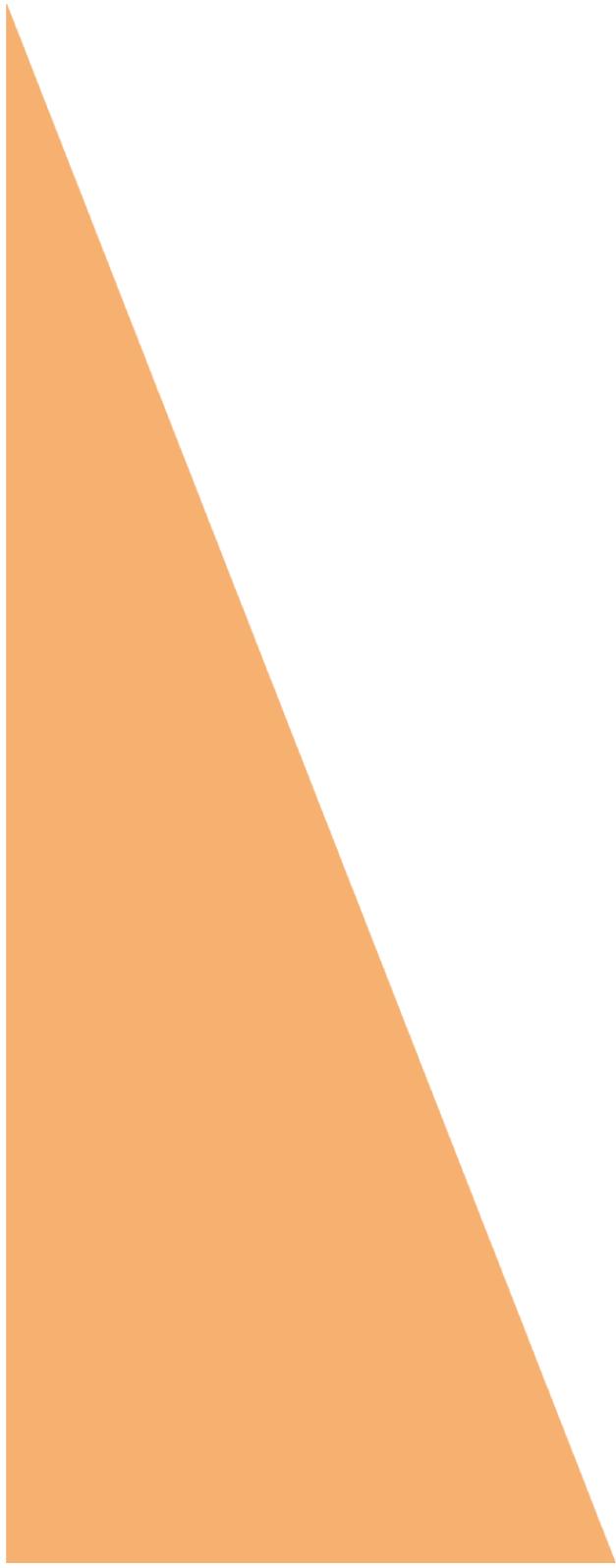
IMOBILIZADO DA NIKE BRASIL (R\$ mil)	DATA-BASE 30/11/2020	DEZ 2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	jan a nov 2030
INVESTIMENTO TOTAL (MANUTENÇÃO + EXPANSÃO)	-	2.648	31.799	36.255	24.109	20.004	25.335	30.815	37.601	43.071	44.713	47.424
DEPRECIÇÃO INVESTIMENTO	-	18	2.989	8.472	13.336	16.890	20.543	25.067	28.714	29.809	31.616	32.403
IMOBILIZADO CUSTO (ORIGINAL)	131.441	131.441	131.441	131.441	131.441	131.441	131.441	131.441	131.441	131.441	131.441	131.441
VALOR RESIDUAL	30.547	28.782	7.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEPRECIÇÃO IMOBILIZADO ORIGINAL	-	1.765	21.181	7.600	-	-	-	-	-	-	-	-
DEPRECIÇÃO TOTAL	19.416	1.783	24.170	16.072	13.336	16.890	20.543	25.067	28.714	29.809	31.616	32.403

DEPRECIÇÃO DOS NOVOS IMOBILIZADOS	30/11/2020	DEZ 2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	jan a nov 2030
DEZ 2020		18	427	427	427	427	427	427	70	-	-	-
2021		-	2.562	5.124	5.124	5.124	5.124	5.124	3.615	-	-	-
2022		-	-	2.921	5.842	5.842	5.842	5.842	5.842	4.122	-	-
2023		-	-	-	1.943	3.885	3.885	3.885	3.885	3.885	2.741	-
2024		-	-	-	-	1.612	3.224	3.224	3.224	3.224	3.224	2.085
2025		-	-	-	-	-	2.041	4.083	4.083	4.083	4.083	3.742
2026		-	-	-	-	-	-	2.483	4.966	4.966	4.966	4.552
2027		-	-	-	-	-	-	-	3.030	6.059	6.059	5.554
2028		-	-	-	-	-	-	-	-	3.470	6.941	6.362
2029		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.603	6.605
jan a nov 2030		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.503

FLUXO DA NIKE BRASIL (R\$ mil)	DEZ 2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	jan a nov 2030	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	137.074	1.882.940	1.923.820	1.928.646	2.122.738	2.410.846	2.657.190	2.933.371	3.180.357	3.453.692	3.443.513	
Atacado		1.179.436	1.114.860	1.055.541	1.078.150	1.129.665	1.172.211	1.216.360	1.262.171	1.309.708	1.245.782	
e-Commerce		307.142	410.674	468.110	600.798	779.436	925.483	1.098.896	1.248.071	1.417.496	1.475.761	
Nike Factory Stores		396.362	398.286	404.996	443.791	501.744	559.495	618.116	670.115	726.488	721.970	
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS (-)	(107.067)	(1.412.205)	(1.346.674)	(1.272.907)	(1.358.553)	(1.518.833)	(1.647.458)	(1.789.357)	(1.924.116)	(2.072.215)	(2.048.890)	
LUCRO BRUTO (=)	30.007	470.735	577.146	655.740	764.186	892.013	1.009.732	1.144.015	1.256.241	1.381.477	1.394.623	
<i>margem bruta (LB/ROL)</i>	21,9%	25,0%	30,0%	34,0%	36,0%	37,0%	38,0%	39,0%	39,5%	40,0%	40,5%	
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (-)	(42.244)	(515.931)	(520.733)	(514.996)	(551.213)	(603.316)	(657.230)	(713.228)	(767.066)	(823.424)	(827.249)	
LAJIDA/EBITDA (=)	(12.236)	(45.196)	56.413	140.744	212.973	288.697	352.502	430.787	489.175	558.052	567.374	
<i>margem Ebitda (Ebitda/ROL)</i>	-8,9%	-2,4%	2,9%	7,3%	10,0%	12,0%	13,3%	14,7%	15,4%	16,2%	16,5%	
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO (-)	(1.783)	(24.170)	(16.072)	(13.336)	(16.890)	(20.543)	(25.067)	(28.714)	(29.809)	(31.616)	(32.403)	
LAIR/EBIT (=)	(14.019)	(69.366)	40.340	127.408	196.083	268.153	327.435	402.073	459.366	526.437	534.971	
IMPOSTO DE RENDA/CONTRIB. SOCIAL (-)	-	-	(9.577)	(30.299)	(46.644)	(63.796)	(81.663)	(136.681)	(156.161)	(178.965)	(181.866)	
<i>Taxa de IRCS Efetiva (IRCS/EBIT)</i>	0,0%	0,0%	-23,7%	-23,8%	-23,8%	-23,8%	-24,9%	-34,0%	-34,0%	-34,0%	-34,0%	
LUCRO LÍQUIDO (=)	(14.019)	(69.366)	30.763	97.109	149.439	204.357	245.772	265.392	303.206	347.472	353.105	
<i>margem líquida (LL/ROL)</i>	-10,2%	-3,7%	1,6%	5,0%	7,0%	8,5%	9,2%	9,0%	9,5%	10,1%	10,3%	
FLUXO DE CAIXA LIVRE (R\$ mil)												
ENTRADAS	(12.236)	(45.196)	46.836	110.445	166.329	224.900	270.839	294.106	333.014	379.088	385.508	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (+)	(14.019)	(69.366)	30.763	97.109	149.439	204.357	245.772	265.392	303.206	347.472	353.105	
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO (+)	1.783	24.170	16.072	13.336	16.890	20.543	25.067	28.714	29.809	31.616	32.403	
SAÍDAS	(2.648)	(31.799)	(36.255)	(24.109)	(20.004)	(25.335)	(30.815)	(37.601)	(43.071)	(44.713)	(47.424)	
INVESTIMENTOS IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS (-)	(2.648)	(31.799)	(36.255)	(24.109)	(20.004)	(25.335)	(30.815)	(37.601)	(43.071)	(44.713)	(47.424)	
SALDO SIMPLES	(14.884)	(76.995)	10.581	86.336	146.325	199.565	240.024	256.505	289.943	334.375	338.084	
VARIAÇÃO CAPITAL DE GIRO (-)	-	59.149	143.736	109.501	(46.370)	(72.691)	(61.173)	(68.314)	(62.008)	(68.502)	(75.768)	
SALDO DO PERÍODO	(14.884)	(17.846)	154.316	195.837	99.955	126.874	178.851	188.191	227.935	265.873	262.316	
Recuperação da Física pela Nike Internacional (Capital de Giro + Imobilizado)											1.098.630	
<i>Período Parcial</i>	0,08	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,92	
<i>Mid-Year Convention</i>	0,04	0,58	1,58	2,58	3,58	4,58	5,58	6,58	7,58	8,58	9,50	
<i>Fator de Desconto @ 17,9%</i>	17,9%	0,99	0,91	0,77	0,65	0,56	0,47	0,40	0,34	0,29	0,24	
Fluxo de Caixa Descontado	652.197	(14.783)	(16.215)	118.974	128.112	55.483	59.756	71.475	63.815	65.583	64.909	55.088
<i>Taxa inteira</i>	0,08	1,08	2,08	3,08	4,08	5,08	6,08	7,08	8,08	9,08	10,00	
Recuperação da Física pela Nike Inc.	212.527										212.527	
VALOR OPERACIONAL (R\$ mil)	864.724											

ESTRUTURA DE CAPITAL	
EQUITY / PRÓPRIO	100%
DEBT / TERCEIROS	0%
EQUITY + DEBT	100%
INFLAÇÃO AMERICANA PROJETADA	2,0%
INFLAÇÃO BRASILEIRA PROJETADA	3,3%
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	
TAXA LIVRE DE RISCO (Rf)	2,0%
BETA d	1,08
BETA r	1,08
PRÊMIO DE RISCO (Rm - Rf)	6,2%
PRÊMIO DE TAMANHO (Rs)	5,0%
RISCO-BRASIL	2,8%
Re Nominal em US\$ (=)	16,4%
Re Nominal em R\$ (=)	17,9%

Taxa de retorno esperado	16,9%	17,9%	18,9%
VALOR ECONÔMICO DA NIKE BRASIL			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	681.792	652.197	624.404
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	231.431	212.527	195.308
VALOR OPERACIONAL DA NIKE BRASIL (R\$ mil)	913.223	864.724	819.712
CAIXA LÍQUIDO	200.342	200.342	200.342
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	606.220	606.220	606.220
VALOR ECONÔMICO DA NIKE BRASIL (R\$ mil)	1.719.785	1.671.286	1.626.273

A large orange triangle graphic on the left side of the page, pointing downwards.

ANEXO 2

ESTOQUE

DESCRIÇÃO

Na data-base, NIKE BRASIL contava com um estoque registrado de R\$ 479 milhões, composto por produtos destinados à venda. Esse valor já é ajustado por provisões de obsolescência encontradas na *due diligence*.

Fez parte do escopo deste trabalho o teste da consistência dos saldos contábeis de estoque por meio da validação de metodologia de controle de estoque, com validações amostrais e testes estatísticos. O trabalho contemplou os seguintes pontos:

- As avaliações foram realizadas com base em informações e controles previamente disponibilizados e aplicados para cada item do estoque.
- Houve entendimento do processo de controle de estoque, inclusive com a metodologia aplicada aos inventários periódicos.
- Foi feita a validação do estado atual do estoque (via amostras de lojas selecionadas), objetivando a avaliação do controle existente.
- No período entre 23 de dezembro de 2020 a 18 de janeiro de 2021, foi realizada a contagem física de todos os materiais acabados da marca nos centros de distribuição da COMPANHIA em Louveira (SP) e Embu das Artes (SP) e em duas lojas em Osasco (SP) e no centro de São Paulo (SP). Foi verificada a perfeita compatibilização entre os registros contábeis.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos produtos acabados deve considerar o preço de venda do produto deduzido de todas as despesas relacionadas ao seu escoamento (como despesas de vendas, comissões, custos de transporte e embalagem).

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Detalhamos abaixo as premissas utilizadas na avaliação do estoque da NIKE BRASIL na data-base deste Relatório.

- O valor líquido de venda de impostos dos produtos acabados foi estimado aplicando-se a margem bruta da COMPANHIA aos seus respectivos valores contábeis.
- Os custos de escoamento aplicados na avaliação dos produtos acabados foram baseados nos custos de frete. Os custos de venda foram estimados em 1,4%.
- Foram deduzidas as despesas com vendas (como salários e comissões de venda), bem como as despesas de *marketing*.
- Para os cálculos do custo de estocagem (que é relacionado ao tempo de venda do estoque e o recebimento do dinheiro), foram considerados os números de dias de giro do estoque e das contas a receber multiplicados pelo retorno do capital de giro.

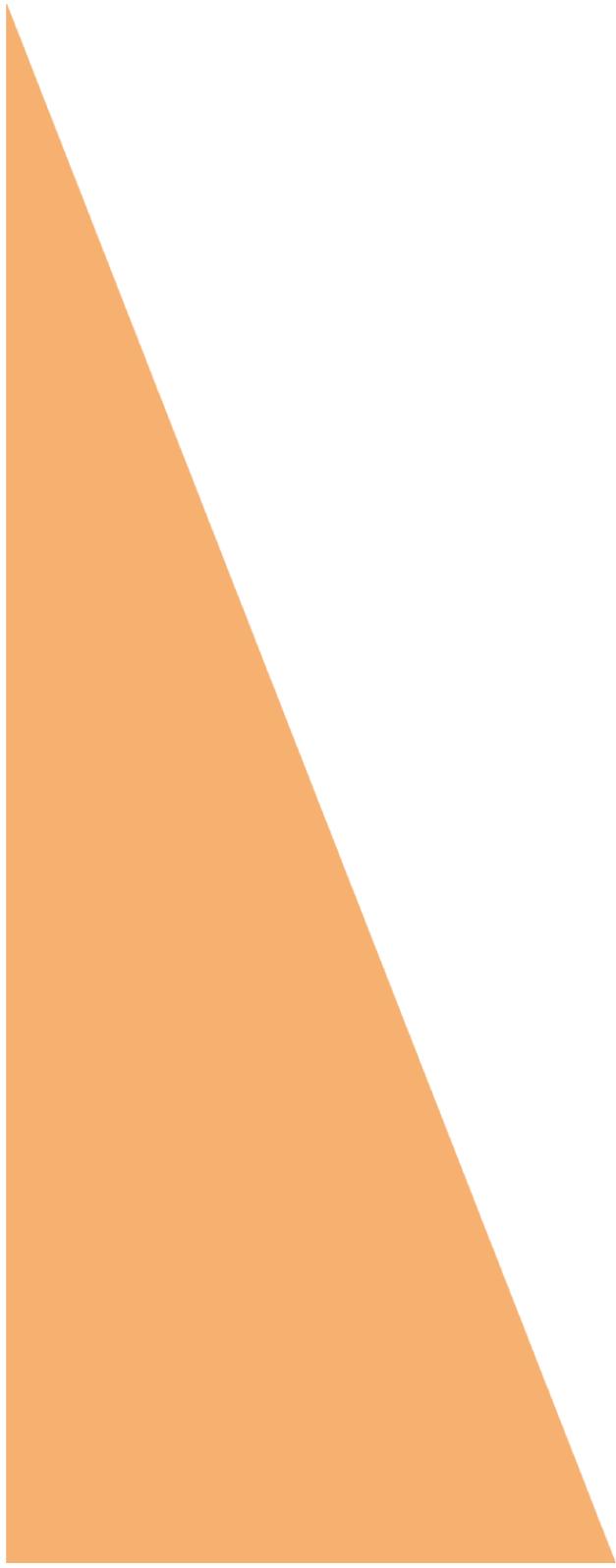
CONCLUSÃO

Com base nas análises descritas anteriormente e nos cálculos demonstrados no Anexo 2B, concluímos um valor justo de R\$ 486.403 mil para o estoque.

Valores em R\$ mil

ESTOQUE	VALOR CONTÁBIL	VALOR JUSTO	MAIS-VALIA	% DA MAIS-VALIA
Produtos acabados	479.372	486.403	7.031	1,5%
TOTAL	479.372	486.403	7.031	1,5%

AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS ACABADOS DO ESTOQUE (R\$ mil)	
PREMISSAS	
Margem Bruta	21,9%
Custo de Escoamento (% da Receita)	1,4%
Período de Estoque (meses)	4,48
Custo de Capital	17,9%
Despesa com marketing	8,20%
Valor Contábil Ajustado (após o due diligence)	479.372
Preço de Venda Estimado	613.724
= Custo Total / (1 - Margem Bruta)	
(-) Custo de Escoamento	8.517
= Vendas x % Custos de Escoamento	
(-) Despesas com Vendas	33.788
Salário dos vendedores e comissão de vendas	
(-) Despesas de Marketing	50.303
VALOR REALIZÁVEL BRUTO	521.117
(-) Custo de Estocagem	34.714
= Valor Bruto x (Período de Estocagem / 12 meses) x Custo de Capital	
VALOR REALIZÁVEL LÍQUIDO	486.403
Mais-valia antes do Custo de Estocagem	7.031
Mais-valia %	1,5%

A large orange triangle graphic on the left side of the page, pointing downwards.

ANEXO 3

CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO

Na data-base do Laudo, a administração da COMPANHIA disponibilizou o levantamento de passivos contingentes (de naturezas tributária e trabalhista) cuja probabilidade de materialização foi julgada como possível pelos advogados.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As contingências foram classificadas pelos advogados como de probabilidades de materialização prováveis, possíveis e remotas. Além disso, está previsto no contrato de aquisição que, para determinadas contingências, os VENDEDORES se obrigam a restituir o GRUPO SBF.

A avaliação considerou então que:

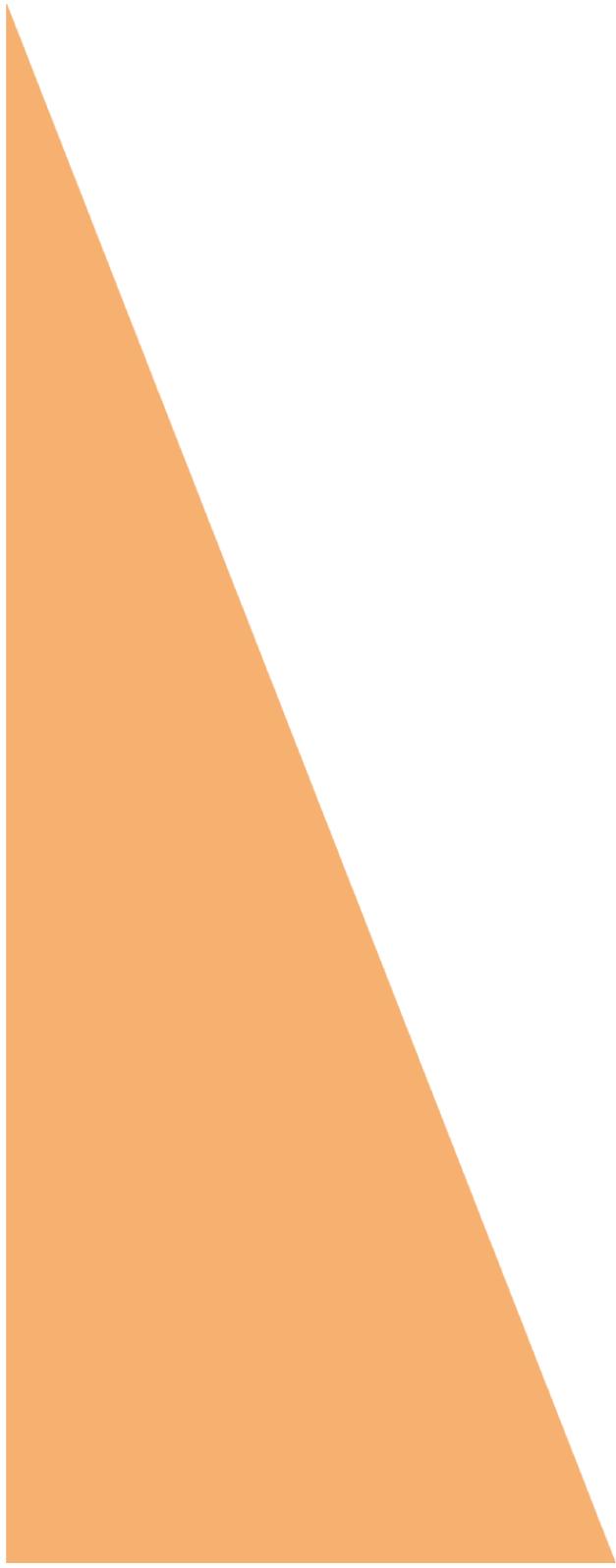
- As contingências prováveis já estavam adequadamente refletidas nas demonstrações contábeis, não cabendo qualquer tipo de efeito adicional para fins deste trabalho, conforme informado pela administração da COMPANHIA.
- Para as contingências passivas consideradas possíveis e das quais o GRUPO SBF não tenha restituição do valor contratual, foi considerado 50% de seu valor total.
- As contingências classificadas como remotas não foram consideradas para fins da alocação do preço de aquisição.

Apresentamos a seguir a tabela-resumo:

PERDA POSSÍVEL	VALOR TOTAL (R\$)	PARCELA NÃO RESTITUÍVEL (R\$)	PROBABILIDADE	AJUSTE NO PPA (R\$)
Trabalhista	7.838	3.799	50%	1.899
Tributária	N/I	51.912	50%	25.956
SUBTOTAL	7.838	55.710		27.855

CONCLUSÃO

Com base nas análises realizadas, foi considerado um passivo relacionado às contingências no montante de R\$ 27.855 mil.

A large orange triangle graphic on the left side of the page, pointing downwards.

ANEXO 4

Glossário

A

Abordagem da renda

Método de avaliação pela conversão a valor presente de benefícios econômicos esperados.

Abordagem de ativos

Método de avaliação de empresas onde todos os ativos e passivos (incluindo os não contabilizados) têm seus valores ajustados aos de mercado. Também conhecido como patrimônio líquido a mercado.

Abordagem de mercado

Método de avaliação no qual são adotados múltiplos comparativos derivados de preço de vendas de ativos similares.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (fundo de comércio ou goodwill)

Benefícios econômicos futuros decorrentes de ativos não passíveis de serem individualmente identificados nem separadamente reconhecidos.

Amortização

Alocação sistemática do valor amortizável de ativo ao longo de sua vida útil.

Arrendamento mercantil financeiro

O que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios vinculados à posse do ativo, o qual pode ou não ser futuramente transferido. O arrendamento que não for financeiro é operacional.

Arrendamento mercantil operacional

O que não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo. O arrendamento que não for operacional é financeiro.

Ativo

Recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados dos quais se esperam benefícios econômicos futuros para a entidade.

Ativo imobilizado

Ativos tangíveis disponibilizados para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, na locação por outros, investimento, ou fins administrativos, esperando-se que sejam usados por mais de um período contábil.

Ativo intangível

Ativo identificável não monetário sem substância física. Tal ativo é identificável quando: a) for separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou

trocado, tanto individualmente quanto junto com contrato, ativo ou passivo relacionados; b) resulta de direitos contratuais ou outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Ativos não operacionais

Aqueles não ligados diretamente às atividades de operação da empresa (podem ou não gerar receitas) e que podem ser alienados sem prejuízo do seu funcionamento.

Ativos operacionais

Bens fundamentais ao funcionamento da empresa.

Ativo tangível

Ativo de existência física como terreno, construção, máquina, equipamento, móvel e utensílio.

Avaliação

Ato ou processo de determinar o valor de um ativo.

B

Bem

Coisa que tem valor, suscetível de utilização ou que pode ser objeto de direito, que integra um patrimônio.

Beta

Medida de risco sistemático de uma ação; tendência do preço de determinada ação a estar correlacionado com mudanças em determinado índice.

Beta alavancado

Valor de beta refletindo o endividamento na estrutura de capital.

C

Capex (Capital Expenditure)

Investimento em ativo permanente.

Capm (Capital Asset Pricing Model)

Modelo no qual o custo de capital para qualquer ação ou lote de ações equivale à taxa livre de risco acrescida de prêmio de risco proporcionado pelo risco sistemático da ação ou lote de ações em estudo. Geralmente utilizado para calcular o custo de capital próprio ou custo de capital do acionista.

Combinação de negócios

União de entidades ou negócios separados produzindo demonstrações contábeis

de uma única entidade que reporta. Operação ou outro evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independente da forma jurídica da operação.

Controlada

Entidade, incluindo aquela sem personalidade jurídica, tal como uma associação, controlada por outra entidade (conhecida como controladora).

Controladora

Entidade que possui uma ou mais controladas.

Controle

Poder de direcionar a gestão estratégica política e administrativa de uma empresa.

CPC

Comitê de pronunciamentos contábeis.

CFC

Conselho federal de contabilidade

Custo

Total dos gastos diretos e indiretos necessários à produção, manutenção ou aquisição de um bem em uma determinada data e situação.

Custo de capital

Taxa de retorno esperado requerida pelo mercado como atrativa de fundos para determinado investimento.

Custo de reedição

Custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra.

Custo de reprodução

Gasto necessário para reproduzir um bem, sem considerar eventual depreciação.

Custo de substituição

Custo de reedição de um bem, com a mesma função e características assemelhadas ao avaliando.

Custo direto de produção

Gastos com insumos, inclusive mão de obra, na produção de um bem.

Custo indireto de produção

Despesas administrativas e financeiras, benefícios e demais ônus e encargos necessários à produção de um bem.

CVM

Comissão de valores mobiliários.

D

Data-base

Data específica (dia, mês e ano) de aplicação do valor da avaliação.

Data de emissão

Data de encerramento do laudo de avaliação, quando as conclusões da avaliação são transmitidas ao cliente.

Dcf (discounted cash flow)

Fluxo de caixa descontado.

D&A

Depreciação e amortização.

Depreciação

Alocação sistemática do valor depreciável de ativo durante a sua vida útil.

Dívida líquida

Caixa e equivalentes, posição líquida em derivativos, dívidas financeiras de curto e longo prazo, dividendos a receber e a pagar, recebíveis e contas a pagar relacionadas a debêntures, déficits de curto e longo prazo com fundos de pensão, provisões, outros créditos e obrigações com pessoas vinculadas, incluindo bônus de subscrição.

Documentação de suporte

Documentação levantada e fornecida pelo cliente na qual estão baseadas as premissas do laudo.

E

Ebit (Earnings Before Interests and Taxes)

Lucro antes de juros e impostos.

Ebitda (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization)

Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Empresa

Entidade comercial, industrial, prestadora de serviços ou de investimento detentora de atividade econômica.

Enterprise value

Valor econômico da empresa.

Equity value

Valor econômico do patrimônio líquido.

Estado de conservação

Situação física de um bem em decorrência de sua manutenção.

Estrutura de capital

Composição do capital investido de uma empresa entre capital próprio (patrimônio) e capital de terceiros (endividamento).

F

FCFF (Free Cash Flow to Firm)

Fluxo de caixa livre para a firma, ou fluxo de caixa livre desalavancado.

Fluxo de caixa

Caixa gerado por um ativo, grupo de ativos ou empresa durante determinado período de tempo. Geralmente o termo é complementado por uma qualificação referente ao contexto (operacional, não operacional etc.).

Fluxo de caixa do capital investido

Fluxo gerado pela empresa a ser revertido aos financiadores (juros e amortizações) e acionistas (dividendos) depois de considerados custo e despesas operacionais e investimentos de capital.

G

Goodwill

Ver ágio por expectativa de rentabilidade futura

I

IAS (International Accounting Standard)

Normas internacionais de contabilidade.

IASB (International Accounting Standards Board)

Junta internacional de normas contábeis.

IFRS (International Financial Reporting Standard)

Normas internacionais de relatórios financeiros, conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo iasb.

Imóvel

Bem constituído de terreno e eventuais benfeitorias a ele incorporadas. Pode ser classificado como urbano ou rural, em função da sua localização, uso ou vocação.

Impairment

Ver perdas por desvalorização

L

Liquidez

Capacidade de rápida conversão de determinado ativo em dinheiro ou em pagamento de determinada dívida.

M

Metodologia de avaliação

Uma ou mais abordagens utilizadas na elaboração de cálculos avaliatórios para a indicação de valor de um ativo.

Múltiplo

Valor de mercado de uma empresa, ação ou capital investido, dividido por uma medida da empresa (ebitda, receita, volume de clientes etc.).

N

Normas Internacionais de Contabilidade

Normas e interpretações adotadas pela IASB. Elas englobam: Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS); Normas Internacionais de Contabilidade (IAS); e interpretações desenvolvidas pelo Comitê de Interpretações das Normas

Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRIC) ou pelo antigo Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

P

Passivo

Obrigação presente que resulta de acontecimentos passados, em que se espera que a liquidação desta resulte em afluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios econômicos.

Patrimônio líquido a mercado

Ver abordagem de ativos.

Perdas por desvalorização (impairment)

Valor contábil do ativo que excede, no caso de estoques, seu preço de venda menos o custo para completá-lo e despesa de vendê-lo; ou, no caso de outros ativos, seu valor justo menos a despesa para a venda.

Perícia

Atividade técnica realizada por profissional com qualificação específica para averiguar e esclarecer fatos, verificar o estado de um bem, apurar as causas que motivaram determinado evento, avaliar bens, seus custos, frutos ou direitos

Preço

Quantia pela qual se efetua uma transação envolvendo um bem, um fruto ou um direito sobre ele.

Prêmio de controle

Valor ou percentual de um valor pró-rata de lote de ações controladoras sobre o valor pró-rata de ações sem controle, que refletem o poder do controle.

Propriedade para investimento

Imóvel (terreno, construção ou parte de construção, ou ambos) mantido pelo proprietário ou arrendatário sob arrendamento, tanto para receber pagamento de aluguel quanto para valorização de capital, ou ambos, que não seja para: uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, como também para fins administrativos.

T

Taxa de desconto

Qualquer divisor usado para a conversão de um fluxo de benefícios econômicos futuros em valor presente.

Taxa interna de retorno

Taxa de desconto onde o valor presente do fluxo de caixa futuro é equivalente ao custo do investimento.

U

Unidade geradora de caixa

Menor grupo de ativos identificáveis gerador de entradas de caixa que são, em grande parte, independentes de entradas geradas por outros ativos ou grupos de ativos.

V

Valor contábil

Valor em que um ativo ou passivo é reconhecido no balanço patrimonial.

Valor de investimento

Valor para um investidor em particular, baseado em interesses particulares no bem em análise. No caso de avaliação de negócios, este valor pode ser analisado por diferentes situações, tais como sinergia com demais empresas de um investidor, percepções de risco, desempenhos futuros e planejamentos tributários.

Valor depreciável

Custo do ativo, ou outra quantia substituta do custo (nas demonstrações contábeis), menos o seu valor residual.

Valor em uso

Valor de um bem em condições de operação no estado atual, como uma parte integrante útil de uma indústria, incluídas, quando pertinentes, as despesas de projeto, embalagem, impostos, fretes e montagem.

Valor (justo) de mercado

Valor pelo qual um ativo pode ser trocado de propriedade entre um potencial vendedor e um potencial comprador, quando ambas as partes têm conhecimento razoável dos fatos relevantes e nenhuma está sob pressão de fazê-lo.

Valor presente

Estimativa do valor presente descontado de fluxos de caixa líquidos no curso normal dos negócios.

Valor recuperável

Valor justo mais alto de ativo (ou unidade geradora de caixa) menos as despesas de venda comparado com seu valor em uso.

Valor residual

Valor do bem novo ou usado projetado para uma data, limitada àquela em que o mesmo se torna sucata, considerando estar em operação durante o período.

Valor residual de ativo

Valor estimado que a entidade obterá no presente com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas desta, se o ativo já estivesse com a idade e condição esperadas no fim de sua vida útil. Vida remanescente vida útil que resta a um bem.

Vida útil econômica

Período no qual se espera que um ativo esteja disponível para uso, ou o número de unidades de produção ou similares que se espera obter do ativo pela entidade.

W

WACC (Weighted Average Cost of Capital)

Modelo no qual o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros).

Weighted Average Return on Assets (WARA)

Taxa média ponderada de retorno esperado para os ativos e passivos que compõem a companhia objeto de análise, incluindo o goodwill

Anexo V

RELATÓRIO DE ORIGEM E JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES DO ESTATUTO SOCIAL PROPOSTAS

A Administração da Companhia coloca à disposição dos acionistas da Companhia o presente Relatório de Origem e Justificativa relativo à proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia para deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2021, em conformidade com o art. 11, II da Instrução CVM nº 481.

a. A alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia

Conforme apresentado no item 2.6.1 desta Proposta, a alteração proposta pela Administração visa atualizar o capital social da Companhia, refletindo no mesmo os aumentos de capital que foram aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado da Companhia. A Administração não vislumbra efeitos jurídicos ou econômicos relevantes decorrentes desta alteração.

a. A alteração do art. 2º do Estatuto Social da Companhia

Conforme apresentado no item 2.6.2 desta Proposta, a alteração proposta pela Administração visa alterar o endereço da sede da Companhia, por razões administrativas, para o endereço localizado na Avenida Doutora Ruth Cardoso, Edifício Birmann, nº 7.221, andares 1º, 2º e 3º, Pinheiros, CEP 05425-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração não vislumbra efeitos jurídicos ou econômicos relevantes decorrentes desta alteração.

b. A alteração do art. 3º do Estatuto Social da Companhia

Conforme apresentado no item 2.6.3 desta Proposta, a alteração proposta pela Administração visa ressaltar que, dentre as sociedades que a Companhia poderá investir ou participar, enquanto sócia ou acionista, estão aquelas cujos objetos sociais sejam ligados ao ambiente de esportes, de lazer ou de natureza similar, com o propósito de desenvolver as atividades atualmente listadas no art. 3º do Estatuto Social. A Administração não vislumbra efeitos jurídicos ou econômicos relevantes decorrentes desta alteração.

A Companhia esclarece que a inclusão no objeto social não enseja o direito de retirada previsto no artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que não representa modificação substancial do objeto social, mas, tão somente, acréscimo de atividades complementares ou integradas às já desenvolvidas pela Companhia.

c. Excluir o "Capítulo X - Disposições Finais" do Estatuto Social da Companhia

Conforme apresentado no item 2.6.4 desta Proposta, a alteração proposta pela Administração visa excluir o "Capítulo X - Disposições Finais" do Estatuto Social da Companhia, que este passou a ser inaplicável, tendo em vista que todas as disposições nele contidas já possuem eficácia. A Administração não vislumbra efeitos jurídicos ou econômicos relevantes decorrentes desta alteração.

Anexo VI

**REDAÇÃO CONSOLIDADA DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, CASO
APROVADA A ALTERAÇÃO PROPOSTA NO ITEM 2.6 DESTA PROPOSTA**

GRUPO SBF S.A.

CNPJ/MF nº 13.217.485/0001-11

NIRE nº 35.300.390.458

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – O **Grupo SBF S.A.** (“Companhia”) é uma sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado” e “B3”, respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”).

Parágrafo Segundo – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto Social, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo Terceiro – A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela B3.

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Doutora Ruth Cardoso, Edifício Birman, nº 7.221, andares 1º, 2º e 3º, Pinheiros, CEP 05425-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria abrir, encerrar ou alterar o endereço de filiais, depósitos, agências ou representação, no país ou no exterior.

Artigo 3º – A Companhia tem por objeto a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades que realizam as seguintes atividades: (i) o comércio varejista e atacadista de bandeiras, bandeirolas, estandartes, flâmulas de tecidos, produtos esportivos, de lazer e relacionados através de televendas, pela Internet e sem restrição a outros meios; (ii) o comércio de produtos alimentícios industrializados, bem como de suplementos alimentares através de televendas, pela Internet e sem restrição a outros meios; (iii) o comércio varejista de



cosméticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal; (iv) a armazenagem de calçados, vestuário, artigos esportivos e produtos relacionados; (v) a prestação de serviços na reparação de objetos pessoais para a prática de esportes; (v) a confecção de artigos esportivos e/ou de vestuário masculino, feminino e infantil (blusas, camisas, calças, meias, tocas, casacos, etc.), feitos com qualquer material (tecidos planos, tecidos de malha, couro, etc.); (vii) a intermediação e negociação, com estipulante, na venda de seguros massificados no varejo; (viii) o comércio de artigos de relojaría, joalheira e bijuteria; (ix) a intermediação de operações de captura de cartão de crédito; (x) a prestação de serviços para a personalização de vestuários e calçados em geral; (xi) a prestação de serviços de organização logística de cargas por meio do transporte rodoviário, aéreo, ferroviário, marítimo e fluvial, no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual; (xii) a montagem de blusas, camisas, vestidos, calças ou outras peças de vestuário; (xiii) a importação e exportação de produtos esportivos e de lazer em geral; e (xiv) investimentos ou participação em sociedades cujos objetos sejam ligadas ao ambiente de esportes ou de lazer em geral ou de natureza similar, complementar ou integrada às listadas acima..

Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social da Companhia é de R\$1.918.757.829,84, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 241.889.833 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Segundo – Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Terceiro – Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários designada pela Companhia, em nome de seus titulares, podendo ser cobrado dos acionistas o custo de que trata o art. 35, §3º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), observando-se os limites eventualmente fixados na legislação vigente.

Artigo 6º – A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de até 300.000.000 de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.



Parágrafo Primeiro – Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização.

Parágrafo Segundo – Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá, ainda: (i) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

Artigo 7º – A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos arts. 257 a 263 da Lei das Sociedades por Ações, ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

Artigo 8º – A mora do acionista na integralização do capital subscrito importará a cobrança de juros de 1% ao mês, atualização monetária com base no IGP-M, na menor periodicidade legalmente aplicável, e multa de 10% sobre o valor da obrigação, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.

CAPÍTULO III DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 9º – As Assembleias Gerais da Companhia realizar-se-ão ordinariamente dentro dos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, nos termos do art. 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais e a legislação aplicável exigirem.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar as decisões que julgar convenientes à defesa de seus interesses.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.



Parágrafo Terceiro – Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização em prazo maior.

Parágrafo Quarto – A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem o Vice-Presidente indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

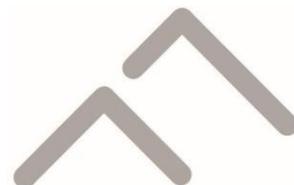
Parágrafo Quinto – Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar, mediante documentação original ou cópia enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral, (a) documento de identidade e (b) comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste parágrafo. Os originais dos documentos referidos neste parágrafo, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo Sexto - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no Parágrafo Quinto, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Artigo 10 – As Assembleias Gerais somente serão instaladas em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações exigir quórum mais elevado, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Artigo 11 – Todas as matérias serão deliberadas por maioria de votos dos acionistas presentes, não sendo computados os votos em branco, exceto as matérias sujeitas a quórum qualificado ou especial por força de Lei, regulamentação e/ou do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro – As atas da Assembleia Geral de acionistas serão lavradas, salvo decisão em contrário do Presidente da Assembleia Geral, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas de acordo com o disposto nos § 1º, § 2º e §3º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações.



Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral de acionistas somente poderá deliberar sobre assuntos previstos na ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 12 – Sem prejuízo das demais matérias previstas em Lei, compete privativamente à Assembleia Geral:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras anuais da Companhia;
- (ii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas;
- (iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iv) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (v) aprovar ou alterar os planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades controladas pela Companhia ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços;
- (vi) deliberar sobre proposta de saída da Companhia do Novo Mercado ou, ainda, sobre o cancelamento do registro de companhia aberta, quando formulada pela própria Companhia; e
- (vii) escolher empresa especializada responsável pela elaboração do respectivo laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta.

Artigo 13 – O acionista que, diretamente ou por meio de seus representantes, violar ou causar violação, do quanto previsto na lei, na regulamentação ou neste Estatuto Social, poderá ter suspensos seus direitos, inclusive o de voto pela Assembleia Geral, nos termos do art. 120 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Primeiro – Os acionistas que representem 5%, no mínimo, do capital social, poderão convocar a Assembleia Geral mencionada neste artigo, quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, a pedido de convocação que apresentarem, com a indicação da obrigação descumprida e a identificação do acionista inadimplente.

Parágrafo Segundo – Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos do acionista ou grupo de acionistas também estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos essenciais de que trata o artigo 109 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro – A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.



Parágrafo Quarto - O acionista ou grupo de acionistas de que trata o Parágrafo Segundo acima estará impedido de proferir votos no âmbito da deliberação que versar sobre a suspensão de seus direitos.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Seção I Normas Gerais

Artigo 14 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser cumulados pela mesma pessoa.

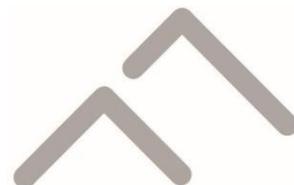
Parágrafo Segundo – O disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo 14 não se aplicará na hipótese de vacância, desde que a cumulação de cargos mencionada no Parágrafo Primeiro acima seja devidamente divulgada na forma da regulamentação aplicável e cesse no prazo de até um ano.

Parágrafo Terceiro – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, observados os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Quarto – Os Administradores da Companhia deverão aderir às Políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo, conforme aplicável.

Parágrafo Quinto – Os administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído.

Parágrafo Sexto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria somente farão jus à participação nos lucros nos exercícios sociais em relação aos quais for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório previsto pelo art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.



Parágrafo Sétimo - O termo de posse de que trata o Parágrafo Terceiro acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do administrador eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 35 deste Estatuto Social.

Seção II
Conselho de Administração

Artigo 15 – O Conselho de Administração será composto por 7 membros efetivos e até 7 suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição, cabendo ao Conselho de Administração designar entre seus membros aqueles que desempenharão as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 ou 20%, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

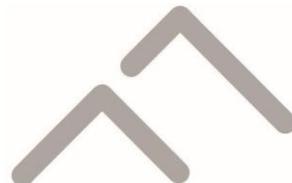
Parágrafo Segundo – Também será considerado como independente o conselheiro eleito mediante as faculdades previstas nos parágrafos 4º e 5º do art. 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro – Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Primeiro acima, o resultado gerar um número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Artigo 16 – Os membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas faltas, impedimento ou vacância, de acordo com os termos estipulados nos parágrafos deste Artigo 16.

Parágrafo Primeiro – No caso de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo – Os conselheiros efetivos serão substituídos, em suas faltas, impedimento ou vacância temporária, pelo membro suplente indicado pelo mesmo acionista que elegeu o membro efetivo impedido, ausente ou vacante temporariamente.



Parágrafo Terceiro - Em caso de vacância permanente do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, por renúncia, morte, ou qualquer outro motivo, a sua substituição será deliberada em Assembleia Geral a ser convocada pelo Conselho de Administração no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o Conselho de Administração tomar ciência da vacância, sendo certo que, nesse caso, o membro suplente indicado pelo acionista que elegeu o membro efetivo vacante deverá assumir o cargo vago, temporariamente, até a data da posse do membro substituto a ser eleito pelos acionistas.

Artigo 17 – As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, ordinariamente, a cada trimestre, podendo, no entanto, ser realizadas sempre que necessário para as atividades sociais.

Parágrafo Primeiro – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente do Conselho ou quaisquer 2 membros do Conselho de Administração em conjunto, por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com pelo menos 5 dias úteis de antecedência. A convocação da reunião deverá apresentar a agenda a ser tratada e decidida, bem como ser acompanhada da documentação disponível que embase de maneira completa tal agenda e permita que os membros do Conselho de Administração possam deliberar sobre as matérias a serem discutidas.

Parágrafo Segundo – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria.

Parágrafo Terceiro – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente ou Vice-Presidente, quando aplicável, e na sua ausência por qualquer dos conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes.

Parágrafo Quarto – Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que:

- (i) nomear qualquer outro conselheiro como seu representante para votar em tal reunião, desde que a respectiva nomeação seja realizada por escrito e entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação;
- (ii) enviar seu voto por escrito ao presidente da reunião antes da sua instalação, via fax, correio eletrônico (*email*), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou
- (iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que envie seu voto por escrito via fax, correio eletrônico (*email*), carta registrada



ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião.

Parágrafo Quinto – Independentemente das formalidades de convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Sexto – Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro, inclusive o Presidente do Conselho de Administração, terá direito a um voto.

Parágrafo Sétimo – Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo terceiro, alínea "iii" deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

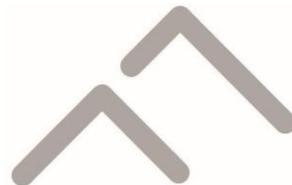
Parágrafo Oitavo – Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 18 – Além das atribuições que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações, compete ao Conselho de Administração:

- (i) convocar as Assembleias Gerais da Companhia;
- (ii) controlar e fiscalizar o desempenho dos Diretores da Companhia e de suas controladas e examinar as contas da respectiva administração sempre que o Conselho de Administração julgar necessário, podendo para tanto examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos, certidões e registros da Companhia e de suas controladas, e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pelas mesmas;
- (iii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas;
- (iv) aprovar e alterar o plano de negócios ou o orçamento anual da Companhia e de suas controladas;
- (v) deliberar sobre a criação dos comitês de assessoramento e a eleição de seus membros;
- (vi) individualizar, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros do Conselho e da Diretoria da Companhia, incluindo as respectivas metas



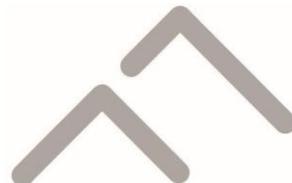
- e remuneração variável para cada exercício social;
- (vii) indicar e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de suas controladas;
 - (viii) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e pagamento de juros sobre o capital próprio;
 - (ix) definir e modificar programas de opção de outorga de compra de ações, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem direito de preferência para os acionistas, na forma prevista neste Estatuto,;
 - (x) manifestar-se previamente sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários pela Companhia e deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, se for o caso;
 - (xi) aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado;
 - (xii) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
 - (xiii) opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
 - (xiv) aprovar a celebração ou rescisão de contratos ou realização de operações envolvendo partes relacionadas, exceto (a) entre a Companhia e sociedades coligadas ou (b) controladas diretas e indiretas da Companhia, no curso normal de seus negócios;
 - (xv) aprovar operações que envolvam ou visam à contratação de derivativos;
 - (xvi) aprovar a outorga ou concessão de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, e/ou constituição de ônus reais nos ativos da Companhia, sempre que (a) estejam fora do curso normal dos negócios da Companhia e/ou em desacordo com suas práticas passadas, ressalvado desde já que se encontra dentro do curso normal dos negócios da Companhia a outorga ou a concessão de garantias (inclusive fiança) pela Companhia ou por suas subsidiárias em contratos de locação celebrados pelas controladas da Companhia, assim como seus respectivos aditivos e/ou renovações; ou (b) não sejam para garantir uma ação judicial ou extrajudicial da Companhia;
 - (xvii) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado alertando que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a aceitação da referida oferta pública de aquisição de ações, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, devendo abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos seus acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia;



- e (c) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado;
- (xviii) deliberar sobre a admissão à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, bem como sobre ofertas de valores mobiliários de sua emissão;
 - (xix) propor e submeter à aprovação da Assembleia Geral a saída da Companhia do Novo Mercado ou, ainda, o cancelamento do registro de companhia aberta;
 - (xx) aprovar e/ou alterar a política de endividamento da Companhia, incluindo o limite máximo de endividamento;
 - (xxi) aquisição, venda, transferência ou qualquer forma de disposição ou oneração de participações societárias pela Companhia, direta ou indiretamente, independentemente do valor envolvido;
 - (xxii) aprovar investimentos da Companhia em valor superior a R\$ 20.000.000,00 num período de 12 meses, desde que não previstos nos orçamentos anuais da Companhia;
 - (xxiii) aquisição ou venda de ativos da Companhia em valor superior a R\$ 10.000.000,00 não previstas nos orçamentos anuais da Companhia, exceto por aquisição ou venda de participações societárias conforme disciplinado no item xxi do presente Artigo;
 - (xxiv) qualquer contratação de endividamento ou qualquer confissão de dívida a ser realizada quando a relação entre a dívida líquida da Companhia e o EBITDA da Companhia apurado nos últimos 4 (quatro) trimestres revisados pelo auditor independente da Companhia já esteja igual ou superior a 3 vezes; exceto se tais novos endividamentos tiverem finalidade exclusiva de substituir endividamentos da Companhia que venceram nos 3 meses imediatamente anteriores ou que vencerão nos 3 meses imediatamente subsequentes (i.e. rolagem);
 - (xxv) contratação de empregados ou colaboradores que envolva remuneração anual total (incluindo remuneração fixa, variável e benefícios) igual ou superior a R\$ 1.000.000,00;
 - (xxvi) alteração, rescisão, ou celebração de contratos (a) envolvendo valores acima de R\$ 20.000.000,00, individualmente ou no agregado ao longo de 12 meses, excetuados os pedidos de compras e de mercadoria para revenda; ou (b) que tenham importância estratégica para a Companhia;
 - (xxvii) aprovação das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e
 - (xxviii) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei, o Regulamento do Novo Mercado ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

Artigo 19 – O Conselho de Administração poderá criar Comitês para o seu assessoramento, designando seus membros e estabelecendo seus regimentos internos, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Seção III



Diretoria

Artigo 20 – A Diretoria Executiva será composta por até 11 (onze) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dos quais um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Relações com Investidores, sendo permitida a cumulação de cargos. Se aplicável, os demais Diretores terão as designações a eles conferidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo Segundo – Em caso de vacância de cargo de Diretor, definitiva ou temporária, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em ambas as hipóteses, o prazo de sua gestão, que não ultrapassará o do substituído.

Artigo 21 – Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – Compete ainda à Diretoria:

- (i) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;
- (ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;
- (iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- (iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;
- (v) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no País ou no exterior; e
- (vi) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto neste Estatuto Social e na regulamentação em vigor.



Parágrafo Segundo – Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, competindo-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições:

- (i) supervisionar e fazer cumprir o respeito pela missão, visão e pelos valores da Companhia por todos os membros da administração;
- (ii) definir o representante da Companhia em relação a qualquer assunto relevante ou estratégico que, de alguma forma, afete a reputação ou a imagem da Companhia ou de suas subsidiárias, buscando sempre o melhor interesse da Companhia e de suas subsidiárias na condução destes assuntos, visando à preservação da reputação e dos direitos tangíveis e intangíveis da Companhia e de suas subsidiárias; responder ao Conselho de Administração em relação às atribuições acima descritas e intermediar as relações entre os acionistas, investidores, a Companhia e o Conselho de Administração;
- (iii) preparar o orçamento anual das verbas necessárias para o desempenho de suas funções e seu assessoramento, que será inserido no orçamento anual da Companhia; uma vez aprovado o referido orçamento, caberá ao Diretor Presidente alocá-lo da forma que julgar mais adequado para a defesa dos interesses da Companhia; e
- (iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria.

Parágrafo Terceiro – Compete ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

- (i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às bolsas de valores e mercados de balcão em que a Companhia tenha valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação, bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;
- (ii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;
- (iii) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e
- (iv) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.



Parágrafo Quarto – Compete ao Diretor Financeiro, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

- a. planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira, contábil, fiscal e tributária da Companhia;
- b. gerir as finanças da Companhia;
- c. elaborar e revisar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, bem como o relatório anual da administração da Companhia;
- d. propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia e acompanhar seus resultados; e
- e. coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimento e operações, incluindo financiamentos, sempre no interesse da Companhia.

Parágrafo Quinto – Adicionalmente às competências fixadas por Lei, regulamentação específica ou por este Estatuto Social, as competências de cada Diretor poderão ser expandidas ou fixadas pelo Conselho de Administração.

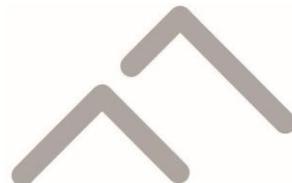
Artigo 22 – Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

- (i) por quaisquer 2 diretores em conjunto; ou
- (ii) por 1 diretor em conjunto com 1 procurador; ou
- (iii) por 2 procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem.

Parágrafo Primeiro – As procurações serão assinadas, em nome da Companhia, por 2 Diretores em conjunto, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, que poderão ser assinadas por 1 diretor e 1 procurador com poderes específicos. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 2 anos.

Parágrafo Segundo – A Companhia poderá ainda ser representada por qualquer diretor ou 1 procurador, ambos em qualquer caso devidamente mandatados na forma deste Artigo, na prática dos seguintes atos:

- (i) assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia;



- (ii) representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação.

Seção IV Conselho Fiscal

Artigo 23 – O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 01 ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Parágrafo Segundo – A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, observados os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro – Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir às Políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo, conforme aplicável.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo Quinto - O termo de posse de que trata o Parágrafo Segundo acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do membro do Conselho Fiscal eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 35 deste Estatuto Social.

CAPÍTULO V **DO EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DE LUCROS**

Artigo 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.



Parágrafo Primeiro – As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Artigo 25 – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e qualquer provisão de imposto de renda ou contribuição social sobre o lucro.

Artigo 26 – Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas no artigo anterior, 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal, até o limite legal aplicável.

Parágrafo Primeiro – Após a constituição da Reserva Legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reserva para contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (i) 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas (o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar); e (ii) uma parcela, até a totalidade do lucro líquido remanescente, ressalvado o disposto no Parágrafo 3º deste Artigo, para a constituição de Reserva de Investimentos, reserva estatutária, cuja finalidade é reforçar o capital de giro da Companhia e viabilizar investimentos e o desenvolvimento das atividades da Companhia e de suas controladas.

Parágrafo Segundo – O valor total destinado à Reserva Legal não poderá ultrapassar o capital social.

Parágrafo Terceiro - O Conselho de Administração poderá, caso considere o montante da Reserva definida no Parágrafo 1º deste Artigo suficiente para o atendimento de suas finalidades: (i) propor à Assembleia Geral que parcela do lucro que seria destinada à formação da aludida Reserva, em determinado exercício social, seja destinada a outras reservas legalmente previstas, propor a retenção de parcela de lucro com base em orçamento de capital, observados os requisitos legais, ou, ainda, propor a distribuição da parcela excedente aos acionistas a título de dividendos; e/ou (ii) propor que valores integrantes da aludida Reserva sejam revertidos para a distribuição aos acionistas da Companhia.

Artigo 27 – A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá:

- (i) distribuir dividendos com base nos lucros apurados nos balanços semestrais;
- (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros neles apurados, observados os limites legais;
- (iii) distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos



dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO VI

ALIENAÇÃO DE CONTROLE, SAÍDA DO NOVO MERCADO E AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

Artigo 28 – Para fins deste Capítulo VI, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os significados a eles atribuídos abaixo:

“**Ações em Circulação**” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria;

“**Controle**” (bem como seus termos correlatos “Controlador”, “Controlada”, “Controle” ou “sob Controle comum”) significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

“**OPA**” significa a oferta pública de aquisição de ações de companhia aberta, sujeita ou não a registro perante a Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 29 – A alienação, direta ou indireta, do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo Único – A oferta pública de que trata este Artigo também será exigida (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e/ou de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, ou que deem direito à sua subscrição, que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; e (ii) em caso de alienação indireta do Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o adquirente ficará obrigado a divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.



Artigo 30 – A saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de realização, pelo Acionista Controlador ou pela própria Companhia, de oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, observados os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

Parágrafo Primeiro – A OPA de que trata esse artigo deverá ser sempre realizada a preço justo, a ser calculado na forma da legislação societária e da regulamentação da CVM aplicáveis, e condicionada à aceitação de acionistas que representem, pelo menos, 1/3 (um terço) das ações em circulação, sendo consideradas ações em circulação, para os fins deste artigo, apenas as Ações em Circulação cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da OPA; não serão consideradas ações em circulação as ações detidas por acionistas que não se habilitarem para o leilão da OPA.

Parágrafo Segundo – A saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer independentemente de realização da OPA na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral convocada nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

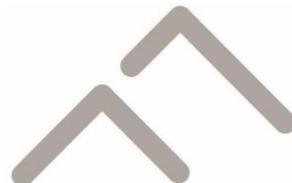
Artigo 31 - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado estará condicionada à efetivação de OPA com as mesmas características da OPA indicada no Artigo 30.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de não atingimento do percentual mínimo de adesão à OPA compulsória para saída do Novo Mercado, indicado no Parágrafo Primeiro do artigo 30 deste Estatuto Social, as ações de emissão da Companhia serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses, contados da realização do leilão da OPA, no Novo Mercado.

Artigo 32 – É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas na regulamentação aplicável, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

CAPÍTULO VII

A CORDOS DE ACIONISTAS



Artigo 33 – A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos contrários aos respectivos termos dos Acordos de Acionistas.

CAPÍTULO VIII LIQUIDAÇÃO

Artigo 34 – A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO IX RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 35 – A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

